



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – NPGED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**A DANÇA DAS MÃOS NA SIGNIFICAÇÃO DA HISTÓRIA:
A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA COMUNIDADE DE PESSOAS SURDAS DE
ARACAJU/SERGIPE (1962-2002)**

MARGARIDA MARIA TELES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe-UFS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Verônica dos Reis
Mariano Souza

Co-orientadora: Prof^ª. Dra. Iara Maria
Campello Lima

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2013**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Teles, Margarida Maria

269d A dança das mãos na significação da história: a língua brasileira de sinais na comunidade de pessoas surdas de Aracaju/Sergipe (1960-2002) / Margarida Maria Teles; orientador Verônica dos Reis Mariano Souza. – São Cristóvão, 2013.

120 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2013.

1. Educação. 2. Língua brasileira de sinais. 3. Surdos - Educação. 4. Linguística. I. Souza, Verônica dos Reis Mariano, orient. II. Título.

CDU 37:376.33

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e à Nossa Senhora pelas graças recebidas.

À minha mãe Carmelita Teles e ao meu pai Pedro Teles, *in memoriam*.

À minha Orientadora Prof^ª. Dr^ª. Verônica dos Reis Mariano Souza e a Co-orientadora Prof^ª. Dr^ª. Iara Maria Campelo Lima, não só pela paciência e orientação neste trabalho, mas pelo conjunto da obra ao longo da minha trajetória profissional como professora de Educação Especial.

Aos meus irmãos, em especial às “Marias”, Maria das Virgens, pelas revisões e Maria da Glória pelo apoio moral na realização de mais uma etapa na minha vida.

Aos meus sobrinhos, e em especial a Luiza Teles Santos pelas infinitas leituras e mais... a José Tiago, pela digitação, Roberval Ferreira pelo transporte, a Maria Raquel pela leitura.

Às Coordenadoras e/ou Presidentas das Instituições: Alzenira Aquino, Maria Izabel Ladeira, Maria da Conceição Santos, Carolyn, Maria Lygia Mynard, Heloisa Alves, e Denise Carvalho.

Às Professoras, Aurora Ferreira, Alda Valéria, Eliane dos Santos, Maria Lucielma, Maria Irma, Rosângela Menezes, Conceição dos Anjos, Rivalda Vieira, Maria José, “Anjinha”, Maria Amélia, as intérpretes Cleze Garlene e Deisiane Gama, e Valéria Batista, mãe de duas crianças surdas.

Às pessoas surdas e/ou deficientes auditivos, Liana Maynard, José Emerson, Lindomar dos Santos, Rita de Cássia, Everton dos Santos, Edenilton Barreto, Francismar Ferreira, Antonio Fagner, Cesar Augusto, Tania Mara, Jonathan Santos, Paloma, Fabio, Presley, Ane Rachel, Mônica, Laís, Lívia, Geraldinho, Breno, Mara Rúbia, Larissa, entre outros igualmente importantes, que contribuíram neste trabalho.

Às Prof^{as}. Dr^{as}. Maria Luiza Pontes de Freitas e Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas pelas contribuições durante o processo de avaliação.

Enfim, a todos que, como eu, têm a paixão de ser professora de pessoas com deficiência.

Você precisa ser surdo para entender

Como é "ouvir" uma mão?
O que é ser uma pequena criança na escola,
numa sala sem som com um professor que fala, fala e fala e,
então quando ele vem perto de você ele espera que você saiba o que ele disse?
Você precisa ser surdo para entender!

Ou o professor que pensa que para torná-lo inteligente você deve, primeiro,
aprender como falar com sua voz assim colocando as mãos no seu rosto por horas e horas
sem paciência ou fim até sair algo indistinto assemelhado ao som?
Você precisa ser surdo para entender!

Como é ser curioso na ânsia por conhecimento próprio
com um desejo interno que está em chamas
e você pede a um irmão, irmã e amigo que respondendo lhe diz: "Não importa"?
Você precisa ser surdo para entender!

Como é estar de castigo num canto embora não tenha feito realmente nada de errado a não ser tentar
fazer uso das mãos para comunicar a um colega silencioso
um pensamento que vem, de repente, a sua mente?
Você precisa ser surdo para entender!

Como é ter alguém a gritar pensando que irá ajudá-lo a ouvir
ou não entender as palavras de um amigo que está tentando tornar a piada mais clara
e você não pega o fio da meada porque ele falhou?
Você precisa ser surdo para entender!

Como é quando riem na sua face quando você tenta repetir o que foi dito
somente para estar seguro que você entendeu
você descobre que as palavras foram mal entendidas?
E você quer gritar alto: "Por favor, me ajude, amigo!"
Você precisa ser surdo para entender!

Como é ter que depender de alguém que pode ouvir para telefonar a um amigo
ou marcar um encontro de negócios e ser forçado a repetir o que é pessoal
e, então, descobrir que seu recado não foi bem transmitido?
Você precisa ser surdo para entender!

Como é ser surdo e sozinho em companhia dos que podem ouvir
e você somente tenta adivinhar pois não há ninguém lá com uma mão ajudadora
enquanto você tenta acompanhar as palavras e a música?
Você precisa ser surdo para entender!

Como é estar na estrada da vida encontrar com um estranho
que abre a sua boca e fala alto uma frase a passos rápidos e você não pode entendê-lo e olhar seu rosto
porque é difícil e você não o acompanha?
Você precisa ser surdo para entender!

Como é compreender alguns dados ligeiros que descrevem a cena
e fazem você sorrir e sentir-se sereno com a "palavra falada" de mão em movimento que torna você
parte deste mundo tão amplo?
Você precisa ser surdo para entender!

(WILLERD e MADSEN, 2000)

RESUMO

O presente estudo investiga como foram constituídos os diferentes falares dos usuários da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na comunidade de pessoas surdas de Aracaju, a partir da implantação das instituições para surdos de 1962 até a legalização desta língua em 2002. Trata-se de uma pesquisa histórica baseada nos pressupostos da História Cultural, estabelecendo uma inter-relação entre a educação e a linguística. Nessa perspectiva, foram utilizadas entrevistas narrativas, consulta a documentos escritos, imagéticos e orais, em arquivos pessoais de educadores e das instituições: Centro de Reabilitação “Ninota Garcia”, Escola Estadual “11 de Agosto”, Sociedade de Ensino e Reabilitação “Rosa Azul”, Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sergipe e o Núcleo de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação. Além disso, foram consultadas referências que dialogam sobre a História da Educação Especial em Sergipe e a constituição da LIBRAS em Aracaju. Após análise das fontes, concluiu-se que a política educacional de Aracaju, orientada pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos, perpassava por duas filosofias de ensino, o Oralismo e a Comunicação Total; que os diferentes falares das pessoas surdas foram influenciados pelos gestos trazidos do seio familiar para as instituições; como também, pelo intercâmbio entre surdos proficientes na LIBRAS das cidades de Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Goiás; pelos primeiros livros em LIBRAS: *Linguagem das Mãos* (1983), a *Cartilha Português Sinalizado: Comunicação Total* (1990), *Expressando com as Mãos* (1993) e *Linguagem de Sinais* (1992). Estas influências foram reveladas na narrativa de uma pessoa surda “[...] poder sinais copiar São Paulo outros Estados, mas escolher usar, ensinar aqui”. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para o registro histórico da surdez e da LIBRAS em Aracaju, fortalecendo o respeito aos direitos linguísticos das pessoas surdas e dos profissionais envolvidos no processo de comunicação e ensino dos surdos, de acordo com suas singularidades.

Palavras-chave: Comunidade surda. Instituições de surdos em Aracaju. Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

ABSTRACT

The present study investigates how the different speeches of the users of the Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS (Brazilian Language of Signs) were constituted in the deaf people community of Aracaju, considering the establishment of institutions for them, from 1960 until the legalization of this language in 2002. It is a historical research based on assumptions of the História Cultural which establishes an interrelation between education and linguistics. Having that point in mind, we used narrative interviews, consultation to written, oral, and image documents, in personal files of educators, and institutions, such as: Centro de Reabilitação “Ninota Garcia”, Escola Estadual “11 de Agosto”, Sociedade de Ensino e Reabilitação “Rosa Azul”, Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sergipe, and Núcleo de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). References that talk about the history of the special education in Sergipe and the constitution of LIBRAS in Aracaju have been examined as well. After the examination of the sources, the conclusion is that the educational policy of Aracaju, guided by the Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), followed two teaching philosophies: Oralism and Total Communication; and that the different speeches of deaf people were influenced by the gestures brought from familiar influence to the institutions; and also, by exchanges among deaf proficient in the LIBRAS of Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte and Goiás. Important contribution is given by early books about LIBRAS, for instance, *Linguagem das Mãos* (1983); *Cartilha Português Sinalizado: Comunicação Total* (1990); *Expressando com as Mãos* (1993) and *Linguagem de Sinais* (1992). These influences have been revealed in the narrative of a deaf person “... POWER SIGNS COPY SÃO PAULO AND OTHER STATES, BUT CHOOSE TO USE, TEACH HERE”. It is expected that this research will contribute to the historical record of deafness and LIBRAS in Aracaju, strengthening the linguistic rights of deaf people and professionals involved in the process of communication and education of the deaf, according to their singularities.

Key-words: Deaf community. Deaf institutions in Aracaju. Brazilian Sign Language-LIBRAS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Esquema dos lugares adequados aos termos linguagem e língua	30
Figura 02	Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Professores para Surdos- INES/RJ, 1990	51
Figura 03	<i>Linguagem das Mãos</i> (OATES, 1983)	53
Figura 04	O conteúdo do Curso de Linguagem de Sinais, “11 de Agosto”, 2001	56
Figura 05	Jornal da “Rosa Azul”, novembro de 1997, volume 12, p. 1	58
Figura 06	Jornal da “Rosa Azul”, novembro de 1997, volume 12, p. 2	59
Figura 07	Professora Tavares, aplicando técnicas para desenvolver a oralidade, na década de 1990, na “Rosa Azul”	62
Figura 08	A palavra aos surdos-mudos, de Oscar Pereira da Silva, 1886, óleo sobre tela (54x45 cm)	62
Figura 09	Fragmentos de Exercícios Práticos para estimulação da língua na modalidade oral	63
Figura 10	Fragmentos de um “Audiograma dos Sons Familiares”, de 1990	64
Figura 11	Certificado do Curso de Comunicação Total, 1990	67
Figura 12	Fragmentos da <i>Cartilha Português Sinalizado: Comunicação Total</i> , 1992	68
Figura 13	Logomarca da APADA/SE	71
Figura 14	Capa do Livro <i>Expressando com as Mãos</i> , de Duarte (1993)	74
Figura 15	Páginas 8 e 9 do Livro <i>Expressando com as Mãos</i> , de Duarte (1993)	74
Figura 16	Folha de frequência da primeira turma de LIBRAS para surdos, APADA/SE, 1996	75
Figura 17	Folha de frequência da turma de LIBRAS, em 1997	76
Figura 18	Folder do Projeto de Estimulação Precoce para Atendimento às Pessoas com Deficiência Auditiva, SEMED, folha nº1	79
Figura 19	Folder do Projeto de Estimulação Precoce para Atendimento às Pessoas com Deficiência Auditiva, SEMED, folha nº 2	79
Figura 20	<i>A Turma do DUDA</i> , SEMED, 1998, p. 10-11	82
Figura 21	Sala de Aula para aquisição da linguagem articulada, no INES, 1995	90
Figura 22	Livro <i>Linguagem de Sinais</i> (1992)	96

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APADA/SE	Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos, em Sergipe
ASSE	Associação dos Surdos de Sergipe
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BICEN	Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe
BINSM	Biblioteca do Instituto Nacional dos Surdos-Mudos
CAP	Centro de apoio Pedagógico para Deficiente Visual
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CESA	Centro de Educação Superior a Distância
CM	Configuração de Mão
DA	Deficiência Auditiva
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
INES	Instituto Nacional de Educação dos Surdos
IPAESE	Instituto Pedagógico de Apoio a educação dos Surdos de Sergipe
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LKSB	Língua de Sinais Urubu-Kaapor
LSA	Língua de Sinais Americana
MEC	Ministério da Educação
NPGED	Núcleo de Pós-Graduação em Educação
NPGL	Núcleo de Pós- Graduação do Departamento em Letras
OGs	Organizações Governamentais
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Aracaju
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Profissionais da Educação e Família	22
Quadro 02	Pessoas Surdas e/ou Deficientes Auditivos	23
Quadro 03	Quadro das Abordagens Linguísticas Utilizadas com Alunos Surdos para o Desenvolvimento da Oralidade	50
Quadro 04	Quadro de Conteúdos do I Encontro de Pais e Profissionais da APADA/SE	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1-ORIGEM E EVOLUÇÃO DAS LÍNGUAS DE SINAIS: DO GESTUAL AO VOCAL	26
1.1- Aspectos Conceituais de Linguagem e Língua	28
1.2-A Língua de Sinais: um recorte sócio, histórico e filosófico	31
2- A TRAJETÓRIA DA LIBRAS NA COMUNIDADE ARACAJUANA: O QUE REVELAM AS INSTITUIÇÕES DE E PARA SURDOS	39
2.1-Centro de Reabilitação “Ninota Garcia”	39
2.2-Secretaria Estadual de Educação: Escola Estadual “11 de Agosto”	44
2.3-Sociedades de Ensino e Reabilitação - “Rosa Azul”	57
2.4-Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos em Sergipe – APADA/SE	70
2.5-Projeto de Estimulação Precoce para Deficientes Auditivos– SEMED	77
3-O QUE REVELAM OS SURDOS QUANTO À CONSTITUIÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS EM ARACAJU	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICES	114
ANEXOS	117

INTRODUÇÃO

[...] Você precisa ser surdo para entender!
Como é ser surdo e sozinho
em companhia dos que podem ouvir
e você somente tenta adivinhar
pois não há ninguém lá com uma mão ajudadora
enquanto você tenta acompanhar
as palavras e a musica? [...]
(WILLERD e MADSEN¹)

A dança das mãos na significação da História, o encontro de gestos, formas e sentidos revelaram o quanto, num passado distante, o uso de sinais se fazia presente e estreitava laços de sentidos e significados no universo da comunicação das pessoas surdas. A subjetividade dessa questão vem desvelando o quanto, na dança da vida, nesse universo, a surdez acaba sendo representada pelo ouvinte que não se permite compreender a complexidade inerente da comunicação e compreensão da língua, na dança das mãos. Comprometida com essa questão, fui investigar a constituição da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, na comunidade² de pessoas surdas³ de Aracaju/Sergipe (1962-2002).

A importância deste estudo em Aracaju, no período referido, justifica-se por este marco temporal ter uma significação histórica, uma vez que 1962 foi a época da implantação da primeira instituição para surdos em Sergipe e em 2002, o ano de oficialização da LIBRAS. O interesse neste estudo foi desencadeado a partir da minha atuação como professora de Salas de Recursos⁴ para alunos surdos na Rede Municipal de Educação de Aracaju/SE, na década de noventa. Essa vontade se intensificou quando participei como aluna do Curso de Estudos

¹Willerd e Madsen. Você precisa ser surdo para entender! Disponível em: <<http://esdjccg.prof2000.pt/info/13/poesia.HTM>>. Acesso em: 10/10/2012.

² Conceito comunidade é entendido por alguns autores, como “o lugar onde os surdos se encontram, onde os Surdos se sentem iguais, sejam na escola, na residência, nos clubes de Surdos, nos eventos desportivos de Surdos, nas festas de Surdos, etc. (BUENO, 1998, p. 45)”. E para Felipe, “uma Comunidade Surda é um grupo de pessoas que mora em uma localização particular, compartilha as metas comuns de seus membros e, de vários modos, trabalha para alcançar estas metas” (2002, p. 45).

³ Pessoa surda: Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. “[...] Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda àquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS” (BRASIL, 2005).

⁴ Sala de Recurso: a sala que, na escola comum, dispõe de equipamentos, recursos didáticos e professor especializado para o atendimento específico do educando deficiente de audição, em trabalho paralelo à sua integração na classe comum (BRASIL, 1984, p. 29).

Adicionais para Professores na Área da Deficiência Auditiva, no Instituto Nacional de Educação dos Surdos - INES, no Rio de Janeiro, em 1998.

Após a conclusão desse curso, ao retornar às minhas atividades na Sala de Recursos e iniciar um trabalho, como docente voluntária, na Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos em Sergipe - APADA/SE, em uma situação de ensino, um aluno surdo foi categórico ao afirmar que eu usava uma Configuração de Mão - CM⁵ diferente, ao representar o número "UM" ⁶, da que ele utilizava para representar a mesma palavra. Essa situação ficou mais evidente quando comecei a ministrar a disciplina LIBRAS na Universidade Federal de Sergipe - UFS em 2008, pois os alunos que tinham contatos com pessoas surdas traziam muitas variedades de sinais. A partir desses desencontros linguísticos, realizei um estudo comparativo, em 2010, com o objetivo de verificar se ocorriam diferenças entre os 254 itens lexicais (sinais/palavras) utilizados no caderno de Língua Brasileira de Sinais do Centro de Educação Superior a Distância - CESAD/UFS (2010) - que foi ilustrado por meio fotográfico e eletrônico, e cedido por uma Instrutora Surda⁷ atuante na comunidade aracajuana - e os mesmos referentes registrados no dicionário de Capovilla & Raphael (2001), que representa o vocabulário utilizado pela comunidade paulista.

Dados preliminares deste estudo identificaram o uso de diversos referentes⁸ para um mesmo significado, indicando para um possível regionalismo. Observou-se também, que a comunidade surda aracajuana aceitava melhor um referente com vários significados determinados pelo contexto, a exemplo da letra "S" que pode significar o número "OITO" e, com a mudança de um movimento⁹, significa as palavras SERGIPE, SOLTEIRO, SOGRAS.

As pessoas surdas compreendem e reconhecem a multiplicidade de sinais utilizados pela comunidade surda, na medida em que são usados para expressar ou representar um mesmo significado, mas alguns resistem em aceitar essa multiplicidade utilizada por pessoas ouvintes, assim como, não aceitam o uso de sinais diferentes dos utilizados pela sua comunidade. Afirmam que sinais diferentes dos utilizadas “são errados, não existem, não são próprios do uso de sua comunidade”. Essa apropriação de sinais pela comunidade é também uma forma de hegemonia do uso da LIBRAS e cria dificuldades, pois inibe a variedade de

⁵Configuração de Mãos -CM- é a forma da(s) mão(s) presente no sinal. Na LIBRAS há 64 configurações. Elas são feitas pela mão dominante (mão direita para os destros), ou pelas duas mãos (FELIPE, 2007, p. 21).

⁶ UM: Os sinais da LIBRAS, para efeito de simplificação, serão representados por itens lexicais da Língua Portuguesa (LP) em letras maiúsculas (Idem, ibidem).

⁷Instrutora Surda: Art. 6º, § 1º A formação do instrutor de LIBRAS pode ser realizada também por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por pelo menos uma das instituições referidas nos incisos II e III (BRASIL, 2005).

⁸Referente: quer dizer sinais/palavras.

⁹Segundo Felipe (2006, p. 21), movimento (M) é um dos cinco parâmetros da LIBRAS.

sinais e interfere na diversidade nas situações de ensino-aprendizagem.

Diante dessas constatações, é preciso compreender o processo que levou a comunidade surda aracajuana a ter este entendimento quanto à constituição da LIBRAS. Historicamente as comunidades de pessoas surdas constituíram-se linguisticamente na relação de poder com a língua hegemônica, a língua oral. Nessa relação, a sinalização dos surdos é emudecida e excluída do processo, ficando inclusive silenciada diante dos contextos sociais, políticos, históricos, culturais e educacionais, devido à incapacidade biológica para aquisição de forma natural das línguas faladas oralmente, dominantes no mundo.

Nessa contextualização histórica as pessoas surdas no Brasil foram submetidas aos sistemas monolíngues, que priorizavam os métodos oralistas desenvolvidos na Europa. Isso por que, segundo Muller Oliveira (2000 apud CALVET, 2007, p. 7), “prevalecia em todo o território nacional a ideologia de uma única língua e de predominância oral”. Isso revela a negação da realidade linguística do país e, em decorrência, da variação de sinais.

[...] o Brasil é um país constituído por mais de 200 comunidades linguísticas diferentes que, a seu modo, têm se equipado para participar da vida política do país. Emergem em vários fóruns os conceitos de "línguas brasileiras": línguas faladas por comunidades de cidadãos brasileiros, historicamente assentadas em território brasileiro, parte constitutiva da cultura brasileira, independentemente de serem línguas indígenas ou de imigração, línguas de sinais ou faladas em grupos quilombolas (CALVET, 2007, p. 8).

Essa diversidade linguística, no entanto, não impediu a hegemonia das línguas orais em desconsiderar, durante muitos séculos, os diferentes falares do povo e as pessoas surdas por não terem aptidão natural para oralidade. Sempre houve uma hierarquia linguística que determinava o prestígio de uma língua específica em detrimento de outras, seja pela importância religiosa, comercial ou por serem línguas ágrafas e, ainda, pelas necessidades dos colonizadores. Segundo Peter Burke (1993), uma das funções das línguas é o uso como arma de persuasão e domínio de uma determinada sociedade.

No bojo dessas discussões, as pessoas surdas usuárias das línguas de sinais foram estigmatizadas por causa de sua língua, a ponto de intervir na sua forma de apreensão do mundo, limitando-os à percepção dos ouvintes que se colocavam como cuidadores e administradores de suas comunidades.

Mesmo sem apoio para desenvolver a língua de sinais e silenciados na sociedade, as pessoas surdas continuavam utilizando sua língua, que, inerente ao sujeito, emergia quando os surdos se agrupavam espontaneamente ou eram reunidos por profissionais nas instituições. A

língua brotava numa explosão de sinalização que quebrava o silêncio entre eles. As mãos, como uma dança no espaço, estabeleciam uma comunicação cheia de significados, fortalecendo a construção de grupos linguísticos que se formavam nas ruas, nas praças, nas associações e até mesmo nos banheiros das escolas.

As relações sociais estabelecidas entre as pessoas surdas impulsionaram a resistência a toda espécie de exclusão a que eram submetidas, embora outros grupos da sociedade tivessem os direitos sociais e linguísticos negados. Durante muitos séculos, todos que apresentassem qualquer tipo de deficiência eram considerados socialmente incapazes.

Dos primórdios até o início do século XXI, a trajetória histórica das pessoas com deficiência, inclusive os surdos, perpassou por três modelos: o caritativo, o médico e o social.

Para Lanna Junior:

[...] No modelo caritativo, inaugurado com o fortalecimento do cristianismo ao longo da Idade Média, a deficiência é considerada um déficit e as pessoas com deficiência são dignas de pena por serem vítimas da própria incapacidade. [...] O Positivismo e a afirmação do saber médico do final século XIX possibilitaram o surgimento de um modelo no qual as pessoas com deficiência passaram a ser compreendidas por terem problemas orgânicos que precisavam ser curadas. [...] No modelo médico, as pessoas com deficiência são "pacientes" - eram tratadas como clientela cuja problemática individual estava subentendida segundo a categoria de deficiência à qual pertenciam. Fazia-se todo o esforço terapêutico para que melhorassem suas condições de modo a cumprir as exigências da sociedade. [...] No modelo social defendido pelo Movimento das Pessoas com Deficiência é o grande avanço das últimas décadas. Nele, a interação entre a deficiência e o modo como a sociedade está organizada é que condiciona a funcionalidade, as dificuldades, as limitações e a exclusão das pessoas (2010, p.15-16).

Diante dos modelos apresentados pelos autores, o atendimento desse segmento social, em Aracaju, inicia-se na década de 1960, com o modelo médico. Nessa concepção, as pessoas com surdez, ou seja, os excepcionais¹⁰ e/ou deficientes auditivos¹¹, eram tratados como pacientes por especialistas em centros de reabilitação, para a aquisição da língua majoritária do país na modalidade oral.

É também nesse período que pela primeira vez a Lei N° 4.024, de 20 de dezembro

¹⁰Excepcionais, usado a partir da constituição de 1937, até o final da década 1960, segundo Emenda Constitucional nº1 de 1969, pessoa deficiente com a Emenda Constitucional de 12/78 (GUGEL, 2006).

¹¹Deficiente auditivo: todas as pessoas com surdez nesse período, independente do grau de perda auditiva até o Decreto N° 5.626/22/12/2005 [...] Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, 2005)

1961, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional em todos os níveis de ensino, com campanhas em defesa da educação e para ampliação do número de escolas públicas. Contudo, em meados de 1960, inicia-se o chamado período militar com reformas autoritárias que continham os avanços na área educacional. Em meio à turbulência dos vinte anos de ditadura, foi criado no Brasil um grande número de serviços de assistência às pessoas com deficiência, principalmente, na esfera particular (MENDES, 2010). Revelando o atraso desse atendimento, enquanto, em Aracaju, são implantadas as primeiras instituições de atendimento aos surdos, nos Estados Unidos já se desenvolviam pesquisas sobre a Língua de Sinais Americana (LSA).

A concepção médica no Brasil perdurou até o final da década de oitenta, embora, os movimentos das pessoas com deficiência, na busca da construção de uma identidade social, tenham se iniciado no final da década de setenta, quando, pela primeira vez eles protagonizaram suas lutas e buscaram ser agentes da própria história, com o lema “Nada sobre Nós sem Nós” (LANNA JUNIOR, 2010, p. 10).

Só após o fim do regime ditatorial, e com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, é que os direitos sociais das minorias, como as mulheres, os negros, os índios e as pessoas com deficiência foram reconhecidos, como também, promoveram políticas linguísticas que objetivavam o reconhecimento da pluralidade cultural das línguas que permeavam o país. As pessoas com deficiência passaram a ter garantido o direito de serem autores das suas próprias histórias, criando a possibilidade de modificar o olhar da sociedade quanto à forma de atendimento aos deficientes, o modelo médico começou ser substituído pelo modelo social.

A partir de então, as comunidades de pessoas surdas organizaram-se para reivindicar, como cidadãos, o direito a seu espaço social e ao status de língua para a linguagem de sinais. Mas foi no início da primeira década do século XXI, que a linguagem de sinais foi oficializada como Língua Brasileira de Sinais, através da Lei de Nº 10.436, no dia 24 abril de 2002¹².

Para o aprofundamento da trajetória histórica dessa língua, inicialmente foi feito um levantamento, na *web*, respeitando o marco temporal estabelecido neste estudo, dos cursos de Pós-Graduação, de pesquisas no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES que tem como objeto a Língua

¹² Lei de Nº 10.436 de 24 de abril de 2002: “Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 20 de abril 2012.

Brasileira de Sinais¹³.

Nesta etapa identificamos: 04 Teses de Doutorado, no período de 1987 a 1990, que abordavam questões referentes à Surdez/Linguagem/LIBRAS, todas da área de Fonoaudiologia; 36 Dissertações de Mestrado, no período de 1990 até 2002, sendo 17 especificamente sobre a Língua Brasileira de Sinais. As demais dissertações discutiam diversas temáticas relacionadas às pessoas surdas, como: processo de escrita; o atendimento educacional especializado; a história da surdez; o processo de aprendizagem, dentre outros temas. O período com maior incidência de pesquisas foi o ano de 2002, com 7 pesquisas, reflexo, possivelmente, da regulamentação da LIBRAS. As áreas de conhecimento que mais se destacaram foram a de Linguística, seguida da Educação e da Psicologia.

Em seguida foram consultadas as dissertações e teses cadastradas no acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe – BICEN, referentes ao período de 1985-2002. Identificaram-se três dissertações que estão relacionadas com o objeto de estudo no que se refere ao aspecto geral da Educação Especial, a da Prof^ª. Dr^ª. Iara Maria Campelo Lima, com o tema “Observação e Análise da Interação Professor Aluno em Classes de Educação Especial”, no ano de 1985, defendida na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, sendo a primeira dissertação de Mestrado sobre o Estado de Sergipe na área de Educação Especial. Em 2000, pelo Núcleo de Pós-Graduação em Educação – NPGED da UFS, a da Prof^ª Dr^ª. Verônica dos Reis Mariano Souza, “Vivência de Inclusão”, e a da Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cácia Santos Souza, “Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas”. E, no mesmo ano, a tese da Prof^ª Dr^ª. Maria Stela de Araujo Albuquerque Bergo: “Um estudo sobre a educação especial em Sergipe”, defendida na Universidade de São Paulo-USP.

Devido à relevância das temáticas, foram consultadas também dissertações e teses após o marco temporal estabelecido por este estudo, como: a dissertação da Prof^ª. Ma¹⁴. Josilene Souza Lima Barbosa: “A Tecnologia Assistiva Digital na Alfabetização de Crianças Surdas”, em 2011, pelo NPGED/UFS; da Prof^ª. Ma. Mônica de Góis Silva Barbosa sobre “Procedimentos e Recursos de Coesão na Produção Escrita de Surdos: Estratégias de

¹³ "Relativos a teses e dissertações defendidas a partir de 1987. As informações são fornecidas diretamente a CAPES pelos programas de pós-graduação, que se responsabilizam pela veracidade dos dados". Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>. Acesso em: 10/11/2012.

¹⁴ Mestre ou Mestra são pessoas que fazem Mestrado no Brasil. O título de mestre é abreviado "Me" e mestra "Ma". A abreviatura "Ms" como se vê muitas vezes é errada. Esta é a abreviatura para manuscrito segundo a Academia Brasileira de Letras. Disponível em: http://www.wellcom.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=171:dica-de-portugues-mestre-me-mestra-ma&catid=44:dicas&Itemid=154> Acesso em: 10/02/2013.

Construção de Sentidos”, em 2011, pelo Núcleo de Pós- Graduação do Departamento em Letras – NPGL e da Prof^a. Ma. Daisy Mara Moreira de Oliveira, com a temática: “Os Surdos de Aracaju: observação do discurso cultural e identitário dentro do contexto social ouvinte”, em 2012, pelo Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Antropologia. E três Teses defendidas na Universidade Federal da Bahia–UFBA, a da Prof^a. Dr^a Verônica dos Reis Mariano Souza: “Gênese da Educação dos surdos em Aracaju”, em 2007, tratando dos primórdios da educação dos surdos na capital do Estado de Sergipe e ainda discutindo aspectos gerais da Educação Especial, a da Prof^a. Dr^a. Rita de Cácia Santos Souza, “Educação Especial do século XIX ao início do século XX: cuidar e educar para civilizar”, em 2009. E da Prof^a. Dr^a Iara Maria Campelo Lima, “Tecendo saberes, dizeres, fazeres em formação continuada de professores: uma perspectiva de Educação Inclusiva”, em 2009.

Como pode ser observado, ainda é limitado o número de pesquisas em Sergipe sobre Educação Especial, Surdez e Língua de Sinais. Também, não foi identificada pesquisa especificamente sobre a constituição Língua Brasileira de Sinais na comunidade aracajuana. Essa constatação associada à experiência das situações de ensino vivenciadas na minha trajetória profissional levou-me inicialmente a dar continuidade ao meu primeiro estudo, o fenômeno de variedades linguísticas em línguas de sinais da comunidade aracajuana, mas era preciso conhecer primeiro a trajetória desta língua. Nesse sentido, este estudo propõe responder aos seguintes questionamentos: como se deu a constituição da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - pela comunidade surda aracajuana? Qual a influência das instituições, na constituição dos diferentes falares dos seus usuários no período de 1962 a 2002?

Para elucidar as indagações acima estabelecidas, foram elaborados o objetivo geral que foi investigar como foram constituídos os diferentes falares dos usuários da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, na comunidade de pessoas surdas de Aracaju, a partir da implantação das instituições para surdos de 1962 até o ano de oficialização desta língua, em 2002. E os específicos: analisar como se deu o processo de constituição da Língua Brasileira de Sinais nas instituições para atendimento aos surdos em Aracaju e identificar como a comunidade surda aracajuana se apropriou da língua de sinais, no período estudado.

Este estudo é uma pesquisa histórica baseada nos pressupostos da história cultural, que tem como uma das diversas vertentes a história das instituições educativas, estabelecendo uma inter-relação entre a educação e a linguística. Esta proposta, mais interdisciplinar, é uma nova perspectiva da historiografia contemporânea que “[...] tem posto em evidência a interlocução necessária entre estudos históricos da educação e contribuições de campos como a antropologia, a psicologia, a linguística, a filosofia etc.[...]” (CARVALHO, 2003, p. 258).

Ele foi desenvolvido nesta introdução, apresentando os estudos relevantes na área surdez/linguagem/LIBRAS; as questões norteadoras e objetivos; procedimentos metodológicos. Serão apresentados nessa dissertação três capítulos, o primeiro refere-se à origem e evolução da linguagem humana e como esta originou as línguas orais e as visoespaciais, ou seja, as línguas de sinais; faz uma abordagem dos aspectos conceituais dos termos linguagem, língua e língua de sinais e conclui com uma releitura da história da Língua de Sinais até sua regulamentação no Brasil.

O segundo capítulo analisa a presença da língua de sinais nas instituições para surdos de Aracaju, das políticas assumidas por elas, assim como os recursos utilizados para aprendizagem e disseminação dessa língua. E o terceiro capítulo expõe a fala dos surdos, quanto à apropriação de sua língua e as influências que foram mais determinantes para a formação de sua identidade linguística, e, por fim, é apresentada as considerações finais.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com a historiografia sobre LIBRAS e a surdez, na comunidade aracajuana, fortalecendo o respeito aos direitos linguísticos das pessoas envolvidas neste processo de comunicação e ensino, como também, no direito dos surdos se expressarem ou representarem sua língua de acordo com suas singularidades.

Diante do exposto, a escolha do método foi de fundamental importância, para pesquisar a historicidade da Língua Brasileira de Sinais na comunidade aracajuana, uma vez que para Bauer e Gaskell:

Uma cobertura adequada dos acontecimentos sociais exige muitos métodos de dados: um pluralismo metodológico se origina como uma necessidade metodológica. A investigação da ação empírica exige: a) a observação sistemática dos acontecimentos; inferir os sentidos desses acontecimentos das (auto) observações dos atores e dos expectadores; exige b) técnicas de entrevistas; e a interpretação dos vestígios materiais que foram deixados pelos atores e expectadores; exige c) uma análise sistemática (2002, p.18).

Diante das possibilidades metodológicas e se valendo dos pré-requisitos mencionados pelo autor, delinea-se neste estudo a pesquisa documental, não se limitando apenas aos vestígios encontrados nos arquivos das instituições e sim, procurando dialogar na concepção das instituições como produtora de uma cultura escolar (i)material. Neste sentido Dominique Julia descreve a cultura escolar como,

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas coordenadas a finalidades que pode variar segundo a época: finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização [...] (2001, p.09).

Sendo assim, o que envolve as instituições como as práticas, os profissionais, os artefatos, as condutas, as ideias, os materiais escolares, as histórias das instituições, os valores, as intenções, o espaço, a população escolar, etc., enfim, tudo faz parte da cultura escolar, transformando em fontes legais e podem ser representadas nas diversas modalidades, ampliando, assim, o conceito de documento, pois o homem e os vestígios produzidos por ele podem ser considerados como tal e podem ser representados em diversas modalidades - escrita, sonora ou visual, entretanto, deve-se considerar que para Le Goff:

O documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, ele próprio parcialmente determinado por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer “a verdade” (1998, p. 54).

Desse modo, é importante considerar que os documentos não trazem somente informações de situações vivenciadas em determinada época, eles estão impregnados de escopos conscientes e/ou inconscientes de quem o produziu e em um dado contexto histórico. Desta maneira “é preciso ter cuidado para não haver tendências em conduzir os resultados ao que estavam previstos observar, para os fatos não contradizerem os pontos de vista do pesquisador e as suas problematizações não serem verificadas” (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 97). Apoiando-se nesses fundamentos faz-se necessário estar atento durante todo o processo de investigação para não extrapolar as regras que estão implícitas nas relações entre o pesquisado, o pesquisador e as fontes, para não perder o foco do objeto.

Por ter como objeto a historicidade de uma língua, em um determinado grupo social, este estudo apresenta uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, que segundo Godoy,

[...] enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigorosamente estruturada, elas permitem que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. Nesse sentido, acreditamos que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas [...] (1995, p. 21).

Este estudo foi organizado em quatro momentos: o primeiro é a proximidade e familiaridade do pesquisador com a área de estudo. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico de referências do campo da História e da Linguística, representado por autores que dialogam sobre a surdez, educação e linguagem numa visão da História Cultural, fazendo a seguinte reflexão: “o que as pessoas fazem com os modelos que lhe são impostos ou com os objetos que lhe são distribuídos?” (CARVALHO, 2003, p. 260).

Nessa perspectiva, quando se ventila sobre a trajetória da língua de sinais, discute-se, também, como as pessoas surdas se comportaram diante do modelo hegemônico das línguas orais e como sua língua de sinais foi se constituindo culturalmente nos movimentos de pessoas surdas nas instituições como associações, federações e escolas; nas metodologias e técnicas; nos instrumentos de mediação entre o sujeito e o meio; nas narrativas e representações dos seus autores, tudo isso se misturando em um emaranhado de acontecimentos e ações que priorizam diferentes olhares.

Deve-se levar em conta como a língua de sinais vem sendo constituída na comunidade aracajuana em meio das manifestações linguísticas e culturais tais como são, sob a ótica e/ou representação individuais e sociais, tanto dos que compõem as instituições quanto das pessoas surdas, respeitando as diferenças e as divergências entre elas. A língua de sinais foi se fortalecendo em meio aos movimentos sociais de pessoas surdas, que lutaram para que ela tivesse status de língua e dos profissionais ouvintes nas instituições, que, mesmo sem a proficiência necessária, utilizavam a língua como mediadora nos processos de ensino/aprendizagem.

Na elucidação deste estudo foi fundamental recorrer principalmente às pesquisas dos historiadores Garcia Filho (1966), Souza (2005) e Souza (2007), principalmente, na releitura sobre o “Ninota Garcia”¹⁵, pois eles foram os pioneiros quando retratam a trajetória histórica da Educação Especial em Sergipe, consequentemente das instituições de atendimento a pessoas surdas e sua língua de sinais, dos primórdios até a década de 1990.

O segundo momento, foi de investigação da memória cultural impregnada nos arquivos dos seguintes campos empíricos:

- Escola Estadual “11 de Agosto”;
- Sociedade de Ensino e Reabilitação “Rosa Azul”;
- Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sergipe – APADA/SE;
- Núcleo de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

¹⁵ Centro de Reabilitação “Ninota Garcia” - fundada no Município de Aracaju, em 1962, para atender as pessoas com deficiência do Estado de Sergipe.

Essas Instituições foram escolhidas por apresentarem características similares, como o atendimento a pessoas surdas que estão na educação básica e que têm a LIBRAS como língua de uso e/ou de instrução. Nelas foram consultados:

- Relatório, nº 10, da comissão Estadual Para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, em 1981;
- Certificados do I Seminário Interestadual sobre a Pessoa Deficiente;
- Proposta Curricular para Deficientes Auditivos, Manual para o Professor Orientações Gerais, MEC/1979;
- Resolução 71/75 e 70/76;
- Subsídios para Organização e funcionamento de Serviços de Educação Especial, área da deficiência auditiva/MEC /SEPS/CENESP, 1984;
- Parecer nº 190/87, Aprovação de Grade Curricular;
- Relação de alunos por séries /turmas, 1999 – 1993, das Classes Especiais do “11 de Agosto”;
- O conteúdo programático do Curso de Linguagem de Sinais-LIBRAS, 2001;
- Estatuto da APADA/SE;
- A Logomarca da APADA/SE;
- Livro de Certificados, 1995;
- *Expressando com as Mãos* do Professor Antonio Mário Souza Duarte, 1992;
- Folha de frequência dos primeiros cursos de LIBRAS para surdos, em 1996 e 1997;
- Fragmentos do Jornal Correio de Brasiliense, 2001;
- Fragmentos do Jornal Correio de Sergipe, 2001;
- Panfleto para divulgação da APADA/SE;
- Linhas Programáticas para o Atendimento Especializado na Sala de Apoio Pedagógico Serie Diretrizes/MEC nº 2, 1994;
- Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, Brasília/MEC, 2000.

No procedimento de coleta de dados, foi utilizada uma câmera fotográfica, uma filmadora e dois roteiros de entrevista narrativa um para orientar a fala dos profissionais das instituições como: professores e gestores e outro para as pessoas surdas. Neste momento os entrevistados cederam, dos seus arquivos pessoais, documentos como: Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Professores para Surdos-INES/RJ; Histórico do certificado de Curso de Estudos Adicionais para professores na área da Deficiência Auditiva, /RJ; exemplar do livro *Linguagem das Mãos* (1983); Certificado do Curso de Comunicação

Total, 1990; O jornal “A ROSA AZUL” volume 12/1997 e 27/1999; Fragmentos de Exercícios Práticos; Audiograma dos Sons Familiares; Fragmentos da *Cartilha Português Sinalizado: Comunicação Total* (p. 05-62); Folder do projeto de Estimulação Precoce divulgado pela SEMED; *Cartilha A Turma do DUDA*; Certificado do curso de LIBRAS e fotografias de pessoas surdas em situação de ensino. Também foram produzidos documentos orais para a complementação das informações, que foram destacados ao longo do texto, sobre o processo de aquisição da LIBRAS pelos usuários. Este procedimento tem tanta credibilidade documental quanto qualquer outro. Para Bauer e Gaskell:

A discussão sobre as narrativas vai, contudo, muito além de seu emprego como método de investigação. A narrativa como forma discursiva e narrativa como história de vida e histórias sociais, foram abordadas por teóricos culturais e literários, linguistas, filósofos da história, psicólogos e antropólogos (2002, p. 90).

Este autor coloca possibilidades da narrativa como método e como técnica no processo investigativo. Mas neste estudo a narrativa é utilizada para a coleta de dados de natureza individual, que segue todo um ritual para sua efetiva realização.

Fases da pesquisa:

Parte 1 – Preparação de dois roteiros: o primeiro roteiro com sete questões¹⁶ específicas para um grupo de 10 profissionais e um familiar:

Quadro 01 - Profissionais da Educação e Família:

ROTEIRO I	INTEGRANTES DA PESQUISA		FAMÍLIA
	GESTORES E/OU COORDENADORES	PROFESSORES	
	04	06	01
TOTAL	11 PESSOAS		

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

¹⁶ Apêndice 01: Roteiro I Profissionais da Educação.

E o segundo roteiro com dez questões¹⁷ específicas para o grupo de pessoas surdas, entre 25 - 45 anos.

Quadro 02 – Pessoas Surdas e/ou Deficientes Auditivo:

ROTEIRO II	PESSOAS SURDAS	DEFICIENTE AUDITIVO	NÍVEL DE PROFICIÊNCIA NA LIBRAS	SOLICITAÇÃO DE INTÉRPRETE
	05		INSTRUTORES	
	05		NÍVEL PROFUNDO	02
	01		NÍVEL BÁSICO II	
		01	NÍVEL BÁSICO	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Das 12 pessoas surdas entrevistadas, apenas uma não é aluno e/ou ex-aluno das referidas instituições.

Parte 2 - Tempo de narração central: deixar o entrevistado falar livremente sem interromper. Todos os entrevistados ficaram livres para falar o tempo que tinha disponível.

Parte 3 - Fase de perguntas: retornar aos tópicos e relatos relevantes dos acontecimentos que surgiram durante a narração, trazidos pelos informantes. Na execução dessas fases, primeiro foi agendado o encontro com os envolvidos via telefone e para as pessoas surdas, através de mensagens de texto. Alguns componentes da pesquisa foram entrevistados no próprio campo empírico e outros nas suas residências. O roteiro utilizado nas entrevistas com os profissionais não sofreu modificações. Enquanto que os aplicados aos surdos foram em LIBRAS e adaptados durante a realização da entrevista com os dois primeiros surdos. Todas as entrevistas ocorreram de forma bem descontraída, pois estávamos reabrindo os baús de nossas memórias, e ficava evidente nas expressões, tanto dos entrevistados quanto do pesquisador, o prazer em se reportar a fatos que contribuíram com o

¹⁷ Apêndice 02: Roteiro II Pessoas Surdas.

que hoje somos. Todos os envolvidos foram previamente informados sobre o estudo e aqueles que consentiram e/ou participaram da realização da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento e/ou Livre Esclarecimento e/ou o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos. Apenas um instrutor de LIBRAS conseguiu ler sozinho um dos referidos Termos. Somente duas pessoas surdas e uma coordenadora ouvinte não assinaram. Por essa razão optou-se, neste estudo, identificar as pessoas surdas por letras do alfabeto e as ouvintes por um nome, todos escolhidos aleatoriamente.

O quarto momento foi dedicado ao inventário e análise das fontes impressas, sonoras e visuais coletadas, a investigação no campo empírico. As transcrições das entrevistas narrativas gravadas em vídeo. No caso das pessoas surdas, elas foram realizadas em Língua de Sinais e transcritas pela pesquisadora, que domina esta língua, respeitaram o Sistema de Transcrição da Língua Brasileira de Sinais.

Segundo Felipe, a LIBRAS é representada a partir das seguintes convenções:

- 1- Os sinais da Libras, para efeito de simplificação, serão representados por itens lexicais da Língua Portuguesa (LP) em letras maiúsculas. Exemplos: CASA, ESTUDAR, CRIANÇA;
- 2- Um sinal, que é traduzido por duas ou mais palavras em língua portuguesa, será representado pelas palavras correspondentes separadas por hífen. Exemplo: QUERER-NÃO;
- 3- Um sinal composto, formado por dois ou mais sinais, que será representado por duas ou mais palavras, mas com a idéia de uma única coisa, serão separados pelo símbolo ^. Exemplo: ZEBRA = CAVALO^LISTRA;
- 6- [...] Na Libras não há desinências para gêneros (masculino e feminino) e número (plural), o sinal, representado por palavra da língua portuguesa que possui estas marcas, está terminado com o símbolo @ para reforçar a idéia de ausência e não haver confusão. Exemplos: AMIG@ (amiga(s) ou amigo(s));
- 7- [...] Quando se faz uma frase com verbos do primeiro grupo, é como se eles ficassem no infinitivo já que não se alteram mesmo mudando-se as pessoas do discurso [...]. Exemplo: ADMIRAR [...];
- 10 - Às vezes há uma marca de plural pela repetição ou alongamento do sinal. Esta marca será representada por uma cruz no lado direto acima do sinal que está sendo repetido. Exemplo: ÁRVORE+ (2007, p. 25).

Os demais registros foram traduzidos pela pesquisadora, conforme normas da língua portuguesa e utilizados no decorrer do texto.

Todas as informações coletadas no campo empírico e nas entrevistas foram apresentadas de acordo com os critérios do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe – UFS, segundo protocolo N°. 13.031.547/0002-87.

Após todas as etapas concluídas, iniciou-se a constituição e a contextualização da

pesquisa e as interfaces teóricas dos elementos dos *corpora* analisados na revisão bibliográfica e documental arroladas durante o processo.

Este estudo não apresenta nenhum risco à integridade física ou psicológica dos entrevistados, porém surgiram algumas dificuldades como: a não-autorização de alguns surdos e ouvintes para as gravações das imagens, mas se dispuseram a contribuir com o estudo, ainda a limitação de registo documental sobre a língua de sinais, e os atendimentos das pessoas surdas nas instituições elencadas.

1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS: DO GESTUAL AO VOCAL

Você precisa ser surdo para entender!
Como é estar na estrada da vida
encontrar com um estranho que abre a sua boca
e fala alto uma frase a passos rápidos
e você não pode entendê-lo e olhar seu rosto
porque é difícil
e você não o acompanha.
(WILLERD e MADSEN)

Uma das dificuldades das pessoas surdas é conviver com os seus pares como se fosse um estrangeiro dentro do seu próprio país, pois o que une os seres humanos é também o que isola e/ou silencia no convívio social, a linguagem. A linguagem “é um sistema de comunicação natural ou artificial, humano ou não” (FERNANDES, 2003, p.16). A abrangência desse conceito envolve sistemas de comunicação que podem ser cognitivos, socioculturais ou da própria natureza. Na comunicação, os seres humanos e os animais se valem de diversos tipos de linguagens corporais, visuais, sonoras, etc., que se manifestam de acordo com a espécie. Contudo para Montenegro; Pinheiro e Júnior,

[...] o animal mais perfeito de sua espécie não consegue usar os sons articulados para responder ao sentido das palavras pronunciadas na sua presença numa infinidade de contextos sempre novos, exibido o que Descartes chamava de *vera loquax* (“verdadeira linguagem”, quando falamos para comunicar aos outros o que pensamos, algo que os papagaios não conseguem fazer) [...] (2008, p.13).

A falta de articulação de sons associados à capacidade de criar e usar signos artificiais pelos animais é justamente o que diferencia estes dos seres humanos, pois os animais não conseguem usar um sistema organizado de símbolos criados manualmente, mecanicamente ou eletronicamente, para transmitir suas mensagens (FICHER, 2009). Essa relação simbólica é característica exclusiva dos seres humanos e foi evoluindo paralelamente à evolução do próprio homem. O autor ainda afirma que “[...] o pensamento primitivo e as vocalizações evoluíram progressivamente para o pensamento sofisticado e a fala articulada, na mesma razão, na fila evolucionária” (Id. *ibid.*, p. 71). Ou seja, a linguagem vocal humana evoluiu simultaneamente com o cérebro e o desenvolvimento dos órgãos da fala, durante centenas de milhares de anos. Enquanto o cérebro humano aumentava sua capacidade, a fala se tornou mais articulada e a dependência da química e dos sinais do corpo diminuiu. Em troca, isso

exigiu a evolução dos órgãos da fala.

Para esse autor, a linguagem não é um artefato cultural, mas uma peça de constituição biológica do nosso cérebro e sua evolução é consequência da evolução do ser humano e da priorização do trato vocal pela espécie humana. O uso do aparelho vocal não foi priorizado apenas por comodidade, essa capacidade biológica para o desenvolvimento da linguagem articulada foi identificada primeiro pela descoberta de Broca (SAUSSURE, 1977, p. 18), para ele, “a faculdade de falar localiza-se na terceira circunvolução frontal esquerda”. Fischer (2009, p. 45) também comenta que essa área foi identificada no crânio do *Homo habilis*¹⁸, há 2,5 milhões de anos, na região do cérebro essencial para a produção da fala¹⁹ e da linguagem de sinais. Mas a linguagem vocal mais próxima do que falamos hoje, alguns especialistas atribuem ao *Homo erectus*. Embora tenham sido identificados os caminhos neurais para o desenvolvimento da linguagem, independente de ser de modalidade “oral” ou sinalizada, a fala ainda não era possível naquele período:

[...] nos hominídeos o controle da linguagem e controle das mãos estão intimamente ligados a funções cerebrais. Os gestos estão integrados à fala humana. [...] a linguagem dos gestos talvez tenha contribuído de maneira ainda não muito clara, para o desenvolvimento da linguagem vocal humana (id., ibid., p. 61).

Comunga dessa teoria também Roger Fouts (1998),

[...] nossos ancestrais hominídeos comunicavam-se com as mãos, à semelhança com seus primos macacos. Quando começaram a caminhar sobre duas pernas suas mãos ficaram livres para inventar gestos mais sutis e elaborados. No decorrer do tempo sua gramática gestual tornou-se mais complexa à medida que os próprios gestos deixaram de ser movimentos grosseiros e passaram a ser movimentos mais precisos. Assim os movimentos mais precisos das mãos deram origem aos movimentos precisos das línguas e assim a evolução dos gestos gerou dois importantes dividendos: a capacidade de fabricar e usar ferramentas mais complexas e a capacidade de produzir sons vocais sofisticados. (apud CAPRA, 2002, p. 73)

Podemos observar que, na história da evolução humana, segundo esses autores, o cérebro assumiu outras funções além de gesticular, como a elaboração da fala²⁰ e capacidade

¹⁸O mais antigo espécime *Homo* já identificado, com 2,4 milhões de anos, pertence à espécie dos *Homo habilis*. (FISCHER, 2009, p.45)

¹⁹Fala quer dizer som e/ou oralidade.

²⁰O termo “fala” é entendido neste contexto como produção oral.

de fabricar e usar ferramentas mais complexas. “Alguns acreditam que foram os sinais primitivos que desencadearam o desenvolvimento da linguagem vocal nos primeiros seres humanos” (FISCHER, 2009, p. 248). Ainda segundo esse autor, os grupos ou bandos começaram a desenvolver regras de interpretação dos sinais para identificar a que grupo cada um pertencia, para orientar as caçadas, delimitar território, como também para as relações de hierarquia entre eles. Essa (re)organização dos grupos fez surgir muitas famílias linguísticas que provavelmente geraram as línguas orais e/ou sinalizadas que falamos atualmente. Com isso, entende-se que o uso dos gestos, “sinais”, é anterior ao uso do trato vocal, a fala oral, e que os gestos estavam profundamente enraizados nas estratégias de comunicação dos ancestrais.

1.1- Aspectos Conceituais de Linguagem e Língua

No processo evolutivo do desenvolvimento humano, a linguagem não se restringe apenas ao processo de comunicação, ela envolve tudo que tem significado e valor semiótico, é a forma como o homem percebe o mundo e a si mesmo.

Segundo Ferdinand de Saussure, a linguagem é

[...] multiforme heteroclítica; a cavalheiro de diferentes domínios ao mesmo tempo física, fisiológicas e psíquicas, ela pertence, além disso, ao domínio individual e domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos pois, não sabe como inferir sua unidade (1977, p.17).

O autor afirma, assim, que a linguagem não está presa a regras, pode ser individual e/ou social e tem um componente biológico, enquanto que a língua:

[...] não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela indubitavelmente. É ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas por um corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos (Id., ibid.).

O pai da linguística moderna, o estruturalista Ferdinand de Saussure, considerava a língua uma parte determinante da linguagem. Para ele, a língua é um conjunto de convenções necessárias, adotada conscientemente pelos membros de uma comunidade linguística e não pode ser confundida com o uso restrito da linguagem humana.

Para Mikhail Bakhtin (2006) a língua é um produto social cuja existência se funda nas necessidades da comunicação. E ainda, ela não se submete a uma forma fixa e imutável, como é descrita pelo estruturalista. Ele “[...] valoriza justamente a fala, a enunciação, e afirma sua natureza social, não individual: a fala está indissoluvelmente ligada às condições da comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais” (Id., ibid. p.15).

Nesse contexto, a comunicação não se separa da fala e esta é entendida através da palavra no grupo social; a palavra é colocada como uma ferramenta através da qual os valores sociais se confrontam. A língua está em constante mudança e é pela interação dos indivíduos que ela se desenvolve. Entender esse processo de transformação só é possível através do uso da fala na sociedade. A língua além de ser constituída pelo contexto social acontece entre os indivíduos em momentos reais, singulares e históricos.

A capacidade da linguagem segundo o que vem sendo discutido tem componentes biológicos enquanto parte estrutural da mente, e cultural porque se constitui na interação social. Assim como a língua, mesmo sendo parte da linguagem, é construto social, cujos valores são determinados pela situação sócio-cultural de seus interlocutores, e é nesse sentido que este estudo procura dialogar.

Entretanto, alguns autores usam o termo linguagem com o significado de língua, como verificamos em Gerber (1996, p. 52), quando afirma que a “[...] linguagem é um sistema finito de princípios e regras que permitem que um falante codifique significados em sons e que um ouvinte decodifique sons em significado”. Assim, Gnerre afirma que,

A linguagem não é usada somente para veicular informação, isto é, a função referencial denotativa da linguagem não é senão uma entre outras; entre estas ocupa uma posição central a função de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive (1987, p.03).

A palavra nesse contexto é a língua ou linguagem em ação e tem o poder de situar os falantes dentro de valores sociais por eles estabelecidos. Quadros e Karnopp (2004) da mesma forma, traduzem o vocábulo inglês *language* para o português como “língua e/ou linguagem”. Segundo estas autoras,

[...] a palavra linguagem não se aplica apenas às línguas espanhola, portuguesa e inglesa, mas a uma série de outros sistemas de comunicação, notação ou cálculo que são sistemas artificiais e não naturais. Por exemplo, em português a palavra linguagem é usada com referência à linguagem em geral, e a palavra língua aplica-se às diferentes línguas (Id., ibid., p. 24).

Entretanto, elas conceituam língua como:

[...] um sistema padronizado de sinais/sons arbitrários, caracterizados pela natureza dependente, criatividade, deslocamento, dualidade e transmissão cultural. Isto é verdade para todas as línguas do mundo que são reconhecidamente semelhantes em seus traços principais (Id., *ibid.*, p. 28).

As autoras falam dos princípios universais que são comuns a todas as línguas, não importando se são orais ou gestuais. Assim como Quadros e Karnopp (2004), Fernandes (2003) coloca que a língua não deixa de ser uma forma de linguagem, mas esta não pode ser utilizada no sentido restrito de língua. Ela ainda exemplifica muito bem os dois conceitos através do seguinte esquema:

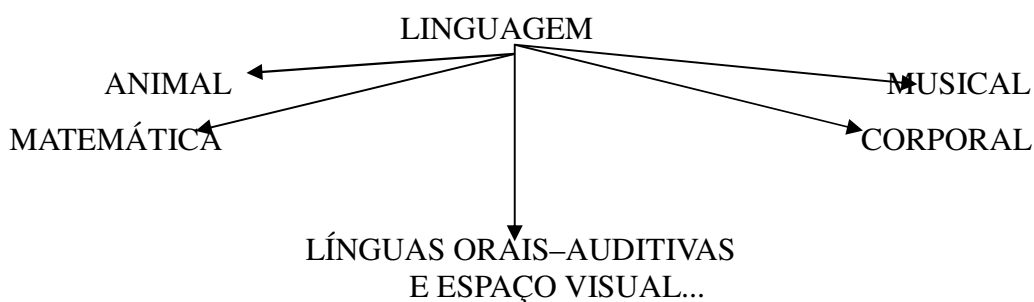


Figura 1- Esquema dos lugares adequados aos termos linguagem e língua (FERNANDES, 2003, p.17).

Neste esquema são exemplificadas várias formas de linguagens e apenas duas modalidades de línguas: as orais-auditivas, que são as línguas que têm forma de recepção auditiva e de reprodução vocalizada (falada oralmente), como a maioria das línguas do mundo, a exemplo do português, do francês, do italiano, etc.; e a língua espaço-visual, que é reproduzida por sinais, ou seja, gestos que utilizam as mãos e tem como recepção o canal visual, como exemplo tem-se a *Lengua de Señas Argentina - LSA*, a *American Sign Language - ASL* e a *Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS*.

Segundo Strobel e Fernandes,

[...] na maioria do mundo, há, pelo menos, uma língua de sinais usada amplamente pela comunidade surda de cada país, diferente da língua falada usada na mesma área geográfica. Isto se dá porque essas línguas são independentes das línguas orais, pois foram produzidas dentro da comunidade surda [...] (1998, p.1).

No Brasil, de acordo com Felipe (2007, p.19), são reconhecidas duas línguas de sinais, a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, da comunidade urbana surda, e a Língua de Sinais Urubu-Kaapor - LKSB, da comunidade indígena Urubus-Kaapor (situados na Floresta Amazônica e no Maranhão).

1.2- A Língua de Sinais: um recorte sócio, histórico e filosófico

As línguas de sinais utilizadas pelas comunidades surdas só obtiveram reconhecimento no século XXI. Até meados do século XX as sociedades priorizaram o trato vocal para o desenvolvimento de uma língua. A comunicação através de gestos foi ignorada em diversos períodos da história pelas sociedades, mesmo que alguns grupos sociais tenham priorizado o gestual, a exemplo dos monges, que faziam o voto de silêncio nos mosteiros no século IV.

[...] Alguns mosteiros instituíram o voto do silêncio como prática cotidiana. O silêncio no período monástico, segundo regras estabelecidas por São Basílio Magno (Igreja oriental) no século IV d.C., era determinado para os noviços com o objetivo de levá-los a desvestirem-se dos costumes anteriores, purificando-se no silêncio para aprender uma nova maneira de viver [...], [...] Além de meditação e oração, os mosteiros também eram espaços de trabalho, e por isso surgiu uma comunicação silenciosa entre os monges, necessária para o desempenho das várias atividades para subsistência de todos; constituiu-se uma linguagem de sinais manuais (REILY, 2007, p. 6).²¹

A prática de voto de silêncio também foi adotada por monges que viveram no século XVI. Segundo Ficher (2009, p. 249-250), o monge espanhol Pedro Ponce de León (1510-1584) realizou as primeiras experiências na educação dos surdos-mudos filhos de nobres espanhóis, para que os surdos pudessem exercer os direitos sobre as suas heranças, com isso, ele foi reconhecido por alguns historiadores como o primeiro professor de surdos e o criador do primeiro alfabeto manual.

Se para os monges a não priorização do trato vocal foi uma opção, no caso das pessoas com surdo-mudez havia o impedimento biológico para aquisição de forma natural e espontânea da fala na modalidade oral. Pela necessidade de interação com o meio social, essas

²¹REILY, Lúcia. **A Igreja Monástica e a Constituição da Língua de Sinais e o Alfabeto Manual**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782007000200011> &script=sci_ arttext>. Acesso: 10/11/2011.

peessoas utilizavam sinais manuais, que não eram reconhecidos como forma de comunicação, porque nesse período, segundo Sacks (1990, p. 31), “a fala [oral], estava associada à concepção bíblica, reforçada pela exaltação da voz e do ouvido como única e verdadeira maneira pela qual o homem chega a Deus”. Essa concepção é também defendida por Aristóteles, ao afirmar que a fala somente seria possível pela oralidade e que os surdos não podiam ser educáveis, pois só através da linguagem falada é que eles poderiam ingressar plenamente em sua condição de cultura humana (Id., *ibid.*).

O pensamento aristotélico esteve presente em muitas discussões até o momento em que a religião e a ciência se separaram. Isso provocou um avanço nos estudos da anatomia, fazendo surgir as primeiras experiências que rompiam com a visão de que os surdos não podiam ser educáveis e que eles eram incapazes de expressar seus pensamentos, através de uma forma de linguagem. Soares destaca as contribuições de:

[...] Gerolamo Cardano, matemático, médico e astrólogo, foi o primeiro a reconhecer publicamente a habilidade do surdo em raciocinar, pois entendia que a escrita poderia representar os sons da fala ou ideias do pensamento, e estes poderiam ser ensinados a ler e a escrever mesmo sem fala, sendo assim, a surdez não seria um obstáculo para o surdo adquirir o conhecimento (1999, p. 17).

Essa informação também aparece em Moura e ela ainda acrescenta que antes mesmo de Gerolamo,

[...] as primeiras alusões à possibilidade dos surdos poderem aprender através da língua de sinais ou da língua oral é encontrada em Bartolo della Marca d’ Ancona, advogado e escritor no século XVI. D’ Ancona considera que no caso dos surdos poderem se expressar pelos sinais ou por outras formas, isto teria consequência diferente do ponto de vista legal (2000, p. 17).

As assertivas acima trouxeram contribuições importantes no que se refere à compreensão da capacidade de aprender dos surdos, através da palavra escrita e do exercício de alguns direitos civis, embora só alguns surdos privilegiados economicamente tivessem acesso a essas conquistas. A grande maioria dos surdos ficava isolada até mesmo dos grupos de iguais e eram privados de instrução e de todo conhecimento do mundo, além de serem forçados a trabalhos servis.

O primeiro a reconhecer que a forma gestual era um sistema linguístico foi o abade Charles-Michel de L’Épée. Ele aprendeu a linguagem sinalizada dos surdos, quando teve

contato com gêmeas surdas que eram educadas pelo Padre Vanin, que viera a falecer (SACKS, 1990). L'Épée assumiu o ensino das gêmeas em 1760, por temer que, sem professor, elas morressem na ignorância de sua religião. Percebeu que as meninas já deveriam possuir um sistema gramatical, pois elas se comunicavam entre si com muita fluência. Ainda esse autor, foi o primeiro ouvinte a reconhecer a necessidade de usar sinais como ponto de partida para o ensino dos surdos. Ele associava sinais com imagens e palavras escritas, o alfabeto bimanual, desenvolvendo assim um método de sinais para a língua francesa.

Essa língua constituiu-se inicialmente de forma híbrida e funcional, baseada nas necessidades da prática. Os surdos começaram a se agrupar em torno desse abade e com isso ele fundou, em 1755, a primeira escola de surdos, o Instituto Nacional de Surdos Mudos em Paris.

Na época, de acordo com Moura, o abade L'Epée afirmou:

Todo Surdo-Mudo enviado a nós já tem uma linguagem [...]. Ele tem o hábito de usá-la e compreende o que o outro faz. Com ela, ele expressa suas necessidades, desejos, dúvidas, dores, etc. E não erra quando os outros se expressam da mesma forma. Nós desejamos instruí-los e assim ensinar-lhes o Francês. Qual é o método mais simples e mais curto? Não seria nos expressando na sua língua? Adotando sua língua e fazendo com que ela se adapte a regras claras, nós não seríamos capazes de conduzir a sua instrução como desejamos? (2000, p. 23).

A partir do agrupamento dos surdos e do aprendizado da linguagem de sinais, o silêncio foi quebrado e a linguagem gestual começou a ser usada socialmente. Seu instituidor - L'Epée - reconheceu o desenvolvimento dessa linguagem entre grupos de surdos. Ele não considerava uma língua com gramática, mas apenas com características linguísticas. A partir de então, as pessoas surdas começaram a demonstrar as duas funções centrais de uma língua, a comunicação e a expressão do pensamento, importantes para o ingresso do sujeito na cultura. Esse período foi considerado segundo Goldfeld,

[...] o mais fértil da educação dos surdos. Ela, a língua, teve grande impulso, no sentido quantitativo com o aumento de escolas para surdos, e qualitativo, já que, pela língua de sinais os surdos podiam aprender e dominar diversos assuntos e exercer várias profissões (2002, p. 29).

Mas apesar desse avanço, o pensamento racional afirmava que bastava a ciência para formar o homem. Isso desencadeou pesquisas para estabelecer relações entre a linguagem,

inteligência e moralidade. Essa discussão centrada na racionalidade apontava que tinha que ser pela medicina a educação das pessoas surdas, o treinamento pela oralidade precisava ser priorizado em detrimento da linguagem gestual, ou seja, língua de sinais.

O alemão Samuel Heinicke (1727-1790), “assim como Aristóteles, acreditava que apenas com a língua oral seria possível desenvolver o pensamento e que as línguas de sinais teriam um efeito negativo para os surdos, pois não permitiria o avanço deles na aprendizagem” (LACERDA, 1998, p.70). Ele opôs-se fortemente à utilização da língua gestual e teve grande sucesso na educação, devido ao fato de um jovem ter aprendido a falar, a ler os lábios e a escrever, por causa de seus métodos de ensino. Em 1778, ele abriu a primeira escola para os surdos na Alemanha. Ficou conhecido como o Pai do Método Alemão.²²

Moura afirma que,

[...] ao querer transformar surdos em ouvintes pelo treinamento da fala, não se consegue o desenvolvimento de uma fala fluente. Dessa maneira, quando havia o fracasso no trabalho da educação dos surdos, afirmava-se que o ensino com a língua de sinais interferia no estímulo da percepção, memória e atenção. Assim, esta língua deveria ser proibida e muitos defendiam o chamado “oralismo” (2000, p. 27).

O oralismo²³ ou filosofia oralista visa à integração da criança surda na comunidade de ouvintes, dando-lhes condições de desenvolver a língua oral. Goldfeld (2002, p.33) acrescenta; [...] “A noção de linguagem, para vários profissionais dessa filosofia, restringe-se à língua oral, e esta deve ser a única forma de comunicação dos surdos”.

Em meio a contendas entre o oral e gestual, no século XIX, Portugal começou a investir na assistência às pessoas deficientes, através da criação de institutos para atendimento de cegos e surdos, privilegiados economicamente.

Segundo Dias:

O primeiro passo em Educação ficou a dever-se a José António Freitas do Rego, que em 1822 envia um pedido a D. João VI para que lhe fossem concedidos meios para a educação de crianças cegas e crianças surdas. O rei atende ao pedido e contrata o sueco Aron Borg, que vem para Portugal e organiza o “Instituto de Surdos, Mudos e Cegos” no palácio do Conde de

²² O ponto de vista de Heinicke ainda hoje é motivo de conflito linguístico entre a maioria dos profissionais que atuam com surdos.

²³ O termo “língua oral” é utilizado para definir línguas que possuem as modalidades áudio fonatória e escrita, como o português, inglês, francês, etc. [...] Por oralismo entendemos o método de educação de surdos que só utiliza no processo de aprendizagem a língua oral, a língua de sinais é proibida” (GOLDFELD, 1997).

Mesquitela, no sítio da luz, em Lisboa (1995, p.12).

Três décadas após a fundação do Instituto de Portugal, no período imperial, o Brasil dá início à educação dos deficientes, primeiro com a implantação do Instituto de Cegos: foi precisamente em 12 de setembro de 1854 que a primeira providência nesse sentido foi concretizada por D. Pedro II. Naquela data, “através do decreto Imperial nº 1428, ele fundou na cidade do Rio de Janeiro, o imperial Instituto de Meninos Cegos” (MAZZOTA, 2011, p. 28)²⁴.

Após a fundação do Instituto para cegos, houve um movimento para a criação do Instituto de surdos. Rocha afirma que,

[...] o surdo francês E.Huet cria em meados do século XIX o Colégio Nacional para Surdos – Mudos de ambos os sexos e em junho de 1855 apresenta ao Imperador D. Pedro II um relatório cujo conteúdo revela a intenção de fundar uma escola para surdos no Brasil e também informa sua experiência anterior como diretor de uma instituição para surdos na França, o Instituto de Surdos-Mudos de Bourgs. (2010, p. 42)

Com isso, D. Pedro II, através da Lei nº. 839 de 26 de setembro 1857, fundou o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, seguindo os modelos da educação francesa. Huet dirigiu este Instituto até 1862 (Id., *ibid.*, p. 10), em seu lugar assumiu Dr. Manuel de Magalhães Couto, que não tendo conhecimento a respeito da educação de surdos, deixa de realizar um trabalho educacional, levando o Instituto a ser considerado um asilo de surdos até 1868, ano em que foi nomeado o Dr. Tobias Leite para assumir essa direção. Com essa nomeação restabeleceu-se o processo de ensino e a divulgação da língua de sinais.

Foi na gestão do Doutor Tobias Leite que a comunicação gestual, hoje conhecida como LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), de forte influência francesa, devido a nacionalidade do fundador do Instituto, foi espalhada por todo Brasil pelos alunos que regressavam aos seus locais de origem quando do término do curso e, também, pela disseminação de algumas publicações feitas no instituto [...] (Id., *ibid.*, p. 46).

Tobias Rabello Leite que dirigiu a escola de 1868 a 1896, publicou, em 1877, um livro com o título “Notícias do Instituto dos Surdos e Mudos” do Rio de Janeiro e o Compêndio para o ensino dos surdos-mudos em 1881, nos quais se percebe a aceitação da Língua de Sinais e do Alfabeto Manual. De acordo com Reis (1992), Tobias Leite considerava

²⁴ Hoje ele é conhecido como Instituto Benjamim Constant, um referencial histórico na educação das pessoas cegas.

a utilidade dos dois métodos no ensino do surdo, como forma de facilitar o entendimento entre professores e alunos.

Em 1873, é publicado um dos documentos mais importantes encontrados até hoje sobre a Língua Brasileira de Sinais, a *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*, de autoria de um aluno surdo desse Instituto, Flausino José da Gama, com ilustrações de sinais separados por categorias. Segundo ele, a inspiração para o trabalho veio de um livro publicado na França e que se encontrava na Biblioteca do Instituto Nacional dos Surdos-Mudos - BINSM. Quase um século depois, em 1969, segundo Felipe (2000), por iniciativa estrangeira, principalmente americana, foram publicados no Brasil dois livros: *Linguagem das Mãos* de Oates, e *Linguagem de Sinais do Brasil* de H. Hoeman. Os sinais brasileiros receberam também influência da *American Sign Language* (ASL). Segundo Ferreira Brito (1995), *Linguagem das Mãos* apresenta um índice de aceitação por parte dos surdos de 50% dos sinais.

Os primeiros estudos que comprovaram que a língua de sinais tem constituição linguística como as línguas orais foram realizados a partir de 1957 por William C. Stokoe, sobre a *American Sign Language* (ASL). A sua primeira publicação foi o artigo *Language Structure: An outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf*, de 1960, tido como um marco nos estudos linguísticos das Línguas de Sinais. Em 1965 Stokoe publicou o primeiro dicionário de Língua de Sinais (*A Dictionary of American Sign Language*), inserindo o estudo dessa língua na Ciência Linguística (REIS, 1992, p. 52)²⁵.

Aqui no Brasil, a pesquisadora Lucinda Ferreira Brito (1995), influenciada pela leitura de um artigo da autoria de J. Kakumasu, *Urubu Sign Language*, iniciou importantes estudos linguísticos sobre a Língua de Sinais dos índios Urubu-Kaapor da Floresta Amazônica brasileira, após um mês de convivência com os índios dentro da tribo, cuja experiência foi documentada em filme. Ela constatou, com suas pesquisas, que a língua utilizada pela tribo era uma legítima Língua de Sinais dos surdos e que foi por eles criada. Também observou um fato muito interessante, os ouvintes da aldeia dos Urubu-Kaapor também “falavam” a Língua de Sinais, enquanto que os surdos se restringiam, evidentemente, à Língua de Sinais. Portanto, os ouvintes da aldeia se mostravam bilíngues²⁶, enquanto os surdos se mantinham monolíngues. Os resultados das pesquisas realizadas por Brito, na década de 1980, comprovaram que:

²⁵ Os Estados Unidos continuam sendo até hoje o centro mundial mais importante das pesquisas linguísticas em Língua de Sinais (REIS, 1992, p. 52).

²⁶ Bilíngues: Por que dominavam duas línguas uma oral e outra de sinais.

[...] a LIBRAS é uma língua natural com toda complexidade que os sistemas linguísticos que servem a comunicação e de suporte do pensamento às pessoas dotadas da faculdade de linguagem [...], [...] a LIBRAS é dotada de uma gramática constituída a partir de elementos constitutivos das palavras ou itens lexicais e de um léxico que se estrutura a partir de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos semânticos que apresentam também especificidades, mas seguem também princípios básicos gerais. É dotada também de componentes pragmáticos convencionais codificados no léxico e nas estruturas da LIBRAS e de princípios pragmáticos que permitem a geração de implícitos sentidos metafóricos, ironias e outros significados não literais (Id., ibid., p. 11).

Esses resultados contribuíram não só para o reconhecimento do caráter linguístico da LIBRAS, mas fomentaram as discussões sobre a educação bilíngue, com a Língua Portuguesa para surdos como segunda língua e como primeira expressão linguística, a Língua de Sinais Brasileira.

Segundo Brito, a Língua Brasileira de Sinais estrutura-se gramaticalmente de acordo com cinco parâmetros:

- 1 - *Configuração das mãos*: são formas das mãos, que podem ser da datilologia (alfabeto manual) ou outras formas feitas pela mão dominante, ou pelas duas mãos do emissor ou sinalizador.
- 2 - *Ponto de articulação*: é o lugar onde a mão dominante configurada faz o sinal, podendo esta tocar alguma parte do corpo ou estar em um espaço neutro vertical (do meio do corpo até à cabeça) e horizontal (à frente do emissor).
- 3 - *Movimento*: os sinais podem ter um movimento ou não.
- 4 - *Orientação*: os sinais podem ter uma direção e a inversão desta pode significar idéia de oposição, contrário ou concordância número-pessoal.
- 5 - *Expressão facial e/ou corporal*: muitos sinais, além dos quatro parâmetros mencionados acima, em sua configuração tem como traço diferenciador também a expressão facial e/ou corporal (Id., ibid., p. 36-41).

Portanto, CM, L, M, Or e ENM são os parâmetros fonológicos das línguas de sinais, ou seja, as unidades mínimas (fonemas/quiremas) que constituem morfemas nas línguas de sinais, de forma análoga aos fonemas que constituem os morfemas nas línguas orais.

A partir das pesquisas de Brito, a língua de sinais foi estruturada gramaticalmente e surgiram novas pesquisas que registraram e ampliaram o universo vocabular desta língua. Em 2001, foi lançado em São Paulo o “*Dicionário Enciclopédico Ilustrado de LIBRAS*, pelo Professor Doutor Fernando Capovilla do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), e em março de 2002, o *Dicionário LIBRAS/Português* em CD-ROM, trabalho

realizado pelo INES/MEC e coordenado pela Prof^a. Dr^a. Tanya Mara Felipe, da Universidade Federal de Pernambuco/FENEIS. Em 24 de abril 2002 foi assinada a Lei nº 10.436, regulamentada posteriormente pelo Decreto 5.626 de 05 de dezembro 2005. A Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas do país, e como um importante instrumento na busca da formação da identidade cultural brasileira e no reconhecimento do direito das pessoas surdas terem acesso à sua língua em qualquer parte do país.

Nesse processo o INES atuou como referência nacional na educação dos surdos, orientando os Estados na estruturação da língua de sinais de forma independente. No caso do Estado de Sergipe as instituições de e para surdos tiveram um papel relevante na construção do diferentes falares dos surdos aracajuano, como pode ser acompanhado nas discussões do capítulo seguinte.

2. A TRAJETÓRIA DA LIBRAS NA COMUNIDADE ARACAJUANA: O QUE REVELAM AS INSTITUIÇÕES DE E PARA SURDOS

[...] Como é "ouvir" uma mão?
Você precisa ser surdo para entender!
O que é ser uma pequena criança na escola,
numa sala sem som com um professor que fala, fala e fala e,
então quando ele vem perto de você ele espera que você saiba o que ele disse?
Você precisa ser surdo para entender! [...]
(WILLERD e MADSEN)

Durante a década de sessenta, mesmo com o golpe militar de 1964, houve um crescimento principalmente na rede privada de instituições, de centros de reabilitações e clínicas altamente equipados para atender pessoas com deficiência mental, visual, auditiva e física, de classes privilegiadas economicamente. Impulsionada pelo crescimento da rede privada, segundo Bueno,

[...] a educação especial pública passou por um processo intenso de ampliação, com a criação de classes especiais, que culminou na década de 70, com a criação de serviços de educação especial em todas as secretarias estaduais de educação (1993, p, 96).

Devido à necessidade de implantação desses atendimentos, em todo território nacional, são criadas campanhas de alfabetização e de endemias, a exemplo da Campanha para a educação dos surdos brasileiros, nascida no Instituto Nacional de Educação dos Surdos. Nesse contexto, o Município de Aracaju implanta a primeira instituição de educação e reabilitação para pessoas com deficiência, tornando-se pioneira no Estado de Sergipe, o Centro de Reabilitação “Ninota Garcia”.

2.1-Centro de Reabilitação “Ninota Garcia”

O “Ninota Garcia” é uma instituição, fundada em 1962, para atender aos deficitários, segundo Garcia Filho:

São os deficitários físicos da paralisia infantil; os deficitários físicos resultantes de acidentes; inclusive e especialmente do trabalho; [...] são os

surdos-mudos cuja moderna técnica de educação lhes proporciona o restabelecimento das relações humanas; [...] (1962, p. 29).

Segundo esse autor, os deficientes auditivos eram atendidos nesse Centro, na escola de surdos-mudos²⁷, iniciada no segundo semestre de sua fundação. Duas professoras foram preparadas com antecedência de dois anos da fundação: foram fazer o Curso para Professor de Deficiente Auditivo, no Imperial Instituto dos Surdos-mudos no Rio de Janeiro- RJ, hoje, Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES/RJ, de acordo com Rocha:

A criação do Curso normal, já em 1951, recebendo alunas de todo Brasil, foi a primeira iniciativa de um grande projeto de descentralização, regionalização e interiorização do ensino para surdos em âmbito nacional. [...] Seis anos após a criação do curso normal em 1957, já havia cinco turmas formadas, perfazendo um total de 299, professores dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina Rio Grande do Sul e da Guanabara (2010, p. 80).

E ainda, esse Curso, o primeiro do Brasil e o terceiro na América Latina, foi implantado no INES, na gestão da Professora Ana Rímoli (1951-1960). O corpo docente que ministrava o curso inicialmente era formado por médicos e professores, muito dos quais, não tinham formação especializada na área de deficiência auditiva. Rocha (2010) apresenta um mapa com o quantitativo de alunos/professores formados em 1961-1962. Ela afirma que, “ao retornarem para seus lugares de origem representavam a oportunidade de aberturas de escolas ou classes para atendimento a alunos surdos” (Id., *ibid.*, p. 80). Em 1960 é registrada nesse curso a presença de cinco professoras do Estado de Sergipe, como confirma Souza (2007).

O Currículo desse curso era dividido em uma parte comum com a mesma estrutura do Curso Normal dos Institutos de Educação da época e outra específica sobre Educação de Surdos. Segundo Rocha com:

Noções de Física, Histologia, Ensino Emendativo, Elementos de Fonética, Anatomia Geral, Psicologia da Linguagem, Anatomia, Fisiologia e Patologia da Audição e da Fonação, Educação Pré-Escolar da Criança Deficiente da Audição e da Fonação. As aulas de Religião faziam parte do currículo, foram ministradas pelo então Cardeal do distrito federal, Dom Jaime de Barros Câmara (2010, p. 82).

Observa-se nesse currículo que não há disciplina alusiva a Língua de Sinais e/ ou outra forma análoga de comunicação dos surdos. Além do “Ninota Garcia”, foi utilizado em

²⁷Surdos- mudo ou a Surdo-mudez: expressão utilizada quando a surdez era associada à mudez.

Aracaju em escolas similares, cujos professores eram treinados para desenvolver técnicas de aquisição da fala, como pode ser observado em Garcia Filho:

[...] Não se pode contar! É preciso ver! O mudo aprende as primeiras letras, a ler nos lábios, a escrever, a fazer as operações fundamentais, a desenhar, a compreender a língua pátria, a iniciar-se nas artes, e, o que mais impressiona, é aprender a falar, emitindo sons que jamais ouviu sons artificiais adquiridos com método, disciplina e paciência (1966, p. 131).

Esse autor destaca o espanto dos “sãos”²⁸, quanto à capacidade dos surdos em aprender a ler e a falar. Os surdos desmistificavam conceitos quanto às suas capacidades que iam além da comunicação. Nesse período histórico a tendência nacional de educação dos surdos tinha como foco a aquisição da linguagem oral, que representava o modelo clínico de deficiência utilizado pela Educação Especial.

O objetivo dessa Instituição era a reabilitação da fala – oral, no modelo clínico, defendido pela medicina, que não era compatível com o uso de sinais ou qualquer forma de comunicação similar. “[...] Não se permitia a comunicação pelos sinais dos dedos e mãos, modernamente em desuso, que vicia, não reabilita e exige dosãos o domínio dos mesmos” (GARCIA FILHO, 1966, p. 132). O moderno era a estimulação da aquisição da fala, pois essa Instituição seguia a metodologia implantada pelo INES. Embora já houvesse a presença de uma linguagem entre os surdos e que não era reconhecida ou aceita, devido à concepção de educação e a priorização das técnicas de reabilitação da fala. Para Lanna Júnior:

[...] No modelo médico, as pessoas com deficiência são “pacientes” – eram tratadas como clientela cuja problemática individual estava subentendida segundo a categoria de deficiência à qual pertenciam. Fazia-se todo o esforço terapêutico para que melhorassem suas condições de modo a cumprir as exigências da sociedade (2010, p. 16).

Esse modelo justifica a proibição do uso de sinais como forma de comunicação, segundo o discurso da época, o uso de sinais atrapalharia o aprendizado da língua oral e esses não faziam parte da formação dos profissionais que estavam envolvidos com os surdos. Os “sãos” tinham que aprender para se comunicar com os surdos–mudos e vice-versa, pois a reabilitação da fala era a proposta metodológica utilizada desde o século XIX. Rocha afirma que:

Com o advento de Milão, em 1888, esse tempo mítico é brutalmente

²⁸ Osãos: referia-se na década de 1960, às pessoas não deficientes, no caso em questão, aos ouvintes. (GARCIA FILHO, 1966).

interrompido, dando início a idade obscura na qual os surdos não poderiam utilizar a Língua de Sinais e seriam forçados à aquisição da linguagem oral. Portanto, depois de Milão, o ideário de vitoriosos ocupa a cena política e educacional da Educação dos Surdos por mais de um século. [...] (2010, p. 103-102).

Essa proibição estendeu-se por mais de um século e foi reforçada nos centros de reabilitação criados, principalmente, no período pós-guerra. A ausência de metodologia que utilizasse qualquer outra forma de linguagem foi confirmada, pelo ex-aluno Sr. Clovis da Silva, de 55 anos, em entrevista concedida a Souza (2006). Lembro-me quando o interpretei, a pedido da referida professora, observei que ele usava duas formas comunicação concomitantemente, a oralização e língua de sinais, ele afirmou que aprendeu LIBRAS com surdos do Recife que vieram jogar futebol no “Ninota Garcia”, segundo Silva,

[...] Antes não havia sinais em Aracaju. O professor-ouvinte botava a mão no pescoço e falava: ma-mãe, sa-pa-to, pé. “Surdo via os lábios e aprendia”. E prossegue: Entrei na escola com 11 anos e saí com 14. De manhã eu engraxava sapatos e à tarde ia para a Escola. Saí de lá na primeira série. O uniforme era de pano, não era malha [apontou para uma pessoa com blusa de malha]. Só recebia uma farda (Entrevista em 05 de abril de 2006)²⁹.

Observa-se, até então, que a escola ignora a comunicação através dos sinais e que dá ênfase às práticas para aquisição e desenvolvimento da língua oral com a repetição dos exercícios fonoarticulatórios³⁰ desenvolvidos pelas fonoaudiólogas para a educação dos surdos, essas práticas constituíam o que Dominique Julia define como cultura escolar,

[...] um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidade que podem variar segundo às épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (2001, p. 10).

O pensamento da sociedade com relação aos surdos era refletido nas práticas de ensino, pois o objetivo maior era torná-los ouvintes, ou seja, normatizá-los, desconhecendo a capacidade de sinalização como forma de comunicação. Entretanto, essa forma de comunicação estava se constituindo a cada momento que os surdos se reuniam nos espaços de

²⁹ Entrevista cedida a Prof^a. Dr^a. Verônica dos Reis Mariano Souza, em 2006 (SOUZA, 2007, p. 149).

³⁰ Exercícios fonoarticulatórios: são chamados esses exercícios práticos para desenvolver a oralidade.

recreação e/ou lazer nas escolas, nas instituições não governamentais e/ou em outros lugares.

A exemplo do “Ninota Garcia”, na década de 1970, a linguagem de sinais era introduzida nas competições esportivas entre surdos, como também, através da professora surda, de artes, Aparecida, que se comunicava alternando fala oral e a linguagem de sinais.

[...] Por conseguinte, a alternância entre o ensino da fala e o igual de sinais também caracterizou o “Ninota”. A professora introduziu a LIBRAS na sala de Surdos de Aracaju. [...] Maria Aparecida estudou no INES, como aluna interna, durante oito anos, ao completar 15 anos, ela saiu do instituto com o grau equivalente à quarta série do fundamental. Foi para São Paulo, onde estudou durante dois anos. [...] Ela afirmou em LIBRAS: Fui estudar no INES pequena, sete anos. Saí de lá com quinze anos. Antônio era bom (sorriu ao digitar o nome dele Fui sozinha pedir emprego a ele. Ensinei muitas crianças, não lembro do nome, quando me aposentei [...]) (SANTOS, entrevistado em 26 de jan.2006)³¹.

A professora Aparecida, enquanto usuária da língua de sinais, adquirida no INES, teve um papel fundamental nessa Instituição. Observa-se, a partir dela uma tolerância quanto ao uso dos sinais entre os surdos, como também, uma possível mudança de metodologia, pois, só com o desenvolvimento da fala articulada, ou seja da oralidade, os alunos do Centro não apresentavam muitos avanços no processo de ensino surdos – mudos. Souza coloca que:

[...] Apesar do trabalho e da persistência, depois de quatro anos de funcionamento, o “Ninota” tinha estruturado apenas um programa para educação dos surdos, da educação infantil à segunda série do ensino fundamental. Isso que dizer que os surdos lá matriculados não conseguiam ultrapassar as duas séries iniciais do ensino básico [...] (2007, p.143).

As afirmações de Souza, a respeito das limitações na aprendizagem decorrentes do uso exclusivo da oralidade, já eram também observadas por outras instituições de atendimento às pessoas surdas, ainda na década de 1960, segundo Moura:

Nesse momento já se tornava claro para os professores de surdos que o método oral nas suas diferentes formas não estava proporcionando um nível suficiente de linguagem, leitura orofacial, articulação e habilidades de leitura que garantisse sua validade (2000, p. 55).

O “Ninota Garcia”, além de ser considerado um dos pioneiros no Estado de Sergipe, na educação das pessoas com deficiência, embora nos moldes de assistência e reabilitação, nas suas inúmeras qualificações, também pode ser considerado precursor, por ter criado

³¹Entrevista cedida a Prof^a. Dr^a. Verônica dos Reis Mariano Souza, em 2006 (Id., *ibid.*, p. 149).

situação de diversidade na sala de aula, pois, no Jardim de Infância, todos aprendiam juntos, são e deficitários. “[...] (um) Jardim de Infância, tudo isso constituindo uma comunidade de são e deficitários que hão de educar-se em conjunto, facilitando-lhes as reações, neutralizando os complexos, preparando-os para a vida em sociedade” (GARCIA FILHO, 1966, p.32).

Enquanto isso, o poder público cria, em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial - CENESP, para gerenciar a política de Educação Especial, ligado à Secretaria Geral do Ministério de Educação e Cultura-MEC, destinado à educação das pessoas com deficiência e superdotação, numa perspectiva de integração escolar, para aquelas sem impedimento de frequentar, quando na idade própria, ambientes comuns de ensino, em estabelecimentos oficiais, ou seja, a escola regular (BRASIL, 2007). Em Sergipe, são implantadas Classes Especiais para deficientes mentais e auditivos na Escola Estadual “11 de Agosto”, um ano após aprovação de funcionamento.

2.2-Secretaria Estadual de Educação: Escola Estadual “11 de Agosto”

O Estado de Sergipe, sob a orientação do CENESP/ MEC, através da Secretaria de Estadual de Educação- SEED, insere, na própria rede, os serviços da Educação Especial. De acordo com Souza:

A implantação desta modalidade de educação no Estado foi realizada por uma equipe composta por Maria das Graças Barreto (Coordenadora), Yara Campelo e Maria Júlia Santos (ambas da área de educação) Marilza Franco (Terapeuta da palavra que corresponde hoje à fonoaudióloga) e Marbene Guedes (neurologista) (2005, p.77).

Essa equipe avaliava e diagnosticava as crianças que engrossavam as estatísticas de reprovação da escola pública, para encaminhá-las ao atendimento educacional nas classes especiais, como também coordenava a formação dos professores para atuarem nessas classes.

No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico, baseado em fichas e informações sobre a problemática existente, com crianças com índices de reprovação e problemas de aprendizagem. [...] com base nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujos

resultados diagnosticavam as crianças com necessidades educativas especiais que eram encaminhadas para classes especiais. Elas eram classificadas como dependentes treináveis ou educáveis (Id., *ibid.*, p. 78-79).

A Escola escolhida para implantação das primeiras Classes Especiais³² foi a Escola de 1º Grau “11 de Agosto”³³, criada pelo Decreto nº 3. 017, de 14, de janeiro de 1970, no governo de Dr. Paulo Barreto de Menezes, quando era Secretário de Educação o Dr. João Cardoso Junior, a autorização para o funcionamento foi através da Resolução Nº. 70/76³⁴ do Conselho Estadual de Educação de Sergipe:

[...] um ano após a aprovação para funcionamento são implantadas as primeiras classes especiais, como salas de recursos³⁵, atendiam as crianças que estudavam nas salas regulares que foram avaliadas e diagnosticadas pela equipe da SEED/Educação Especial, uma classe para os que apresentavam dificuldade de aprendizagem, outra classe para aquelas com maiores dificuldades e ou com deficiência leve e outra para atender as crianças surdas com problema de fala, esta tinha toda aparelhagem necessária (Id., *ibid.*, p. 78).

Não foi encontrado registro alusivo à data da implantação de Classes Especiais, no arquivo da Instituição, conforme dados desta autora. Na Resolução Nº 190/87, de aprovação da Grade Curricular, encontram-se registros de classes regulares, como também referentes à preparação para o trabalho estabelecida pela reforma de 5692/71.

No início da década de oitenta, essa instituição já contava com a demanda de 38 pessoas com deficiência, segundo o levantamento do primeiro censo realizado pelo país em 1981. Esse ano foi eleito como o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência. As sociedades passam a direcionar seus olhares para as pessoas com deficiências, segmento social minoritário que até então eram mantidas segregadas em suas casas ou nas instituições que as representavam.

Na cidade de Aracaju-SE, foi constituída a comissão Estadual para o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência.

³² Classe Especial: é a classe que , embora localizada na escola comum, atende deficientes da audição em ambiente físico, adequado , com professor , equipamentos , métodos, técnicas e recursos específicos (BRASIL, 1984, p. 24).

³³ Anexo 01: Histórico da Escola de 1º grau “11 de Agosto”, documento cedido pela direção da escola, em 21/11/2012.

³⁴ Anexo 02: Resolução 70/76, documento cedido pela direção da escola, em 21/11/2012.

³⁵ Sala de Recursos: a sala que, na escola comum, dispõe de equipamentos, recursos didáticos e professor especializados para o atendimento específico de educandos deficientes de audição, em trabalho paralelo à sua integração na classe comum (BRASIL, 1984, p. 29).

Instalada a comissão Estadual Para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, detectou-se de imediato a quase total carência de dados censitários específicos em Sergipe.

Com subsídios concretos para ações a serem realizadas a favor do deficiente do Estado, determinamos a montagem imediata de um banco de dados.

A Subcomissão de conscientização – integrada por representantes de vários organismos públicos e privados e coordenada pela Subsecretaria de Comunicação Social do Governo de Sergipe - foi responsabilizada pela tarefa.

A fundação do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL – representada na Subcomissão pela Coordenadoria Estadual, encarregou-se de efetivar o levantamento de dados.

É esta amostragem que temos a satisfação de entregar aos órgãos e Entidades, que direta ou indiretamente, batalham em ação tão meritória, qual seja de engajar o deficiente no seu Tempo e Lugar Na Sociedade.

Agradecemos de coração ao MOBRAL, RONDON, Entidades e Pessoas que realizaram e apoiaram este trabalho.

MARIA VÍRGINEA LEITE FRANCO

Presidente da Comissão Estadual Para o

Ano Internacional das pessoas Deficientes.

(SEGRASE, 1981, p. 10)

Muitos profissionais foram envolvidos para realização desse censo, uma vez instalada a Comissão:

[...] Ficou constatado que dos 2.313 deficientes que foram encontrados, somente 214 são assistidos pelas seguintes Entidades: -APAE:120; -Centro de reabilitação “Ninota Garcia”: 50; -“Rosa Azul”: 38 e -LBA: 06. [...] Constatou-se que dos 2.313 deficientes encontrados, 715 estudam, donde se conclui que se apenas 214 são assistidos escolas especializadas, 501 frequentam escolas comuns com professores não especializados, além dos 1.598 que não estudam e dos 2002 que não trabalham. (Id., *ibid.*, p. 12-13).

Os dados apresentados têm grande relevância para a historicidade das pessoas com deficiência no Estado de Sergipe, pois, mesmo que por amostragem, apontam registros concretos do número de deficientes, perfazendo um total de 11.626, das Instituições de atendimento, assim como, das áreas identificadas: Motora, Visual, Auditiva, Mental e Múltiplas.

Não ignorando as outras áreas de deficiência, destacamos os registros das pessoas com Deficiência Auditiva – DA, que estão diretamente ligadas ao objeto deste estudo - a língua de sinais. Observa-se que nos 73 municípios foram identificados 1465 pessoas com deficiência auditiva, enquanto que, na capital, registram-se apenas 355 pessoas. Dos deficientes auditivos registrados na capital, de acordo com o censo, um número significativo deles eram atendidos nas Classes Especiais do “11 de Agosto”.

A professora Dos Anjos³⁶ descreve como eram organizadas as Classes Especiais para o atendimento ao deficiente auditivo:

[...] e quando eu cheguei no 11, em 1986, eu fiquei espantada por que tinha salas preparadas para surdos, tinha uma equipe preparada para surdos, a sala revestida com aparelhagem toda perfeita eu não imaginava que existia isso, na rede pública, uma escola tão preparada para surdos [...], [...] antes usava uma metodologia diferente para ensinar surdos, era leitura labial e eu fui desse tempo [...], [...]e tinha salas preparadas para isso revestidas com toda aparelhagem de som e tudo mais [...] (Entrevista em 21/11/2012).

A metodologia utilizada para estimulação da fala é a mesma trazida do INES, inicialmente, pelas cinco professoras sergipanas mencionadas em Garcia Filho (1962), Souza (2007) e Rocha (2010).

A pedagoga “CE”³⁷ complementa:

[...] as Classes Especiais eram separadas, ficavam pavimento de baixo, os outros alunos estudavam lá em cima, elas eram também menores, porque tinha menos alunos. Os D.A.³⁸. Tinham no máximo de 10 alunos e as classes de DM- Deficiência Mental, hoje Deficiente Intelectual tinha uns 15 [...], o ensino dos especiais era com material bem concreto, era associado o objeto com o nome, ... O nome era colocado em cima do objeto exemplo armário, mesa, etc. ... Não usava LIBRAS não. O material das salas era figuras, cola, tesoura, um material bem concreto,... era treinado a leitura labial a palavra era presa no objeto no início tinha uma sala bem aparelhada, tinha acústica e os alunos tinham aparelho para surdez, acho que era doado pela LBA, ... a escola tinha uma Médica, Clínica Geral, tinha uma Fono e uma Assistente Social [...] (Entrevista em 19/10/2012).

O cenário que chama a atenção da Pedagoga “CE”, ao ingressar no “11 de Agosto”, mostra a organização da sala de aula para estimular o desenvolvimento da aquisição da linguagem oral”, em 1984. Essa sala representava a proposta política da Secretaria Estadual de Educação para a Educação Especial no final da década de 1970. Segundo as Professoras, Silva³⁹:

[...] na divisão de educação especial se trabalhava existia uma fono, mas era toda parte de leitura labial, não havia uma aceitação por parte da maioria das fonos na questão de língua de sinais, era leitura labial [...], [...] até então aqui

³⁶ Dos Anjos é Pedagoga e professora da Escola de Primeiro Grau “11 de Agosto”.

³⁷ “CE” é Pedagoga e trabalha no “11 de Agosto”, o nome foi omitido, por ela não ter assinado a autorização para divulgação.

³⁸ DA: refere-se ao deficiente auditivo.

³⁹ Silva, Pedagoga com especialização em Deficiência Visual pelo Instituto Benjamin Constant-IBC/RJ, Deficiência Auditiva pelo Instituto Nacional de Educação dos Surdos –INES/RJ e Professora do Centro de Apoio pedagógico para Deficientes Visuais.

em Aracaju só era oralização entendeu, a língua de sinais era proibido [...] (Entrevista em 12/09/2012).

Dos Anjos:

[...] tinha estimulação auditiva, a gente trabalhava com bandinha, tocar instrumentos para eles perceberem os sons, eles usavam aqueles aparelhos a maioria usavam aparelho de caixinha, lembro bem [...] O que mais lembro é a estimulação auditiva, que a gente fazia de tudo, falava o som e pedia para que eles repetissem o mesmo som, tocava no rosto para sentir a vibração da cordas vocais, tocava na boca para sentir como era que pronunciava as palavras[...] (Entrevista em 21/11/2012).

E Vilauba⁴⁰:

[...] na época quando eu cheguei no “11 de Agosto” era só baseado no oralismo, [...] eu trabalhava no apoio pedagógico dos deficientes mentais e eu via todo o trabalho que as fonoaudiólogas desenvolviam com os surdos, estimulando a linguagem oral, na verdade não era nem estímulo à linguagem oral era treinamento mesmo de fala, era articular as palavras, [...] (Entrevista em 15/01/2013).

As narrativas das professoras falam sobre as práticas que aconteciam no interior de toda Escola “11 de Agosto”, nas Classes Especiais, e o que elas representavam para educação dos surdos. E a escola representa as sucessivas propostas curriculares que eram determinadas pelo Ministério de Educação – MEC, com ênfase na oralização que foi iniciada no Brasil no final da década de cinquenta, na gestão de Ana Rímoli, como já foi acima citada.

As discussões sobre a eficácia do oralismo são bem antigas, datam do século XVIII, principalmente, entre L' Epée, da língua de sinais e Heinicke do método de oralização, já referidos no primeiro capítulo. O oralismo como filosofia de Educação dos surdos foi muito questionado, por não atingir os objetivos propostos para a aprendizagem das pessoas surdas. A professora Vilauba fala como era aplicado esse método:

[...] eu não esqueço nunca quando eles diziam sa-pa-to, e aí os meninos repetiam sa-pa-to, sem nenhuma entonação sem nenhuma preocupação com a articulação correta das palavras, correta no sentido assim, dando sentido a palavra, era articular por articular as palavras sem nenhuma relação com o contexto a utilização daquilo, eu ficava preocupada e quando eu perguntava aos alunos o que é isso? Eles não sabiam me dizer o nome das coisas, então era uma preocupação que eu tinha (Entrevista em 15/01/2013).

⁴⁰Vilauba, Pedagoga, Professora e Coordenadora da Escola "11 de Agosto" e da Secretaria Municipal de Educação de Aracaju.

Na escola “11 de Agosto”, e nas Instituições já destacadas, sempre era priorizada a aquisição da língua portuguesa na modalidade oral, o oralismo. Mas, no cotidiano da escola o uso da Língua de Sinais, ou dos gestos trazidos pelos surdos do meio familiar, acontecia a interação entre os surdos até mesmo com os ouvintes, pois, o uso da linguagem sinalizada, de forma clandestina ou estimulada pelos profissionais, estava sempre presente como instrumento de apoio ao ensino pelos profissionais, como expõe Dos Anjos:

[...] quando entrei em oitenta e seis, os surdos usavam mímica, eles não estavam organizados, os grupos iam criando coisas que ficava comum, talvez tenha aproveitado para a língua de sinais; eu usava muita de mímica, fazia gestos de todas as formas.[...] [...] no início, os sinais aconteciam por que era necessário a gente acaba criando gestos, não tem como trabalhar com surdos sem gestos, isso acaba acontecendo se não tiver vai arrumar um jeito de ser entendido [...] (Entrevista em 21/11/2012).

Essa mesma situação foi observada por Rocha (2010), na entrevista da professora Norma Nunes de Souza, concedida em 15 de março de 2008, para o acervo do INES:

A discussão sobre a linguagem de sinais é antiga, e a meu ver, desnecessária. Sempre trabalhei usando as duas. A comunicação por sinais sempre foi necessária para o atendimento tanto entre os surdos como, também com os ouvintes, uma vez que é mais fácil para eles [...] (Id., ibid., p.136).

No âmbito nacional, a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE passava para o status de Secretaria Nacional de Educação Especial – CEESP e as reflexões sobre as questões da surdez giravam em torno de metodologias que utilizassem a duas modalidades a oral e a sinalizada.

A professora Vilauba, em 1990, foi fazer o curso de formação de professores para educação de surdos no INES, e identificou, nesta instituição, o uso de vários métodos, que oscilavam entre os mistos a partir da linguagem gestual, e os audiofonatórios, que partem do aproveitamento do potencial auditivo residual para a aquisição da linguagem oral. Ela ainda fala do curso e do seu fascínio em aprender nova disciplina:

[...] na verdade eu ficava encantada quando via os alunos surdos do “11 de Agosto” se comunicar com as mãos, e eu ficava tentando descobrir o que eles diziam com as mãos, e eu não entendia muito bem, e essa curiosidade me levou a aceitar o desafio de fazer esse curso de especialização no INES. [...] no INES na época existia várias metodologias de trabalho e uma delas era baseado na LIBRAS [...], [...] e lá durante o curso eu tive a oportunidade

de aprender a LIBRAS, nós passamos um ano inteiro participando do curso de LIBRAS, então tinha aula duas vezes por semana de LIBRAS, por sinal a nossa professora de LIBRAS era surda era a Lucia Severo, irmã de Marieta Severo, e ela assim era muito rigorosa e a gente tinha que dar conta de todos os sinais que a gente já tinha aprendido, ela fazia avaliação, praticamente todos os dias ela avaliava. Nós inclusive conversávamos no curso com os colegas em LIBRAS, porque a gente achava interessante todo mundo queria treinar, e treinava exatamente por que na aula de LIBRAS a gente tinha que saber LIBRAS, a professora perguntava e quem não soubesse era um vexame, e corria o risco também de a gente ser reprovada nessa disciplina [...] (Entrevista em 15/01/2013).

No fim da década de oitenta até meados de 1990 discutiam-se muitas abordagens e diferentes métodos para educação dos surdos, a saber:

Quadro 03 - Quadro das abordagens linguísticas utilizadas com alunos surdos para o desenvolvimento da oralidade.

Gestual ⁴¹	Gestos	Demonstrativos ou indicativos Representativos ou imitativos Simbólico
	Alfabeto datilológico	
Oral ⁴²	Abordagem ⁴³ Unissensorial	Método Perdoncini ⁴⁴ Método Acupédico ⁴⁵
	Abordagem ⁴⁶ multissensorial	Método Verbotonal ⁴⁷ Método Tadoma ⁴⁸ Método Sanders ⁴⁹
Oral-Gestual	Novo Oralismo ⁵⁰ Comunicação Total ⁵¹ Bilinguismo ⁵²	

Fonte: Pereira (2005, p. 23).

Sendo o mais divulgado segundo Ponce,

⁴¹ Representado pela linguagem gestual ou mímica.

⁴² Conhecido como oralismo, o objetivo é a integração do deficiente auditivo na comunidade ouvinte;

⁴³ Enfoca unicamente o sentido da audição para estimular a fala;

⁴⁴ Utiliza aparelho de amplificação sonora para estimular a fala e a linguagem;

⁴⁵ Estimula a fala por meio da audição residual;

⁴⁶ Utiliza a audição, o tato e a visão;

⁴⁷ Estimula a fala por meio de transmissão de sons por via aérea ou óssea;

⁴⁸ Utiliza a linguagem natural pelo tato, por vibração, de intensidade, de duração e ritmo;

⁴⁹ Explora a audição residual por meio de treinamento auditivo através de pistas visuais e táteis;

⁵⁰ Utiliza aparelho de amplificação sonora, leitura orofacial e do alfabeto manual;

⁵¹ Utiliza aparelho de amplificação sonora, linguagem gestual ou mímica, pistas visuais e táteis, leitura orofacial, alfabeto manual e língua de sinais.

⁵² Utiliza a LIBRAS pelos surdos como primeira língua e Português como segunda, reconhece a pessoa surda como um grupo linguístico e cultural.

[...] o método Perdoncini baseia-se no enfoque “chomiskiano” o ser humano possui “faculdade inatas para a linguagem e oferece dois fundamentais meios específicos para que tais faculdades “inatas” atinjam a maturação, chegando à competência e ao desempenho linguístico. São eles aprender a ouvir e a compreensão da linguagem (1989, p. 13).

Na Filosofia Oral o Perdoncini foi divulgado por Alpia Couto, aluna do INES na gestão Ana Rimoli (ROCHA, 2010). Alguns desses métodos chegaram a Aracaju através das professoras que iam fazer suas capacitações no INES, as disciplinas dos cursos de formação de professor, os habilitavam com métodos e conteúdos específicos para estimular o desenvolvimento da fala das pessoas surdas, como pode ser observado no certificado da professora Vilauba no início da década de noventa.

Estudos adicionais, previstos pelo

19/88, aprovado em 02/09/88.

Área da Deficiência Em 11

GRADE CURRICULAR

DISCIPLINA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	MÉDIA	CARGA HORÁRIA	
			DISCIPLINA	ÁREA
Introdução à Educação Especial	Conceituação, Princípios Básicos, Histórico Legislação e Tipos de Atendimento ao D.A.			40
Aspectos Bio-Psico-Sociais	Anatomia; Fisiologia e Patologia dos Órgãos da Audição e da Fala. Diagnóstico Otorrinolaringológico e Auditológico Audiometria e Prótese Psicologia do Desenvolvimento Aspectos Psicológicos do D.A. Aspectos Sociais do D.A.			100
Comunicação e Expressão	Noções de Linguística Educação Artística Educação Física			80
Física	Noções de Física Acústica Aplicada a Educação do D.A.			20
Filosofias e Métodos para a Educação do D.A.	Filosofia da Comunicação Total Método Audiofonatório Método Verbo Tonal			210
Técnicas e Recursos Especiais para Educação do Deficiente Auditivo	Educação Pré-Escolar Alfabetização do D.A. Metodologia das Disciplinas de 1.º Grau Aplicada ao Ensino do D.A. Recursos Audiovisuais Especiais para o D.A. Língua de Sinais			190
Orientação à Monografia				20
Dinâmica de Grupo	Estágio Supervisionado			20
Prática de Ensino				220
Total da Carga Horária				900
Média Final				

Alpia Fragoso Machado Oliveira
Chefe do Serviço de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos

Figura 02 - Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Professores para Surdos – INES /RJ, em 1990. Fonte: Arquivo pessoal da Professora Vilauba, 2013.

A filosofia que predominava nessa década, no INES, era a Comunicação Total, que não era definida como método, pois que não excluía nenhuma outra abordagem de ensino, ao contrário utilizava-se de todos os recursos possíveis. Segundo Ciccone,

[...] um programa de Comunicação Total não exclui técnicas e recursos para a estimulação auditiva; adaptação de aparelho de amplificação sonora individual; leitura labial; oralização e escrita. Acrescenta-se, no entanto, que em razão de seus estatutos próprios, esta filosofia educacional está incluindo, nesse programa, uma completa liberdade própria de qualquer estratégia, que permitam resgate de comunicações, total ou parcialmente, bloqueadas. Dessa maneira, seja pela linguagem oral, seja pela de sinais, seja pela datilologia, seja pela combinação desses modos, ou mesmo por outros que por ventura, possam permitir uma comunicação total, seus programas de ação estarão interessados em “aproximar” pessoas e permitir contatos (1990, p. 7).

A professora Vilauba comenta a utilização dessas filosofias quando retorna do INES:

[...] retornei para Aracaju na Rede Estadual eu fui convidada para coordenar os serviços no “11 de Agosto”, que era responsável pelas classes especiais de surdos, então nós tínhamos na época, 1990, 1991 por ai, nós tínhamos oito turmas de surdos, quatro pela manhã e quatro pela tarde, eu sempre me dividia, eu ia alguns dias no horário da manhã e alguns dias eu ia no horário da tarde, sendo assim eu acompanhava as turmas da manhã e acompanhava as turmas da tarde, comigo também trabalhavam mais duas pessoas, uma ficava só no horário da manhã e a outra ficava só no horário da tarde, então eu tomava conhecimento de tudo que acontecia com essas oito turmas de surdos, bem o trabalho com os surdos na época era só baseado no oralismo, antes do Rio era todo baseado no oralismo (Entrevista em 15/01/2013).

Segundo a autora o oralismo estava presente nas Classes Especiais da Escola “11 de Agosto”, em 1991. No arquivo dessa instituição, foram encontradas relações nominais dos alunos destas classes de 1990 a 1993, a parte dos demais alunos das classes regulares, mas segundo o profissional responsável pelo arquivo, a partir de 1994, as pastas foram misturadas.

A cada nova matrícula, segundo Vilauba:

[...] então nós recebíamos todos os anos, chegava alunos que não tinha sinal algum, não tinha nenhuma linguagem de sinais, e aí a gente ia trabalhando alguns alunos e as famílias aceitando, eles se desenvolviam rápido, agora quando os alunos não aceitavam por conta da família, aí essa comunicação era mais difícil [...]. [...] muitos surdos principalmente, os mais velhos eles traziam muitos sinais, alguns que a gente considerava sinais, assim formas de comunicação familiares, que eles traziam para se comunicar, como: mamãe eles mostravam a barriga grande, a gente sabia que foi uma forma muito familiar que eles encontraram de se comunicar com a família e na escola, [...] outros surdos vinham visitar a instituição que passou a ser referência para eles [...]. Algumas professoras mais curiosas pegavam o livro de língua de sinais e procurava esses sinais, já dizia para ele como é que era o sinal de forma correta, já tinha livro, eu tinha um livro inclusive ainda tenho esse livro, a gente olhava o sinal lia como esse sinal era descrito [...], é o *Linguagem das Mãos* de Eugênio Oates, então esse livro nos ajudou bastante, isso em 90 a gente já se preocupando em utilizar os sinais, por que eu percebia que quando eu utilizava os sinais eles correspondiam às

expectativas da gente (Entrevista em 15/01/2013).

O livro referido pela professora foi publicado em 1983, identificado como o primeiro Livro de Sinais utilizados pelas professoras entrevistadas, nas cinco instituições visitadas havia pelo menos um exemplar.

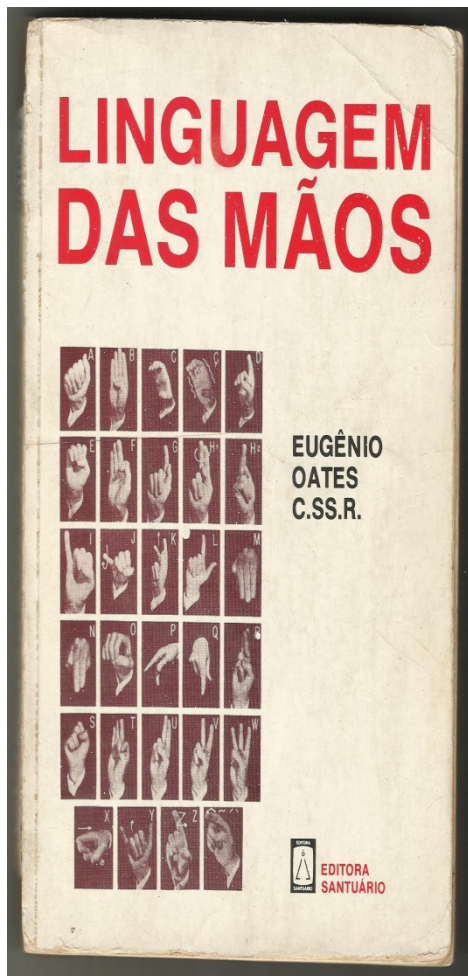




Figura 03 - *Linguagem das Mãos* (OATES, 1983). Fonte: Acervo da Professora Gleide⁵³, 1999.

Esse livro também foi citado pela professora Silva, que trabalhava na Coordenação da Divisão de Educação Especial da SEED/SE, a qual teve acesso quando fez o curso do INES, em 1992. No Histórico do Curso da professora Silva, dois anos após da professora Vilauba, o Curso do INES permaneceu com as mesmas disciplinas e os conteúdos programáticos:

[...] em 1992, eu fui para o Rio de Janeiro, eu fiz o curso lá no INES, foi um curso com duração de 8 meses, que integra todas as Unidades Federadas. Daqui de Aracaju nesse ano só tinha eu, e lá convivi com os surdos, [...] tive a oportunidade de conhecer todas as metodologias que o instituto trabalhava e lá dentro um grupo já estava trabalhando com a Língua de Sinais, foi aí meu primeiro contato com a Língua de Sinais, [...] retornei para Aracaju dentro da divisão. Na divisão de Educação Especial existia uma fono, mas era toda parte de leitura labial, não havia uma aceitação por parte da maioria das fonos a questão de Língua de Sinais, era leitura labial, e dentro do setor chegou um profissional, ele veio com uma metodologia da Comunicação Total, eu não lembro o nome dele, era um Fonoaudiólogo [...], mas eu sempre tentado a questão da Língua de Sinais. (SILVA, entrevista em 12/09/2012).

⁵³ In memoriam.

Como pode ser observado nas colocações das duas professoras, Vilauba e Silva verifica-se que a Língua de Sinais já direcionava o processo de ensino, tanto na formação dos professores quanto nas classes especiais. Embora a grande virada na educação dos surdos e, principalmente, sobre a Língua de Sinais foi o reconhecimento desse sistema de comunicação pela Declaração de Salamanca, 1994.

[...] em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados [...] (BRASIL, 1994, p. 1.)

É um avanço contraditório, enquanto essa declaração traz nova proposta na educação das pessoas com deficiência, a educação para todos na perspectiva da inclusão⁵⁴ na escola comum, nas instituições de atendimento às pessoas surdas a política era segregativa. A declaração de Salamanca também reconhece a língua de sinais como instrumento linguístico.

19. Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso a educação em sua língua nacional de signos. (Id., ibid., p. 7)

A partir de então o sistema de comunicação das pessoas surdas passa a ser oficialmente aceito como língua nacional de signo, com direito ao uso e ensino, mas ainda não havia o reconhecimento legal desse sistema com status de língua. Silva afirma:

[...] lá no INES, uma professora que ainda é professora do Instituto a Emeli, através dela fiz amizade com surdos da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos -FENEIS, então nós montamos aqui em Aracaju o primeiro curso para todos os professores da Rede Estadual [...] o curso era específico para professores da Rede Pública Estadual e também a fonos, houve por partes de algumas fonos a curiosidade de conhecer a língua de sinais[...] [...] então foi o primeiro de curso de Língua de Sinais que foi feito por um surdo, que foi o Sergio, ele fazia parte da Federação e como eu tinha

⁵⁴Inclusão: “[...] processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistema sociais gerais, pessoas com deficiência [...]” (SASSAKI,2010, p. 39).

toda a formação lá do Instituto a gente sabia que para Língua de Sinais tinha que vir um surdo para dar o curso (Entrevista em 12/09/2012).

A vinda desse curso para Sergipe em 1997⁵⁵ trouxe novas perspectivas para a educação dos surdos, não só para os professores do “11 de Agosto”, tiveram a oportunidade de aprender vários conteúdos relacionados à Língua de Sinais, como também, os surdos da comunidade aracajuana.

[...] aqui para Aracaju a gente também procurou a associação dos surdos, essa associação, ela já existia aqui, mas no momento totalmente desarticulado, o Sergio como um surdo ele teve todo o interesse de conhecer toda a comunidade surda junto com a professora Emeli, a gente localizou uma casa eles estavam funcionando de uma forma não sistemática e nisso o Sergio conseguiu reunir vários surdos foi quando a gente teve oportunidade nesse momento de ver o número de surdos existentes aqui em Aracaju, sabe um número bastante significativo (Id., entrevista em 12/09/2012).

O efeito desse encontro foi importante para os profissionais envolvidos com a educação das pessoas surdas: era uma nova perspectiva de educação que emergia e tinha a língua de sinais como parte cultural do fazer pedagógico.

Nos documentos produzidos pela Instituição, do período da implantação das Classes Especiais até o final da década de noventa, registra-se, em 1999, na Ata de aprovação da Grade Escolar do “11 de Agosto” dados do Ensino Especial. Foram identificadas matrículas de 130 alunos, no Demonstrativo da quantidade de alunos por série/turma desta Ata⁵⁶. Em comparação com as matrículas de 1991-1993, que somavam 90 alunos, houve um avanço significativo de quarenta novos alunos, num período de seis anos⁵⁷.

A professora Dos Anjos expressa bem esse momento:

[...] passei quase 10 ou 12 anos afastada da educação dos surdos na mesma escola, em outro turno, quando voltei já mudança total. Eu devo ter voltado em quase 1999, mudança total, a língua de sinais já era principal, o que eu trabalhei tinha ficado totalmente para trás, e já se iniciava um novo tempo, uma nova história [...]. Vejo uma diferença enorme mesmo totalmente diferente, antes é como se fosse imposta para que falassem. Eu sinto assim a mesma dificuldade que tenho para aprender LIBRAS, eu imagino eles com dificuldade ainda maior para aprender a falar, pense uma pessoa que tem dificuldade para aprender LIBRAS, eu consegui entender como era difícil aprender a falar, era imposto para falar de qualquer jeito, agora não eles têm a língua deles que são as mãos, a língua dos surdos as mãos, eles ficam mais independentes eles criam, eles renovam os sinais, muitas vezes trocam, ou

⁵⁵ Anexo 03: Conteúdo do Curso de Língua de Sinais, SEED/SE, 1997.

⁵⁶ Anexo 04: Demonstrativo da quantidade alunos por série/turma, 1999, segundo Ata de Aprovação da Grade Escolar do “11 de Agosto”, dados de Ensino Especial.

⁵⁷ No intervalo de 1994 a 1998 não foram localizados registros de matrículas das Classes Especiais de Surdos.

criam sinais próprios dentro do grupo. Eu acho que facilitou para eles, que melhorou como se abrisse um horizonte para eles [...]. (Entrevista em 21/11/2012)

Essas mudanças são reflexos dos movimentos dos surdos que se tornam cada vez mais proficientes na Língua de Sinais e começam a reivindicar uma educação bilíngue ⁵⁸ e o reconhecimento da LIBRAS como língua de uso e instrução da comunidade surda. Muitos cursos foram oferecidos, a exemplo do realizado em 2001, pelo Centro de estudos Especializados de Sergipe – CREE/SE, como Curso de Atualização dos Professores da Escola “11 de Agosto”.

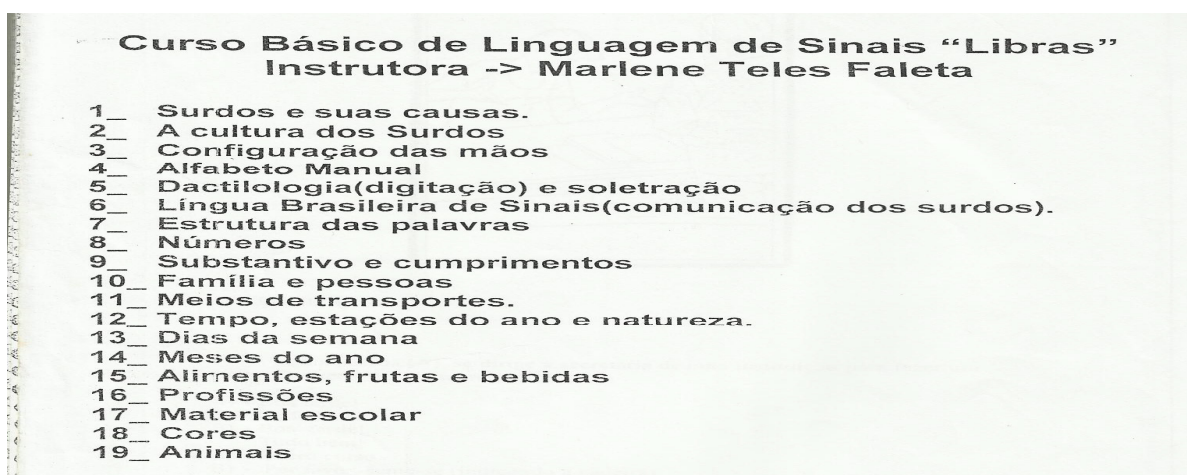


Figura 04 - O conteúdo do Curso de Linguagem de Sinais, “11 de Agosto”, 2001. Fonte: Arquivo da Escola de 1º grau “11 de Agosto”.

Observa-se que nesse programa o vocabulário é distribuído por temática, o que já é um avanço, embora a temática por si só não contextualize e nem propicie experiências reais de trocas linguísticas, como consequências desse processo os professores apresentam dificuldade para acompanhar a evolução dos surdos.

2.3-Sociedade de Ensino e Reabilitação - “Rosa Azul”

Sociedade de Ensino e Reabilitação Física Psicomotora Ltda, vulgo Sociedade de Ensino e Reabilitação “Rosa Azul”, fundada 1979, por uma Terapeuta Ocupacional⁵⁹,

⁵⁸Uma educação com o ensino da língua de sinais como primeira língua e da língua portuguesa como segunda.

⁵⁹Chase: Terapeuta Ocupacional e Presidente da “Rosa Azul”.

Graduada nos Estados Unidos, juntamente com uma mãe de uma criança especial. É uma entidade de caráter civil e filantrópico que atende “aos excepcionais” e às famílias.

A assistência prestada por essa instituição às pessoas com deficiência era planejada e executada de acordo com cada tipo de deficiência, por uma equipe multidisciplinar composta de orientador educacional, assistente social, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e professores, alguns destes cedidos pela Rede Pública, em espaços segregativos diferenciados, distribuídos em dois imóveis, um para atender aos deficientes auditivos, com quatro salas de aula e outro com doze para os deficientes mentais. Ela atendia em média 11 alunos com deficiência auditiva, entre a faixa etária de 03 meses e de mais de trinta anos, segundo Souza,

o objetivo da instituição é prestar assistência global a menores excepcionais, ajudando-os na relação familiar social. Hoje, este objetivo foi ampliado a jovens e adultos, atendendo a pessoas de 0 a 40 anos, prestando assistência às pessoas portadoras de deficiência física, mental, auditiva, visual, múltipla e com problema de conduta e relacionamento (2005, p. 121).

Um dos recursos utilizados por esta Instituição, para informar e conscientizar a sociedade, foi a publicação do jornal “A ROSA AZUL”, criado no final da década de oitenta, inicialmente de tiragem mensal e depois trimestral. As informações deste período exemplificam bem o objetivo da Instituição, quanto à assistência, orientações às famílias e à comunidade em geral; os encaminhamentos que deveriam ser dados no trato para com os deficientes auditivos, assim como, toda programação de eventos promovidos por ela. Elas vão desde a prevenção até a divulgação do alfabeto manual, sistema de comunicação incorporado à Língua de Sinais. Segundo Almeida⁶⁰, (Entrevista em 1/10/2012) a “Rosa Azul” foi o primeira a fazer abordagem sobre o autismo em Sergipe.

⁶⁰ Almeida: É pedagoga e coordenou a “Rosa Azul” do final da década de oitenta à 2007.



A ROSA AZUL

VOLUME 12 NOVEMBRO/1997

Endereço: Rua Alziro Zarur nº 61 Conjunto Augusto Franco Aracaju-Se Fone: 248-1441

CRIANÇAS DOWN

"Se aceitas, amadas, cuidadas e estimuladas, portadores da Síndrome de Down podem se integrar à sociedade e até se profissionalizar".

O que você gostaria de saber sobre a Síndrome de Down.

1 Em tese, qualquer casal, mesmo jovem, pode conceber um filho com síndrome de Down? Sim, embora alguns corram mais risco que outros, dependendo da ocorrência de alguns casos de anomalia genética na família.

2 Há alguma forma de evitar que a síndrome se manifeste? Alguns médicos aconselham a mulher a ter o primeiro filho antes dos 30 anos, pois os riscos de gerar um filho portador da síndrome se acen- tuam com o passar do tempo.

3 Existe cura para a Síndrome de Down? Até o momento não, embora espe- cialistas em engenharia genética continuem pesquisando. O que se faz é desenvolver ao máximo o po- tencial que essas crianças têm, além de impedir que eventuais compli- cações de saúde atrapalhem seu crescimento.

4 Quando a síndrome é diagnosticada durante a gra- videz, é possível fazer alguma coi- sa para atenuá-la? Não, mas há medidas que médicos e pais poderão tomar para garantir ao bebê uma qualidade melhor de atendimento nas suas primeiras horas de vida, o que será fundamen- tal para seu desenvolvimento futu- ro.

5 Qual é a possibilidade de um casal que já tem um filho com síndrome de Down vir a ter ou- tros? É importante que o casal faça o aconselhamento genético (consulta com geneticista e exames), mas na maioria dos casos o risco é míni- mo.

6 Qual a principal caracterís- tica da personalidade do por- tador de síndrome de Down? Há tendência a rotulá-los como pes- soas sempre afetivas e simpáticas, como se todos fossem iguais. Como quaisquer outros indivíduos, eles têm capacidades e personalidades distintas, que podem ser observa- das desde a infância.

7 Com que idade bebês com síndrome de Down começam a andar? E a falar? A média anda entre 1 ano e 3 me- ses e 2 anos, desde que tenha sido estimulado. Em geral, falam entre 1 ano e meio e 2 anos e meio, se não houver outros problemas pa- ralelos.

8 Uma criança com síndrome de Down pode ser alfabetiza- da? Até poucos anos essa idéia era con- siderada absurda, mas hoje é uma expectativa normal dos educadores. A criança Down está pronta para ler e escrever em torno dos 8 ou 9 anos. Às vezes até antes, aos 7.




Habilitar essas crianças e jovens significa torná-las capazes de vencer suas pró- prias barreiras e as da soci- edade

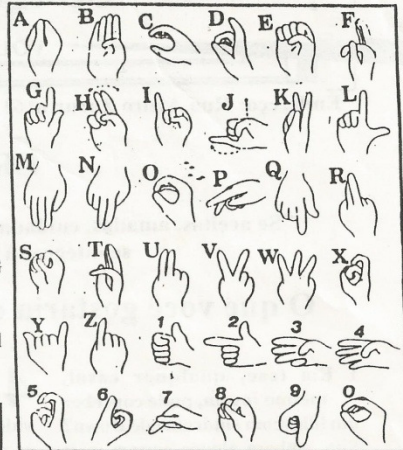
Figura 05 - Jornal da "Rosa Azul", novembro de 1997, volume 12, p.1. Fonte: Acervo particular de Farias, 09/01/2013.

PREVENÇÃO DA SURDEZ

Parabéns a Fundação Otorrinolaringologia, Sociedade Brasileira de Otolgia, Sociedade Brasileira de Otorrinolaringologia, Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia pela importante iniciativa da semana Nacional de Prevenção da Surdez de 10 a 12/1/97. Serão realizados exames de audição gratuito em pessoas com idade acima de 12 anos, nos seguintes postos:

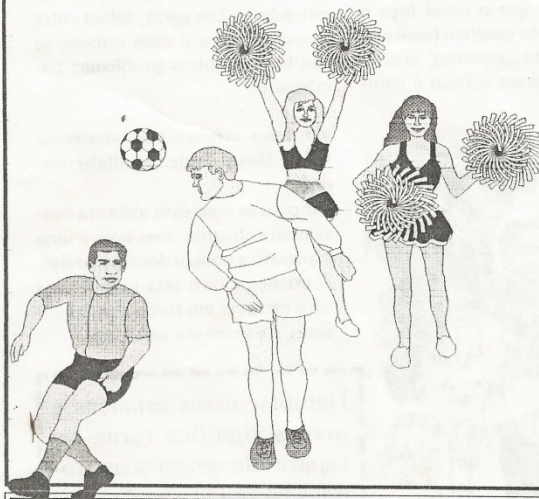
- * APADA - Rua Renato F. Oliveira - Coroa do Meio - Aracaju;
- * BIO CLÍNICA - Av. Ivo Carvalho, 416 - Itabaiana;
- * CENTRO DE SAÚDE Dr. CLÓVIS FRANCO (antigo SESP) - Rua Gumerindo Bessa, 274 - Estância.
- * SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - Praça General Valadão, 32 - Centro - Aracaju;
- * TERMINAL RODOVIÁRIO GOVERNADOR JOSÉ ROLEMBERG LEITE (Rodoviária Nova) - Aracaju;
- * CLÍNICA DIAGNOSE - Rua Bahia, 823 - Aracaju;
- * SESI - Centro de Saúde Maria Virginia Leite Franco Praça Lourival Bonfim s/n - Santos Dumont - Aracaju;

ALFABETO MANUAL PARA SURDOS



ESPECIAL SIM, INCAPAZ NÃO!

Com grande êxito, foi realizado de 29 a 31 de Outubro no I.E.R.B. o evento "Especial sim, incapaz não", com seminários, exposições, apresentações, competições esportivas, e shows com Lucas Caribé e Instituição Luz do Sol. Parabéns aos organizadores e a EQUIPE DE FUTEBOL DA ROSA AZUL, pela conquista do TERCEIRO LUGAR.



"Se alguém está convencido de que a vida humana tem valor infinito, então terá de reconhecer que a inviolabilidade da vida jamais será ameaçada pela presença de defeitos físicos ou mentais".

AGRADECIMENTOS

Foi realizado no último dia 31/10 às 17 horas na Baviera Hauss, a Tarde azul, um evento beneficente para a Rosa Azul. Contamos com a presença de pessoas da sociedade local, além de apresentação do grupo de dança da Studium Danças e do Pianista Pedro, que abrilhantaram com requinte a nossa festa. Nossos agradecimentos a todos os colaboradores.

CURSOS

A Rosa Azul iniciou cursos de: Alimentação Alternativa, Corte e Costura, Manicure, Flores Ornamentais e Pintura em Tecido. Estão previstos os cursos de Serigrafia e Tapeçaria para Janeiro. Os cursos são promovidos pela Secretaria de Estado da Ação Social e do Trabalho, totalmente gratuito e aberto para toda a COMUNIDADE.

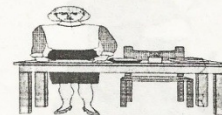


Figura 06 - Jornal da "Rosa Azul", novembro de 1997, volume 12, p.2. Fonte: Acervo particular de Farias, 09/01/2013.

O atendimento a esta área de deficiência na “Rosa Azul” segundo Chase:

[...] tudo, começou com Sociedade de Ensino e Reabilitação “Rosa Azul”, a gente começou trabalhar com pessoas surdas porque naquela época elas iam para o atendimento da fono⁶¹, ao longo do tempo começou ser insuficiente o número de surdos e foi quando começou fazer educação especial com deficiência auditiva [...] (Entrevista em 09/01/ 2013).

Foi a demanda para os serviços de atendimento Fonoaudiológico que levou a presidente da Instituição ingressar na Educação Especial, mesmo com as dificuldades de profissionais, na época. Segundo Souza (2005), nem todos os professores que começaram a fazer educação especial eram especializados, alguns não tinham o segundo grau e / ou especialização nas áreas de deficiência. Essa condição aparece nas narrativas das professoras Tavares⁶²:

[...] em 1988, quando eu entrei na “Rosa Azul”, hoje Raio de Sol estava na 5ª série[...], [...] antes de ser professora ela me colocava em várias funções [...]; [...] o tempo foi passando a professora saiu e me indicou, [...] eu dei conta do recado [...] (Entrevista em 14/11/2012).

E Farias⁶³:

[...] Eu comecei em 1991, na Instituição “Rosa Azul”, na Rua Duque de Caxias, sem experiência nenhuma, eu tinha terminado o pedagógico na época, aí minha cunhada me chamou né? [...] só que quando eu cheguei na “Rosa Azul” eu não sabia, eu pensei, assim ,que eu ia trabalhar com crianças ouvintes né? Mas não imaginava nunca que eu ia me deparar com crianças surdas e eu nunca nem tinha visto uma criança surda na minha vida, eu nunca tinha nem chegado perto de uma, então quando eu cheguei, claro eu fiquei assustada né? [...] eu disse meu Deus do céu o que eu vou fazer com esses meninos? [...] tinha uma turma lá que já estava sem professor, aí [...] a coordenadora, chegou e disse: -- [...] você vai agora para a sala de aula [...] (Entrevista em 09/01/2013).

A professora Tavares ao ingressar na instituição, no final da década de oitenta, exerce várias funções e só no início da década de 1990, que passa a ser professora de alunos com

⁶¹ Fono, quer dizer, fonoaudiólogo, profissional que trabalha com os distúrbios da audição e da fala.

⁶² Tavares: Pedagoga com Especialização em LIBRAS, Professora da “Rosa Azul” de 1988 a 2004, atualmente Professora do IPAESE.

⁶³ Farias: Pedagoga com Especialização em Educação Especial e Professora da “Rosa Azul” de 1991 a 2003, da Escola de Educação Especial Venúzia R. Franco de 1998 a 2003, do Instituto Pedagógico de apoio a Educação dos Surdos de Sergipe de 2001 a 2006 e Professora da Escola Estadual “11 de Agosto” em 2003.

deficiência auditiva e aos poucos vai se familiarizando com a turma, já professora Farias coloca que ficou surpresa ao se deparar com crianças surdas, na época denominada deficiência auditiva.

Até a década de noventa, as poucas Instituições implantadas no Brasil não tinham todo contingente de profissionais capacitados para atender as pessoas com deficiência. Elas se transformaram em espaços escolas especiais, públicas ou filantrópicas e nos centros de formação e especialização para profissionais em suas áreas, substituindo totalmente os serviços educacionais oficiais. Para Siems,

[...] o pensar acerca da história da formação dos professores para a Educação Especial, no Brasil, precisa necessariamente ser feito considerando condicionantes como as concepções acerca da deficiência e o consequente “olhar” social acerca dos sujeitos com deficiência, a história da educação desses indivíduos e a própria história da formação de professores, perspectiva na qual esses profissionais funcionam como categoria específica (2010, p.25).

A formação dos professores em Educação Especial é uma preocupação recente na história da educação brasileira, mesmo no INES, considerado referência de educação dos surdos no Brasil, até a década de cinquenta, segundo Rocha (2010, p. 81) os professores que já atuavam não tinham formação especializada.

Na “Rosa Azul” era de responsabilidade da presidente trazer para a Instituição cursos de capacitação dos grandes centros ou de outro país e repassar para os professores. Eles eram treinados inicialmente, por terapeutas da fala e ou fonoaudiólogas com técnicas específicas para ensinar a fala articulada, ou seja, a fala na modalidade oral, seguindo a mesma metodologia aprendida no INES, pelas professoras do “Ninota Garcia” na década de sessenta.

Segundo a professora Tavares:

[...] a instituição enfatizava era a oralização, ... mostra uma foto [...] como eu trabalhava os sinais mais a oralização [...]; a Fono fazia um trabalho com o professor e o professor com o aluno[...]; [...] elas faziam algumas técnicas para passar com o aluno, [...]. (Entrevista cedida em 14/11/2012)



Figura 07 - Professora Tavares, aplicando técnicas para desenvolver a oralidade, na década de noventa. Fonte: Acervo particular da professora Tavares, 14/11/2012.



Figura 08 - A palavra aos surdos-mudos, de Oscar Pereira da Silva, 1886, óleo sobre tela (54x45 cm). Fonte: (SOUZA, 2007, p. 10).

A figura 08 mostra a reprodução de uma das técnicas de desenvolvimento da linguagem articulada do século XIX e nos mesmos moldes, em pleno século XX, na figura 07.

Ilustram, também, a fala acima citada, de SILVA (In: SOUZA, 2007, p. 108), o exemplo de como os surdos no “Ninota Garcia” eram submetidos ao processo de aquisição da linguagem articulada, da única forma de comunicação que os ouvintes estabeleciam com eles, principalmente, nos ambientes familiar e escolar.

A professora Farias acrescenta:

[...] uma Fono, Eliane o nome dela, ela tentou fazer, mas eu acho que até os próprios surdos, os meninos mesmo não aceitavam tá entendendo? E cansava, era uma coisa que foi se desgastando e terminou, e a gente tentava, tentava, mas alguns conseguiam outros não, por que, devido à deficiência, naquela época a gente não tinha consciência disso, queria por que queria que o menino falasse, mas hoje a gente vê que tem toda uma perda aquela coisa né?, de resíduos aquela história toda, e naquela época a gente não via isso, a intenção era que o menino aprendesse a falar, achava-se que todo surdo tinha que aprender a falar [...] (Entrevista em 09/01/2013).

As figuras abaixo ilustram a fala dessa professora como orientações usadas quando eram treinadas para reproduzir as técnicas de desenvolvimento da fala das pessoas com deficiência auditiva.

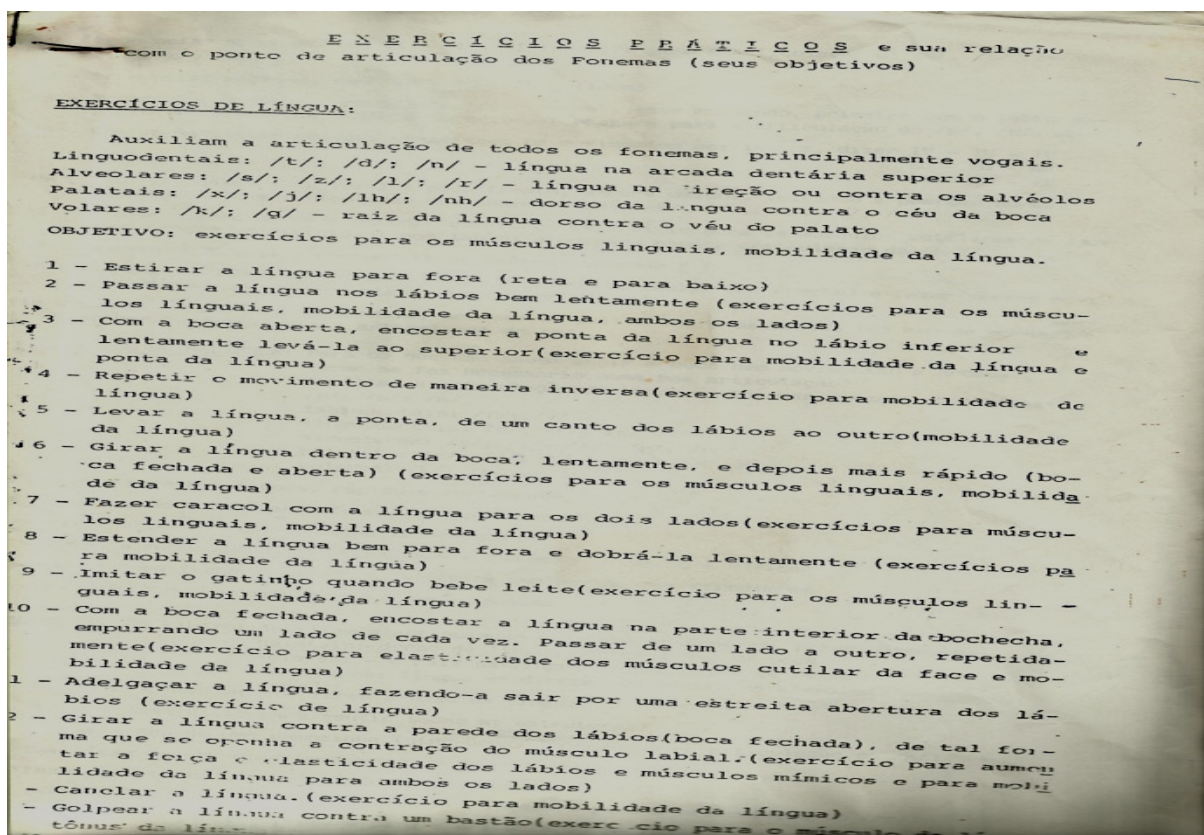


Figura 09 - Fragmentos de Exercícios Práticos para estimulação e aquisição da língua na modalidade oral. Fonte: Arquivo particular da Professora Farias, 09/01/2013.

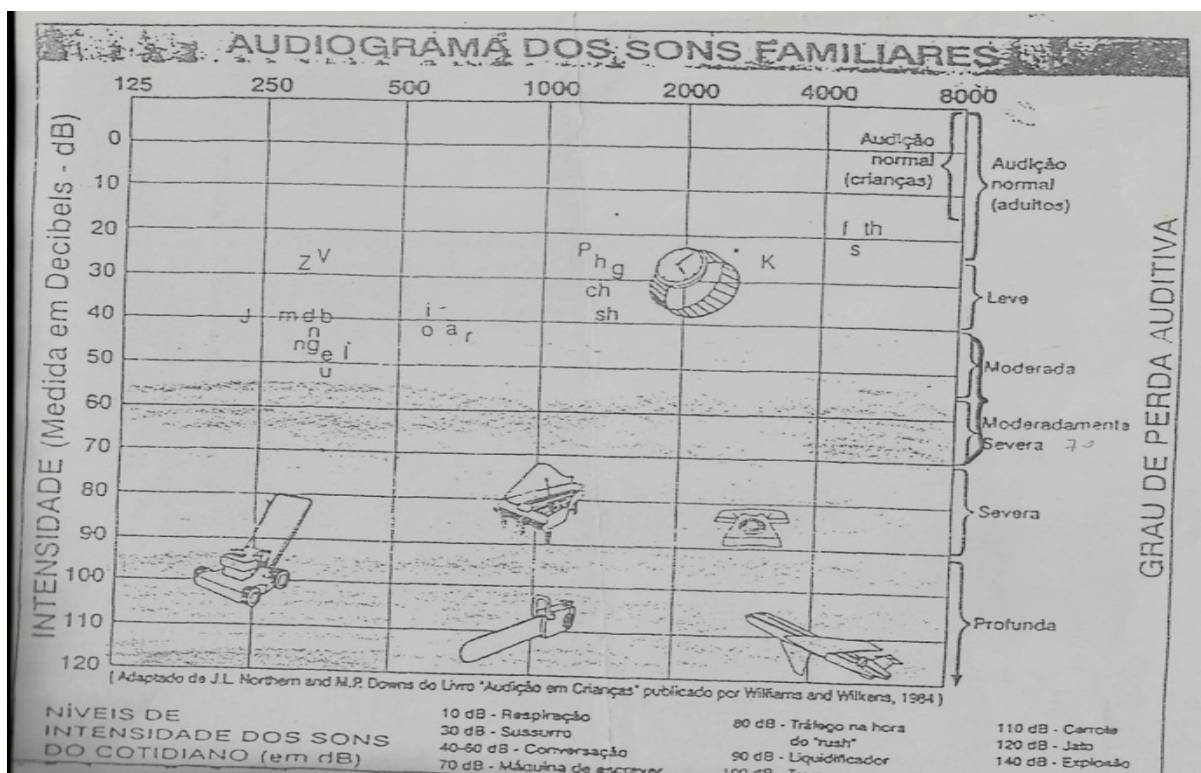


Figura 10 - Fragmentos de um “Audiograma Pedagógico”⁶⁴, 1990. Fonte: Arquivo particular da Professora Farias, 09/01/2013.

Goldfield (1997) afirma que as pessoas surdas utilizavam os exercícios fonoarticulatórios⁶⁵ associados ao uso de aparelhos de amplificação sonora, para desenvolverem a leitura orofacial e a aprendizagem da língua do país, na modalidade oral, consequentemente, elas se integrariam às comunidades dos ouvintes, como alguém que ouve, pois fazia parte dessa abordagem a reabilitação da pessoa surda em direção à normalidade.

A consolidação dessas práticas educativas, desenvolvidas no interior das instituições, reforçada pelo uso de objetos escolares como meio de reprodução das práticas e das normas que a sociedade impunha, mesmo assim, não impedia a organização da linguagem sinalizada que ia se tornando objeto escolar pela necessidade de comunicação entre as professoras e os surdos da escola/instituição, mesmo porque segundo Julia (2001); Vidal e Schwartz (2010), a escola não transmite apenas conhecimentos e/ou só para incutir comportamentos, ela também é o lugar de resistência e ressignificação.

Segundo Moura (2000), os professores de surdos começaram a resistir e questionar o uso do método oral, pois o mesmo não estava apresentando nível suficiente de linguagem oral que garantisse a comunicação das pessoas surdas principalmente, no processo de ensino

⁶⁴ Era assim chamada na década de 1990, a tabela de Audiograma dos Sons Familiares.

⁶⁵ Exemplos de Exercícios fonoarticulatórios.

aprendizagem. Farias comenta:

[...] eu lembro que Carol chegou a fazer um treinamento ela contratou. [...] no dia a dia com a fono, por que tinha os horários, tinha as sessões, no dia das sessões, então eles só poderiam se comunicar só na oralização, então eles não gostavam de ir para a fono eles detestavam, não gostavam mesmo, detestavam não queriam ir, era uma confusão quando iam para essa fono [...] (Entrevista em 09/01/2013).

Diante dessa situação, as professoras, mesmo com a falta de formação e/ou capacitação na área, começam a construir suas práticas pedagógicas intuitivamente, utilizando-se recursos como gestos, mímicas ou sinais que os alunos surdos traziam do ambiente familiar. Agustín Escolano (1999), define essas práticas em três tipos de cultura escolar:

A primeira empírica, também considerada como prática ou material, era produzida pelos docentes, cotidianamente, no exercício da profissão. A segunda, científica, apresentada ainda como pedagógica, era elaborada pela investigação acadêmica, nos seios das universidades e das ciências da educação. A terceira cultura política ou normativa, referia-se à organização das escolas, ao conjunto de regras que governam seu funcionamento (apud VIDAL, 2005, p. 32) .

Conforme o autor, as práticas das professoras se encaixam no que ele define como primeira cultura prática, material e/ou empírica, produzida pelos docentes, de forma intuitiva.

Tavares afirma:

[...] fui trabalhar com quadro e giz, o resto era por sua conta foi aí que eu comecei a criar, mexer com minha criatividade, como vou fazer várias crianças numa sala só com quadro e giz, eu comecei a criar história, criar livros, dava um conteúdo, daquele conteúdo criava um livro junto com eles, para trabalhar vocabulário, trabalhar frases, verbos ou os sinais, era assim que era chamado, [...] Aí a diretora começou a investir em mim mandando que eu fizesse cursos, fui me aperfeiçoando, consegui fazer um trabalho legal com eles, só que lá nessa época o professor entrava sem ter noção nenhuma da língua de sinais não é? [...] (Entrevista em 14/11/2012).

O mesmo aconteceu com a Professora Farias:

[...] através de gestos a gente ia aprendendo a gente ia se comunicando, de dramatização, desenhos, tá entendendo? Eu lembro que teve um dia que eu fiquei até em cima de uma mesa, para chegar a ter a comunicação com os alunos, ensina mesmo assim, eu não sei, eu acredito também que minhas colegas também quando começaram acho que era a mesma coisa, por que a gente não tinha cursos, ninguém chegou com cursos de preparação para os professores (Entrevista em 09/01/2013).

Elas reforçam mais uma vez que paralelo ao treinamento fonoarticulatório, utilizado pelas fonos nos espaços livres ou de sala de aula, sempre houve a uma comunicação gestual entre os surdos e as pessoas envolvidas com eles.

Segundo Tavares (Entrevista em 14/11/2012): “[...] algumas crianças tinham noção de sinais, outras faziam mais gestos que vinham de casa, do seu cotidiano com a família, exemplo sinal de água eles faziam beber com a linguagem do ouvinte [...]”.

Farias complementa:

[...] falava através de gestos, como eu não tinha experiência nenhuma, hoje eu vejo que eles também não tinham nem um sinal, eles não tinham também até entre eles mesmos, entre si, eles se comunicavam através de gestos e não era aquela coisa definida como hoje a LIBRAS. [...] os sinais não era proibido não, agora com a fono era proibido, em sala de aula a gente permitia tudo, inclusive nós mesmos por que a gente não sabia os sinais, então para a gente mesmo tinha que valer tudo, [...], [...] era a comunicação total na época né? que era para oralizar e gesticular, sinais se aceitava tudo naquela época [...] (Entrevista em 09/01/2013)

Os sinais que vinham do ambiente familiar, denominados de gestos, inicialmente ignorados pelo poder público e/ou como política de ensino para surdos por não serem reconhecidos com forma de comunicação, eram utilizados nos ambientes de aprendizagem pelos profissionais. Segundo Santana,

[...] para fugir do isolamento social resultante da ausência de língua, a criança surda usa gestos, icônicos e indicativos, a fim de comunicar-se com os ouvintes. O uso de gestos não é exclusivo dos surdos, pois pequenos ouvintes também os produzem e interpretam durante seu desenvolvimento. (2007, p. 79)

Como já foi discutido no 1º Capítulo, o uso dos gestos faz parte da comunicação humana independente se a pessoa é surda ou não. No cotidiano da instituição os gestos estavam presentes mesmo porque os profissionais tinham que estabelecer alguma forma de comunicação para iniciar o processo de ensino/aprendizagem, como também, já era fato que o treinamento para desenvolver a oralidade não era bem aceito por alguns alunos e não estava atendendo a proposta escolhida pela Instituição para educação dos surdos.

Chase declara:

[...] eu estava envolvida com os Companheiros das Américas uma Organização Americana que mobilizava eventos entre um país e outro, mas também dentro do Brasil, conheci uma pessoa chamada Anete Rabelo, ela

fazia esse trabalho que na época era considerado radical, porque nós estávamos permitindo que crianças com deficiência auditiva usassem sinalização com as mãos, tanto quando a gente fez o curso aqui em Aracaju e várias “fonos” foram escandalizadas, porque a gente tava incentivando essa ideia de sinalização, mas Anete fez curso de uma semana lá no IPES. Ela fez um trabalho bonito com música ainda eu me lembro do “Marcha Soldado” acompanhado com sinais, não era LIBRAS era uma sinalização, acho que foi português sinalizado, depois a gente voltou e começou aplicar em sala de aula [...] (Entrevista em 09/01/ 2013).

No Curso ministrado por Anete Rabelo, ela trabalhou com uma Cartilha de Goiânia⁶⁶ com o nome *Cartilha Português Sinalizado: Comunicação Total*, ela foi distribuída para os professores da instituição. Esta cartilha refletia mudanças de paradigmas para a educação das pessoas surdas em Aracaju, tanto na Rede Privada quanto na Pública. Essas iniciativas eram realizadas através de parcerias entre os dois sistemas, a exemplo do Curso de Comunicação Total.



Figura 11- Certificado do Curso de Comunicação Total, 1990. Fonte: Arquivo particular de Tavares, 4/11/2012.

⁶⁶ Foram encontrados fragmentos desta cartilha da página 05 até a 144, com a professora Tavares.

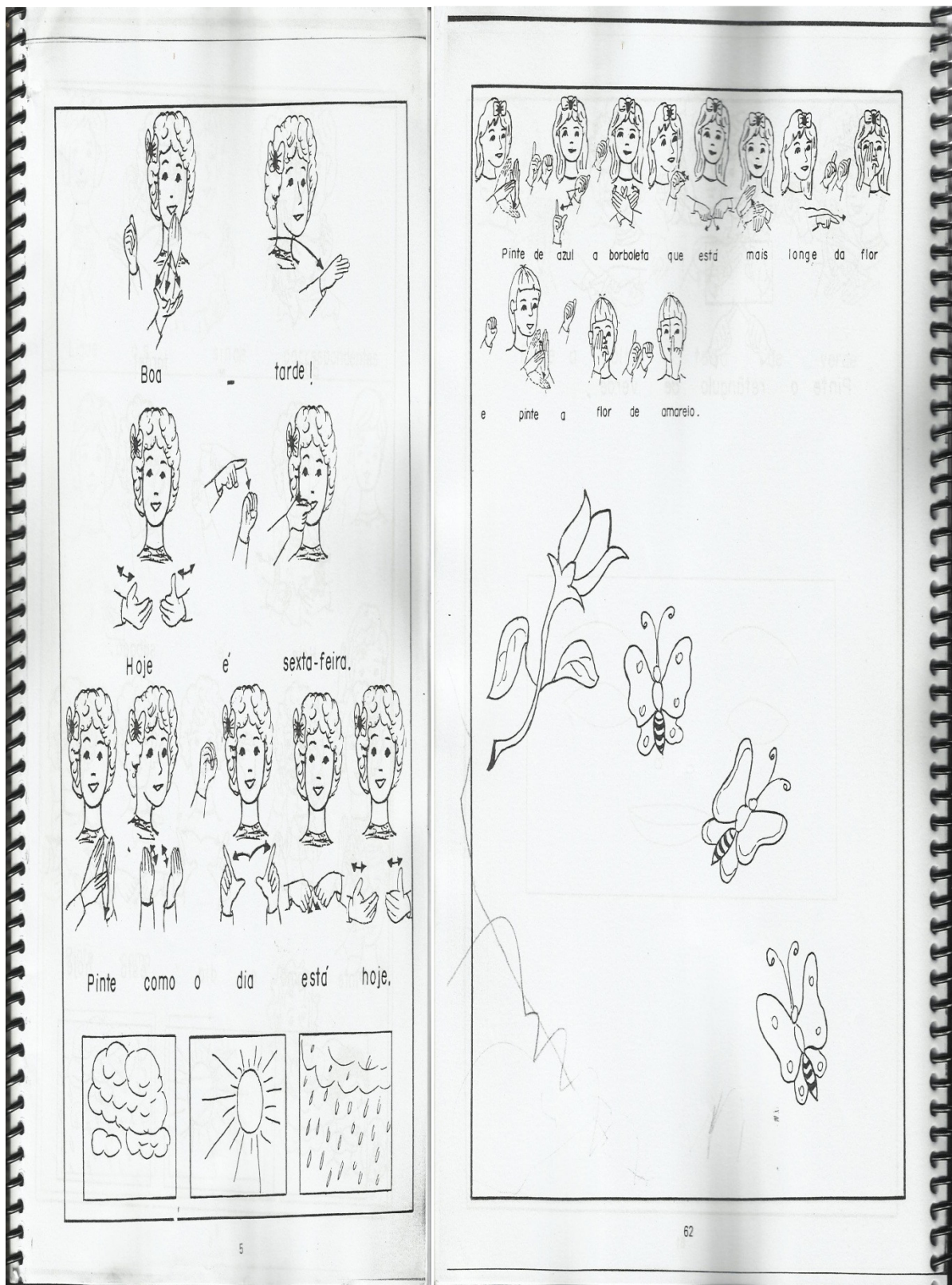


Figura 12 - Fragmentos da *Cartilha Português Sinalizado: Comunicação Total* (1992, p. 05-62). Fonte: Arquivo particular da Professora Farias, 09/01/2013.

Aqui, também, o novo paradigma a Comunicação Total, conforme Almeida,

[...] foi definida por Denton (apud Marchesi, 1987) como o direito da criança surda a aprender a utilizar todas as formas de comunicações disponíveis para desenvolver a competência linguística, tais como gestos, fala, sinais formais, alfabeto digital, leitura labial, escrita, assim como outros métodos que possam se desenvolver no futuro (2000, p. 5).

Essa nova abordagem política possibilitou a professora Farias, a fazer o papel de semeadora dos sinais entre os surdos:

[...] então eu lembro que a gente começou a perceber que, claro né, os sinais dos surdos é a língua deles, eles tinham mais facilidade de aprender do que a gente, professores ouvintes, então a gente começou a perceber isso, quando eles vinham no outro dia, na segunda feira chegavam com outros sinais, aí passava para a gente. O que aconteceu a gente foi vendo isso..., então começamos a fazer um jeito dos alunos maiores entrassem em contato com os menores da instituição, mesmo lá dentro da escola, começaram a ter mais contato com os menores, no recreio tá entendendo? Quando tinha algum problema, alguma confusão, alguma briga, os maiores se comunicavam com os menores tá entendendo? Separava a briga, por que daí já havia uma comunicação entre eles e até era mais fácil de entender do que a gente, por que a gente meu Deus, estava engatinhando, então, e assim foi crescendo, nesse tempo eu fiquei na “Rosa Azul” até 2000 (Entrevista em 09/01/2013).

Continua a Professora:

[...] já tinha os surdos rapazes e moças de 15, 17, 18, etc., anos, que já tinham vindo do “11 de Agosto”, e foi surgindo mais surdos..., eu ficava sempre com os menores, depois passei a trabalhar com os adolescentes. [...] aí que aconteceu com o tempo a gente foi vendo..., foi percebendo, [...] que os maiores os que sabiam de LIBRAS de língua de sinais poderiam passar para os menores [...]. Claro comecei aprender a LIBRAS com eles mesmos, eu aprendi com eles, não vou dizer que eu aprendi com ninguém, que eu aprendi com eles, no dia a dia em sala de aula o que eu não sabia comunicar fazia uma forma de chegar até eles e eles passavam o sinal para mim, e até hoje a gente é assim estamos aprendendo, no dia a dia a LIBRAS (Idem).

Observa-se nas narrativas das professoras da “Rosa Azul” a facilidade com que as pessoas surdas adquiriam a língua de sinais, sua evolução na instituição e o trabalho consciente e/ou inconsciente, que elas faziam ao expor as crianças surdas menores a vivências linguísticas reais, quando elas entravam em contato, de forma natural, com os maiores fluentes na LIBRAS. Segundo Bakhtin (1995 apud SILVA, 2001, p. 25), “locutor e ouvinte devem pertencer à mesma comunidade linguística e dividir inúmeras condições sociais que

definam a relação pessoa para pessoa, determinando a partilha do sistema linguístico”. Ao promover o intercâmbio entre as pessoas surdas da “Rosa Azul” com a Escola “11 de Agosto” elas estão contribuindo com a formação de uma comunidade linguística de língua de sinais.

2.4-Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos em Sergipe – APADA/SE

Em 21 de junho de 1991 é implantada mais uma instituição, em Sergipe, voltada especificamente para atender a pessoas surdas, a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos em Sergipe – APADA. Ela surgiu da necessidade da mãe de uma pessoa surda que estava preocupada com outras mães que não tinham condições de levar seus filhos surdos para os atendimentos necessários ao desenvolvimento deles.

A APADA-SE surgiu de uma ideia quando eu ainda estava trabalhando e tendo uma filha deficiente, eu me deparava nos consultórios, nas clínicas, nas terapias com várias mães sem recursos, sem orientação, com o sofrimento muito maior do que o meu, que tinha possibilidade de levar minha filha para São Paulo, levar para terapias necessárias e elas não tinham condições, às vezes, nem de pagar ônibus, para se deslocar de sua casa para um centro que fizesse alguma coisa por aqueles filhos. Então logo que eu me aposentei, eu tratei de me juntar a outras mães, aquelas que eu encontrava nas salas de terapias, e começamos a conversar sobre a ideia de fundar uma Associação, porque eu não poderia ter um sossego, um descanso, de ficar aposentada em casa, podendo estar ajudando a tantas pessoas com as minhas influências, com meu jeito, com meu gênio, com as expectativas que eu via de um futuro melhor para cada um deles, já que eu via o desenvolvimento da minha filha. Ainda em dúvida, sem saber qual o projeto de Deus na minha vida, subi ao monte como o Senhor diz na Bíblia, e fui orar para ter certeza de que o plano da minha vida que ele mandou era esse, de fundar a APADA e de ajudar aquelas mães, tantas iguais a mim, com uma filha com deficiência auditiva. E um dos trechos que me foi dado para fazer a meditação foi o de (Isaias 55-5) e Deus me fala através deste texto da bíblia: “Tu chamaras por uma nação que não conhece, uma nação que não te conhece acorrerá a ti”. A partir deste instante, lá no retiro, no Convento de São Francisco em São Cristóvão, no alto da montanha, porque São Cristóvão fica lá no alto, eu tive a confirmação de que Deus me colocou no mundo, e me deu uma filha deficiente auditiva para que eu tivesse a minha missão. Feliz de mim que vivi neste mundo, sabendo que a missão que Deus me confiou foi essa (MAYNARD, entrevista em 04/04/2012).

Essa entrevista evidencia questões como: o sentimento de impotência das mães de pessoas com deficiência, sem condições financeiras, porque o poder público, no final da

década de 1990, ainda não atendia as necessidades essenciais a estas mães; a caridade cristã já vista na criação de outras instituições similares e ainda a necessidade de terapias como serviço de reabilitação, visto nas instituições anteriores, que ainda permeava o universo dos surdos no final da década de noventa. Fazendo uma leitura da Logomarca da APADA - SE, pode-se interpretar o surdo no centro de todas as ações desenvolvidas por esta instituição.



Figura 13 – Logomarca da APADA/SE. Fonte: Arquivo da APADA/SE.

Segundo o Estatuto desta Instituição, no Art. 4º, são finalidades da APADA-SE:

- 1-Servir de meio de aproximação e orientação aos deficientes audiocomunicação e seus familiares, através, especialmente, da educação, reeducação, tratamento médico ou psicológico;
- 2-criação e manutenção de cursos, escolas laboratórios, oficinas e sessões ou departamentos destinados ao aprimoramento e a promoção dos deficientes e a formação social e condicionamento de suas famílias para atendimento ao problema;
- 3-promoção de cursos, conferências, congressos e encontros técnicos científicos que objetivam a formação e aperfeiçoamento de professores e de pais ligados aos problemas, bem como a participação e cooperação, segundo suas possibilidades com iniciativas congêneres ou particulares; [...] (2009, p.02).

Essas finalidades direcionaram todo trabalho da APADA que um ano depois de sua fundação já mantinha convênio com o poder público através do Ministério da Educação e Cultura – MEC.

Segundo o Livro de Certificados⁶⁷ registrados, em 05 de julho de 1995, foi realizado

⁶⁷ Livro de Registro dos Certificados, a partir do período de 1995, na APADA/SE.

o I Encontro de Pais e Profissionais, com a participação de 13 mães e ou responsáveis e 10 profissionais e ou voluntários, no período de 12 de junho a 01 de julho de 1995, com a carga horária de 128 horas, distribuídas em quatro coordenações que ministravam temas específicos, mas com o mesmo objetivo. De acordo com este livro:

A Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos em Sergipe – APADA-SE, realizou o presente encontro com objetivo de promover discussões e trocas de experiências entre profissionais e familiares dos Portadores de Deficiência Auditiva, visando melhoria da qualidade de atendimento educacional oferecido pelos mesmos. Capacitando-os para um futuro melhor (1995, p. 1).

Provavelmente, houve um equívoco de datas no registro deste I Encontro, na primeira folha diz que ele foi realizado em 12 de junho a 1º de julho de 1995 e na segunda folha e registrado em 12 a 30 de junho de 1995, equívocos a parte. Os Instrutores foram: a Pedagoga Julia do Santo Cruz, nos dias 12, 19, 26 e 30; a Fonoaudióloga Ângela Maria Rusak, nos dias 13, 20, 27/06 e 1º/07; a Psicóloga Cybele Maria Rabelo Ramalho, nos dias 14, 21 e 28/06 e 01/07 e a Professora de Educação Física Rosalanda Tavares de Melo, nos dias 17, 19, 26 e 25/06.

Quadro 04 – Quadro de conteúdos, segundo o Livro de Certificados, APADA/SE (1995, folhas nº 1, 2 e 3).

12, 19, 26 e 30	13, 20, 27/06 e 1º/07	14, 21, 28/06 e 1º/07	17, 19, 26 e 25/06
A educação dos surdos através dos tempos; a comunicação dos deficientes auditivos no Brasil- Situação atual; O professor na educação especial; Política Nacional de Educação Especial; A família, a gente facilitador do desenvolvimento e da integração.	O deficiente auditivo e a família; Voz do profissional: higiene bucal e abusos vocais; Prótese auditiva: Indicação, exames periódicos e cuidados com o aparelho; Desenvolvimento da linguagem oral: primeira estimulação, como e quando?	Vivências I- Identificação com o mundo do DA; II-O relacionamento com o DA e III-O Deficiente Auditivo em integração com a família, a escola e a sociedade.	Educação física adaptada ao deficiente auditivo; O ouvido; Características do desenvolvimento; Métodos de comunicação; Aspectos terapêuticos; Esporte e surdez; Atividades motoras e o deficiente auditivo

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

No quadro acima, verificou-se que os conteúdos relativos a língua de sinais não aparecem, porque na época a política de educação especial enfatizava o treinamento auditivo para aquisição da oralidade.

No II Curso de Capacitação de pessoal realizado em 1996, no período de 08 a 26/04, com carga horária de 100 horas, com convênio do MEC/FNDE/DEMEC-SE, muda o perfil da clientela identificada no primeiro curso, diminuindo para sete mães. Os conteúdos trataram das seguintes temáticas: História da comunicação; A teoria da língua de sinais; História da educação dos surdos; O corpo na comunicação, dramatização e expressões corporais e faciais; Adaptação de aparelho auditivo e Reabilitação e Orientação familiar (Id., Ibid., p. 07).

Como a maioria das Instituições privadas tiveram como fundadoras familiares de pessoas com deficiência no Brasil, a APADA/SE, além de apoiar as famílias, investe na formação de profissionais em parceria com as esferas Federal, Estadual e Municipal. Ela surge com um novo olhar para com os deficientes auditivos.

A presença da Língua de Sinais é introduzida nessa Instituição como disciplina, mas ainda com resquícios da reabilitação e estimulação da fala oral, reflexo da filosofia de Comunicação Total, que permeava o universo educacional da escola pública. Ela nasce como um sistema de Atendimento Educacional Especializado para dar apoio aos alunos da escola pública, principalmente na disseminação da Língua de Sinais. Segundo Felipe,

[...] as comunidades urbanas Surdas, no Brasil, têm como fatores principais de integração a LIBRAS, os esportes e interações sociais, por isso elas têm uma organização hierárquica constituída por: uma Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS); seis Federações Desportivas e, aproximadamente, 113 associações/clubes/sociedades/congregações, escolas, APADA-SE, institutos e outras instituições em várias capitais e cidades do interior, segundo dados de diretoria da FENEIS (2007, p. 81).

As APADAS, assim como as associações, se transformaram em espaços e lugares de integração dos surdos e de divulgação da LIBRAS. Uma das ações da presidente dessa Instituição é a divulgação do livro *Expressando com as Mãos* do Professor Antônio Mário Souza Duarte, 1993. A Presidente da APADA/SE, que tomou para si os objetivos deste livro, que são “ajudar o surdo a se comunicar e expressar livremente. Orientar a família e profissionais, quanto à necessidade da comunicação total como processo de comunicação e ensino/aprendizagem das pessoas surdas” (DUARTE, 1993, p. 2). Ela mandou fazer impressão e distribuiu para pais, profissionais e surdos, mesmo sem ter autorização, só depois de explicar o motivo ao representante dos direitos autorais que a liberou para que continuasse sua divulgação.

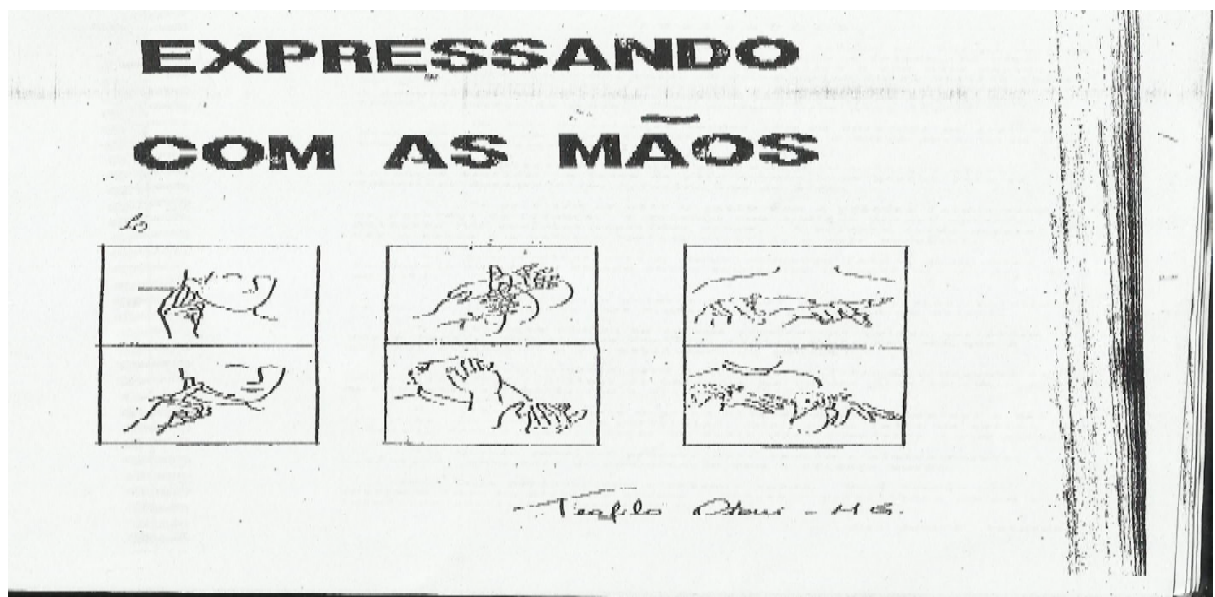


Figura 14 – Capa do livro *Expressando com as Mãos* de Duarte (1993). Fonte: Acervo da APADA/SE.

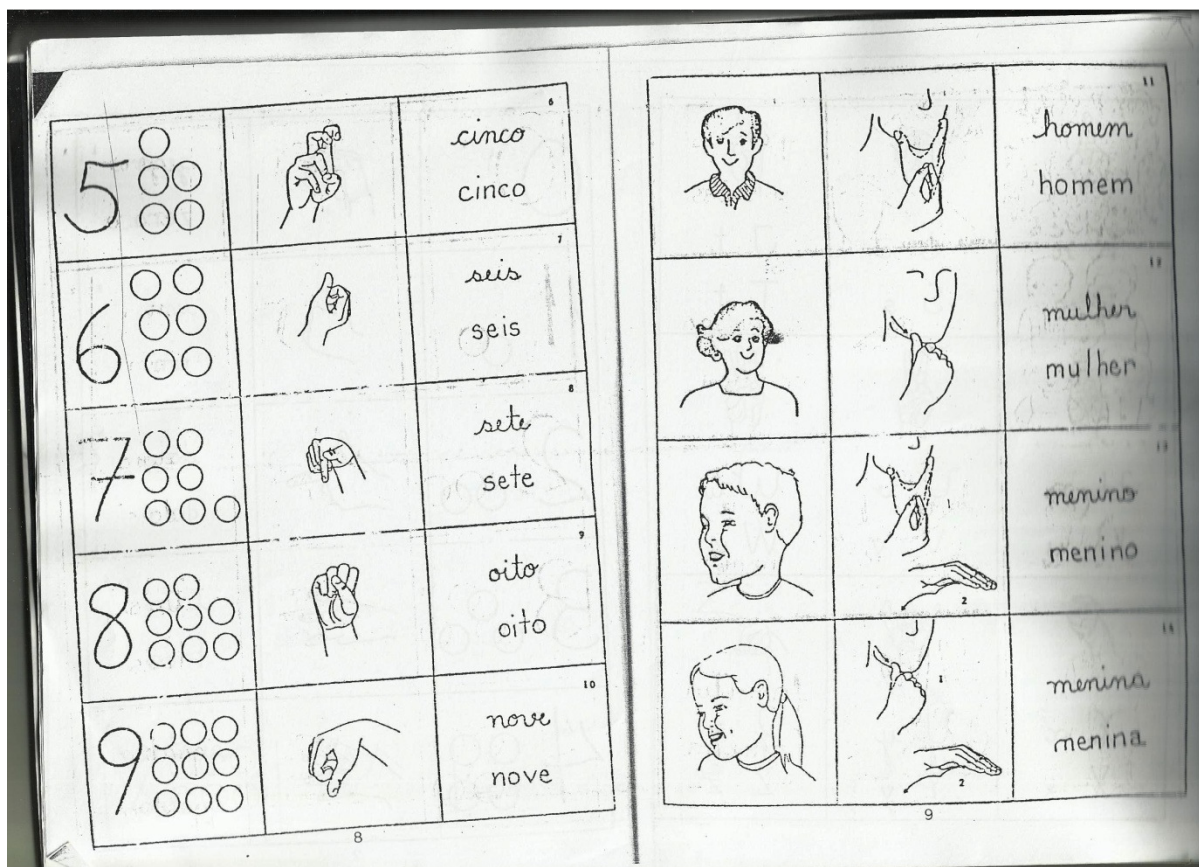


Figura 15- Páginas 8 e 9 do livro *Expressando com as Mãos* de Duarte (1993). Fonte: Arquivo da APADA/SE.

Com o ingresso da professora Melo⁶⁸, na APADA, inicia-se o ensino sistematizado da LIBRAS. Na mesma época ela passou a exercer a função de intérprete no Município de Aracaju. Nessa Instituição são formadas turmas de alunos surdos, profissionais, familiares e afins para aprender a Língua de Sinais com a professora Melo:

[...] sou formada em historia, no curso conheci uma intérprete que me convidou para fazer o curso de LIBRAS, depois eu conheci a fundadora da FENEIS⁶⁹ Ana Regina,... a fundação já tinha 2 anos, fiz o primeiro curso de intérprete e Marília me convidou para fazer o estágio na Igreja Batista, mas foi na época que eu casei e vim embora para Aracaju 1992. Aqui procurei o local de atendimento ao surdo, peguei um ônibus e fui direto para APAE⁷⁰, lá me explicaram que não era surdo era Down, no Centro vi uma plaquinha sobre a APADA/SE, fui para a Rua Divina Pastora em 1993. A presidente perguntou: o que você sabe fazer? Eu disse que sabia língua de sinais, ela falou para eu ensinar essa língua aos meninos, com ajuda de quatro surdos Bira, Pedro, Fernando e Aparecida, porque eles já tinham o conhecimento da língua de sinais. A APADA era uma Instituição voltada a acolher as famílias, ela começou acolher os meninos também para ensinar quando ela saiu da Divina Pastora para o bairro Santo Antonio, então eu comecei a fazer reunião

⁶⁸ Melo: Professora de LIBRAS, Interprete, Pedagoga, Historiadora e Coordenadora do CAS.

⁶⁹ FENEIS: Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.

⁷⁰ APAE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

nos sábados e os surdos, tinha finais de semana que tinha mais de 60 surdos [...] (Entrevista em 06/04/2012).



FREQUÊNCIA 1996

10:00hs

Nº de Ordem	NOME	Maio - Segunda									
		08	15	20	27						
01	Elenilza	P	F	F	P						
02	Posme	P	F	F	F						
03	Antonio Marcos	P	P	F	P						
04	Emerson	F	F	F	F						
05	Wedja	F	F	F	F						
06	Eric Ramon										
07	Eric Ramos	P	P	P	F						
08	Viviane	P	P	P	P						
09	Edmilton	F	F	F	F						
10	Rute	P	P	P	P						

Alda Valéria Santos 0131

Figura 16 - Folha de frequência da primeira turma de LIBRAS para pessoas surdas, em 1996.
Fonte: Arquivo da APADA/SE.

F R E Q U Ê N C I A

DATA DE: 14/08

TURNO: Manhã

DAS: 8:00 h. às 13:00 h.



NÚMERO DE ORDEN	N O M E S	MÊS: <u>Agosto / Segunda</u> / 199 <u>7</u>											
		04	11	18	25								
01	Genisson	P	P	P	P								
02	Jardel	P	P	P	P								
03	Avelan	P	P	P	P								
04	Tamires Souza Santos *	-	-	P	P								
05	Presley	P	P	P	P								
06	Leonardo Melo R. Silva *	-	-	-	P								
07													
08													
09													
10													

DATA: 1 / 199

Assinatura do Pro. ssor: Abdulkino S. de Melo

Visto: [Assinatura]

* Início 18/08
 * Início 25/08

Coordenador

Figura 17- Folha de frequência da turma de LIBRAS, em 1997. Fonte: Arquivo da APADA/SE.

Os cursos de LIBRAS da APADA/SE ultrapassam as fronteiras do Estado, e chegam atender surdos dos Estados vizinhos, como as cidades alagoanas de Arapiraca, Penedo e Colégio, as baianas de Paripiranga, Rio Real e Jandaíra.

A Instituição prepara também os alunos para o mercado de trabalho e para aqueles em nível de ensino fundamental há Apoio Pedagógico, aulas de Educação Física, Capoeira, Corte e Costura, Pintura e Introdução à Informática.

Nas últimas décadas do século XX, a APADA/SE se transformou também em espaço para pesquisa e principalmente de formação de profissionais, recebendo os universitários para desenvolver estágios pedagógicos (MAYNARD, entrevista em 04/04/2012). As APADAS também participaram dos movimentos de pessoas surdas, no Brasil, que lutam pela oficialização da Língua de Sinais e pela garantia da presença de intérpretes em todos os níveis de ensino. A partir desses movimentos coordenados pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS em parceria com Ministério da Educação e Cultura – MEC/ Secretaria de Educação Especial / FNDE e Ministério da Justiça – CORDE e APADAS, começa a ser esboçado um projeto político para educação dos surdos no Brasil.

Para Felipe,

[...] este projeto é uma continuação do Projeto Metodologia para o Ensino de LIBRAS para Ouvintes, que viabilizará o ensino da LIBRAS de maneira sistemática através do material didático que foi produzido:

1. LIBRAS em Contexto - Curso Básico - Livro do Aluno, acompanhado de Fita de Vídeo;

2. LIBRAS em Contexto - Curso Básico - Livro do Professor.

Como os surdos que estão ensinando sua língua não têm formação acadêmica para realizarem esta atividade, eles precisam de Cursos de Extensão para poderem atuar como Instrutores de LIBRAS, adequadamente. Por isso, ensinam a língua de sinais, para atuarem como Instrutores de LIBRAS para serem Agentes Multiplicadores a partir do material didático produzido e da proposta metodológica para ensino de LIBRAS nele contida;

- instrumentalizar os atuais Instrutores de LIBRAS com um material didático que sirva de subsídios às suas aulas;
- organizar e editar uma fita de vídeo com orientações metodológicas para ajudar os Instrutores a trabalharem com o livro LIBRAS em Contexto - Curso Básico - Livro do Professor (1998, p.4).

Esta política linguística tem como foco, primeiramente, as pessoas surdas e visa capacitá-las para serem instrutoras de sua língua. A FENEIS como uma das responsáveis pela

proposta inicia convidando as Instituições de e para surdos, para enviar dois representantes de Sergipe para o processo de capacitação, e a APADA, em parceria com a Secretaria Municipal de Aracaju - SEMED e a SEED, coordenaram esta política no Estado.

2.5- Projeto de Estimulação Precoce para Deficientes Auditivos-SEMED/SE

No mesmo ano de fundação da APADA-SE (1991), o Município de Aracaju, embora sempre estivesse presente como parceiro das entidades acima citadas, através da Secretaria Municipal de Educação, inicia, na própria rede, ações direcionadas ao atendimento das pessoas com deficiência como: a criação da Divisão de Educação Especial sob a Coordenação das pedagogas Aurora Ferreira Vilauba e Rosangela Menezes Oliveira, egressas do INES; a elaboração do Projeto de Estimulação Precoce para Deficiente Auditivo; a promoção de cursos para formação e/ou capacitação para profissionais da educação na área de educação especial e deficiência auditiva; cursos e oficinas de sensibilização para pais e comunidade escolar; e a implantação de três Salas de Recursos para o atendimento das pessoas com deficiência auditiva, na perspectiva de inclusão.

As professoras/coordenadoras falam como decorreu o processo de implantação dessas ações. Vilauba declara:

[...] quando retornei do Rio de Janeiro, do INES, a Secretaria Municipal de Educação me convidou para que começássemos a trabalhar, a desenvolver ações, na verdade, para o atendimento das pessoas com surdez, minha ideia inicial, que transformamos em projeto, que foi o Projeto de Estimulação Precoce para crianças com Deficiência Auditiva, onde iríamos trabalhar com crianças de zero a três anos e poucos meses que tivesse essa deficiência [...] (Entrevista em 15/01/2013).

A professora Menezes complementa:

[...] elaboramos um projeto para implantar nas escolas do Município o trabalho de Estimulação Precoce, a princípio voltado para o deficiente auditivo, aí nós implantamos, acho que a coisa tem que começar devagar para começar com critérios né?, aí nós começamos a implantar em três escolas da rede municipal em 1995 [...] (Entrevista em 15/01/2013).

Continua a professora Vilauba,

[...] uma das primeiras ações foi justamente a sensibilização da comunidade [...], se existia deficiente auditivo nesta faixa etária; outra ação foi a formação dos professores uma vez que tínhamos um conhecimento da educação de surdos, procuramos organizar cursos para que estes professores, para que eles pudessem se organizar, fazíamos a sensibilização dos professores depois eles retomavam nas escolas e socializavam as informações que tinham absorvido no curso; sobre a outra ação foi o levantamento dessa clientela toda vez que a gente fazia elaborava uma palestra e/ou um curso ou oficina nas escolas. Sempre apareciam casos de crianças nessa faixa etária que tinha deficiência auditiva, na verdade essas crianças não eram diagnosticadas, mas as pessoas sabiam que naquela faixa etária a criança não falava não respondia aos estímulos sonoros e aí nós encaminhávamos para avaliação e para as salas de Recursos (Entrevista em 15/01/2013).

As figuras abaixo apresentam passo a passo o trabalho desenvolvido pelo Projeto de Estimulação Precoce para crianças com Deficiência Auditiva na Rede Municipal.



Figura 18 - Folder do Projeto de Estimulação Precoce divulgado pela SEMED, folha nº1.
Fonte: Arquivo pessoal da professora Menezes.

O QUE É ESTIMULAÇÃO ESSENCIAL?

É o "conjunto de aspectos afetivos, intelectuais e sociais decorrentes da interação do indivíduo com o ambiente. Esta estimulação serve de base à formação de estruturas afetivo-cognitivas reguladoras da personalidade da criança e tendo íntima relação com o processo de aprendizagem e desenvolvimento".

Prof. Jairo Werner

POR QUE A SEMED ELABOROU O PROJETO DE ESTIMULAÇÃO ESSENCIAL DO DEFICIENTE AUDITIVO?

Após alguns apelos do MEC, a Secretaria de Educação de Aracaju, através do Departamento de Ensino, fez uma análise do atendimento oferecido por outros órgãos da capital aos portadores de necessidades educacionais especiais. Concluímos então, que esta Secretaria poderia colaborar com a ampliação do atendimento nesta modalidade de ensino, oferecendo um trabalho pedagógico de estimulação essencial na área da deficiência auditiva.

QUAIS OS OBJETIVOS DO PROJETO?

- Implantar o atendimento especializado na Rede municipal de Ensino de Aracaju, visando atender crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, na área de audição, na faixa etária de 0 a 4 anos;
- Sensibilizar à comunidade de modo geral, através dos meios de comunicação disponíveis sobre a complexidade das questões relacionadas à surdez;
- Esclarecer à comunidade educativa: Diretores, Técnicos, Professores, Pessoal de Apoio e Pais, através de reuniões e palestras sobre a importância do trabalho pedagógico;
- Fazer levantamento da clientela a ser atendida;
- Implantar um trabalho pedagógico à luz da filosofia da Comunicação Total;
- Acompanhar e avaliar sistematicamente, o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

QUAL A ABRANGÊNCIA DO PROJETO?

O Projeto de Estimulação Essencial do Deficiente Auditivo será implantado em Unidades escolares que oferecem a Educação Infantil, inicialmente com salas de Estimulação Essencial.

QUAIS AS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO?

- Divulgação nas Unidades de Educação infantil, nas Associações Comunitárias e na Comunidade de modo geral;
- Levantamento da clientela apontada como portadora de deficiência auditiva;
- Encaminhamento da clientela aos órgãos competentes para avaliação diagnóstica;
- Atendimento pedagógico à criança;
- Orientação familiar;
- Reuniões de esclarecimento com a comunidade sobre a importância da Estimulação Essencial;
- Acompanhamento e Avaliação do Projeto;
- Capacitação e Aperfeiçoamento da Equipe de Trabalho.

ONDE OBTER MAIORES INFORMAÇÕES?

Na SEMED / Departamento de Ensino/
Divisão de Educação Pré-Escolar(Núcleo de Educação Especial) à Avenida Pedro
Paes Azevedo, S/N
Bairro Grajeru, Aracaju-SE
Fone: (079) 217-2509
Fone/Fax (079) 217.1035

Vamos Juntos Humanizar Esta Cidade.

Figura 19 - Folder do Projeto de Estimulação Precoce para Atendimento às Pessoas com Deficiência Auditiva, SEMED, folha nº 2. Fonte: Arquivo pessoal da professora Menezes.

Observam-se, no folder, informações detalhadas, passo a passo do projeto, assim como as parcerias estabelecidas para sua efetivação. Na área de Estimulação Precoce para deficientes auditivos e na implantação das Salas de Recurso, a SEMED/PMA de Aracaju foi pioneira no Estado. O atendimento não só era uma novidade, mas também uma necessidade, pois já havia uma demanda no Município, e não existia no Estado atendimento para essa faixa etária (de 0 a 3 anos), as instituições anteriores de atendimento às pessoas surdas, até então, eram na fase escolar e/ou para adultos. Segundo Skliar,

[...] o papel que desempenha uma deficiência no começo da vida de um sujeito não é de ser o centro inevitável do seu desenvolvimento, mas pelo contrário, a força motriz de seu desenvolvimento. O cérebro dos primeiros anos de vida é de tal flexibilidade e plasticidade que só uma profunda e errada abordagem clínica negaria todo potencial de compreensão que se reúne na direção contrária ao déficit. A criança não vive a partir de sua deficiência, mas a partir daquilo que para ela resulta se equivalente funcional (1997, p. 12).

O autor fala da importância do atendimento precoce para o desenvolvimento infantil,

principalmente, para estimular as crianças com deficiência. Esse entendimento é aplicado também para o desenvolvimento da aquisição de uma língua: quanto mais cedo elas são expostas às experiências linguísticas, a exemplo das crianças surdas à Língua de Sinais, mais possibilidades de desenvolver seu potencial e superar ou minimizar as suas dificuldades. Para Goldfield (2002, p. 58): “O adulto além de estimular a comunicação da criança, estimula seu desenvolvimento intelectual, ajudando-a nas tarefas que esta ainda não realiza sozinha”.

Observa-se também que, diferentemente do que foi apresentado anteriormente pelas instituições, os professores que atendiam nas Salas de Recursos tinham informações a respeito da deficiência auditiva e de língua de sinais, segundo a professora Menezes:

[...] Em 1991 ofereceu o primeiro curso e em 1995, implantou em 3 Escolas da Rede o Projeto de Estimulação Essencial do Deficiente Auditivo cuja clientela foi inserida a partir de 1997, nas classes de Ensino Regular, assim, esta Secretaria foi pioneira na inclusão dessa clientela no ensino público de Sergipe (2000, p. 61).

As escolas onde foram implantadas as Salas de Recursos⁷¹ são: Pré-Escolar “Ana Luiza Mesquita Rocha, situada na Rua Alagoas no bairro José Conrado de Araujo, EMEI⁷² Áurea de Melo Zamor, no Conjunto Orlando Dantas, no bairro São Conrado e a EMEF⁷³ Oscar Nascimento, no bairro Santo Antônio. Para acompanhar o atendimento nas escolas é implantado o programa de Capacitação Continuada “Hora de Estudo”, em 1996, Curso de Língua de Sinais⁷⁴ e o Curso Língua de Sinais e Orientações Fonoaudiológica, em 1999⁷⁵. A metodologia educacional utilizada nas Salas de Recursos era pautada na filosofia da Comunicação Total. Menezes declara:

[...] Olha nós estávamos na Comunicação Total, que naquele momento era o que se falava, ou seja, era que a gente levasse o aluno a se comunicar de qualquer forma possível, que ele se sentisse confortável ou falando ou sinalizando, mesmo sem ter o domínio da língua de sinais, sinalizando ou gesticulando, desenhando, a gente queria que fosse estabelecido uma comunicação, então nós começamos pela Comunicação Total, que na época era que se falava [...] (Entrevista em 15/01/2013).

⁷¹ As Salas de Recursos são característica da política de educação após Salamanca 1994, o aluno que frequentar Sala Regular tem o apoio pedagógico em turno contrário.

⁷² EMEI: Escola Municipal de Educação Infantil.

⁷³ EMEF: Escola Municipal de Ensino Fundamental.

⁷⁴ Anexo 05: Certificado do curso de LIBRAS, promovido pelo programa “Hora de Estudo”/SEMED-SE, em 1996.

⁷⁵ Anexo 06: Certificado do curso de LIBRAS, promovido pelo programa “Hora de Estudo”/SEMED-SE, em 1999.

A Comunicação Total como já foi acima citada em Moura (2007) fundamenta-se em mais de uma modalidade sensorial como a palavra falada, a leitura labial, o aproveitamento do resíduo auditivo, a ampliação sonora, a datilologia, a língua de sinais, os gestos, a mímica e a linguagem corporal. Representa o período de transição entre a oralidade e a língua de sinais também, mas não atendia o desejo dos familiares de que seus filhos pudessem aprender e fossem assim normalizados, falando a língua dos demais membros da família. Segundo Vilauba,

[...] os professores já conheciam e utilizavam a Língua de Sinais, as famílias na verdade... na época não tínhamos um fundamento legal, então a gente sensibilizava pela necessidade que os surdos tinham de se comunicar e que a língua de sinais era a língua natural dos surdos, então a maioria das pessoas das famílias que trabalhavam com a gente aceitavam, embora ficavam com receio, o sonho de cada família era que a linguagem oral fosse a linguagem mais indicada para as crianças, mas elas não reagiam contra os sinais, [...] (Entrevista em 15/01/2013).

Para orientar as famílias, a SEMED forma novos parceiros como a Secretaria de Direito Humanos e lança uma Cartilha informativa com orientações sobre as formas adequadas para se relacionar com pessoas com deficiência, e amplia para outras áreas de deficiência os serviços das Salas de Recursos. De acordo com Menezes:

Com a ampliação do atendimento em 1997 esta Secretaria passa a atender também alunos com deficiência mental, alguns casos de condutas típicas e de deficiência visual, culminado este último com a implantação do CAP⁷⁶, sendo o primeiro no Brasil sob a responsabilidade do município (Entrevista em 15/01/2013).

A Cartilha *A Turma do DUDA* tem o objetivo de informar e sensibilizar a sociedade quanto à interação para com as pessoas com deficiência. Nas páginas 10 e 11, ela apresenta, em forma de quadrinhos, como as pessoas ouvintes devem se relacionar com as pessoas surdas. As informações enfatizam comportamentos oralistas, mas fazem referência à presença de um intérprete, como mediador no processo de comunicação dos ouvintes com os surdos, subtende-se a presença da Língua de Sinais.

⁷⁶ CAP: Centro de Apoio Pedagógico para Deficiente Visual.

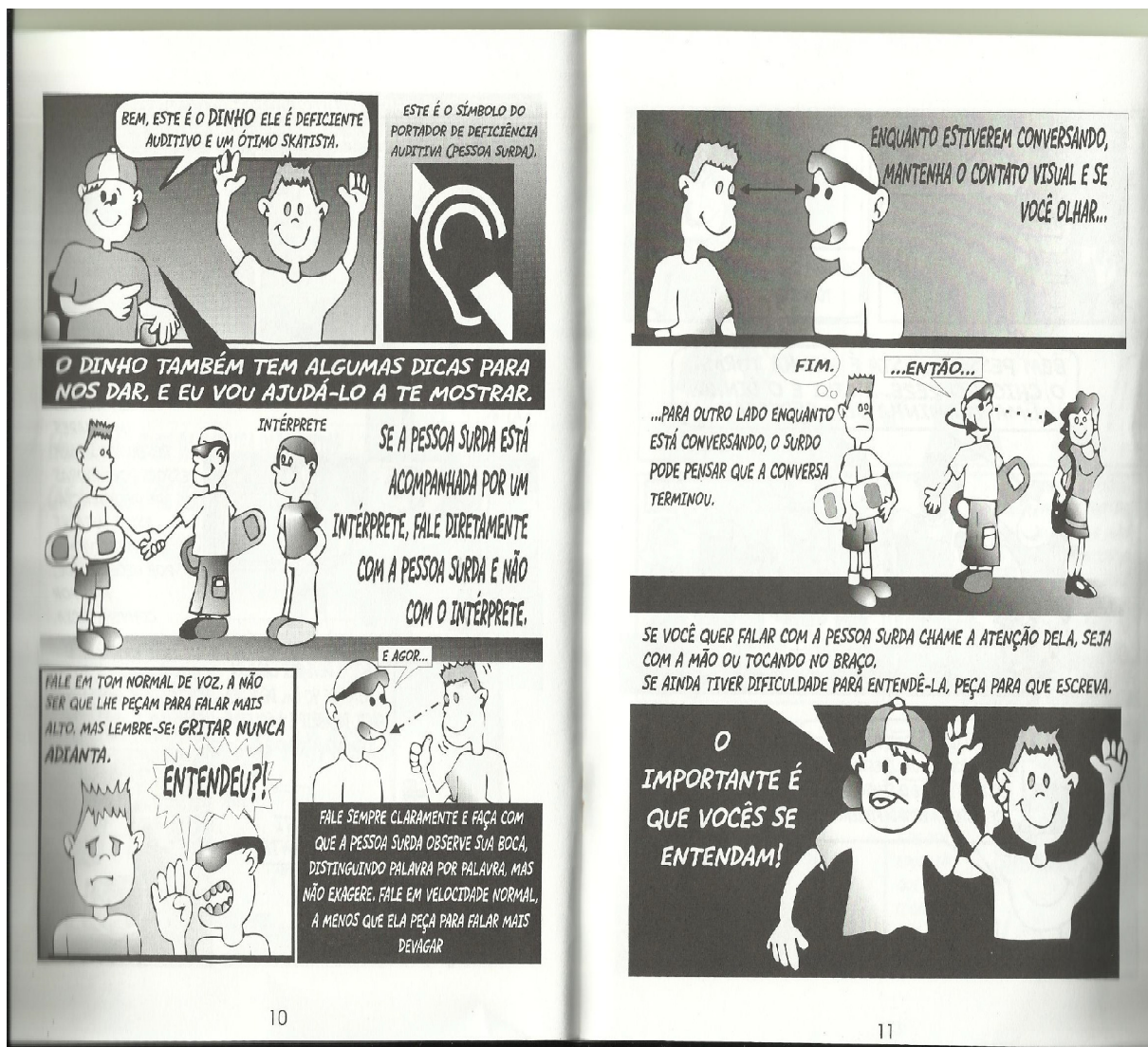


Figura 20 – A Turma do DUDA, SEMED/SE, 1998, p. 10-11. Fonte: Arquivo pessoal de Menezes.

Esta cartilha foi consequência ainda do programa de capacitação continuada, em 1999, que trouxe para Aracaju uma professora surda para capacitar os professores e orientar as famílias quanto à educação dos surdos e a Língua Brasileira de Sinais. Vilauba afirma que:

[...] O Projeto rendeu bastante, ele avançou tanto que nós fomos convidadas para apresentar esse Projeto em um Seminário Internacional em Brasília, eu enquanto representante desse grupo de pessoas que trabalhavam com Educação Especial e Deficiência Auditiva, eu me senti muito bem porque aquilo estava dando certo e atendia na verdade as expectativas das famílias, da secretaria e as nossas expectativas enquanto profissional da educação na área da surdez (Entrevista em 15/01/2013).

Para melhor otimização do referido projeto, foi formada uma equipe multidisciplinar composta por um professor polivalente com proficiência na língua de sinais, para o serviço de itinerância nas escolas da rede com alunos surdos inclusos, professor de educação física,

psicólogos e psicopedagogo. Menezes comenta que:

O atendimento psicopedagógico e psicológico envolvia a família do aluno, direcionando-se àqueles com dificuldade de aprendizagem, ou desvio de comportamento. Esse atendimento objetivava também reduzir as multirrepetência sendo motivo de constante atenção desta secretaria (Entrevista em 15/01/2013).

Como resultado dessa política assumida pela SEMED para pessoas com deficiência, duas professoras elaboraram o Projeto ARRAIÁ PORT/LIBRAS, que visou transformar a realidade das crianças surdas inclusas no Ensino Regular e eram atendidas nas Salas de Recursos. Elas utilizavam a LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais, como via importante no processo ensino-aprendizagem. Este projeto recebeu, em 2001, o Prêmio Qualidade em Educação Infantil pelo MEC/Fundação ORSA⁷⁷/UNDIME⁷⁸.

No mesmo ano, a SEMED, em parceria com a SEED, coordena o Curso LIBRAS em Contexto. Para a realização desse curso, as Secretarias contaram com a parceria da Universidade Federal de Sergipe, através da participação da Professora Doutora Verônica dos Reis Mariano Souza. No Estado de Sergipe, foram capacitados 22 Instrutores Surdos e paralelamente o mesmo número de professores das Salas de Recursos da Rede Municipal, da Escola Estadual “11 de Agosto” e das Instituições Não Governamental – ONGs como a APADA/SE e a “Rosa Azul”. Esse curso fazia parte da 1ª Etapa do Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos organizada pelo MEC/Secretaria de Educação Especial, com o tema: Língua de Sinais: idioma que se vê. Ele foi dividido em três etapas: 1ª Etapa: curso para instrutores – multiplicadores de Língua de Sinais; a 2ª Etapa: Curso para professores; a 3ª Etapa: Curso de Capacitação de professores intérpretes de Língua de Sinais (BRASIL, 2001). Ele foi idealizado em 1998, pela equipe da professora Tanya Mara Felipe, mas só foi posto em prática em 2001. Observaram-se durante o curso as dificuldades das pessoas surdas tanto na língua portuguesa quanto na sua língua, a língua de sinais, que até então vinha sendo ensinada de forma descontextualizada, através de palavras isoladas como já foi anteriormente comentado. Para melhorar o desempenho dos surdos para o ensino da Língua de Sinais, foi realizado, na Universidade Federal de Sergipe, no início de 2002, o Curso de Leitura,

⁷⁷ “[...] é uma instituição sem fins lucrativos que desenvolve programas e projetos nas áreas de educação, saúde, garantia de direitos humanos, meio ambiente, cultura e geração de emprego e renda”. Disponível em: <<http://www.fundacaoorsa.org.br/pt/apresentacao.aspx>> Acesso em: 12/04/2013.

⁷⁸ “[...] é uma associação civil, sem fins lucrativos, constituída no dia 10 de outubro de 1986. Sua sede se localiza na capital da República, em Brasília. Disponível em: < <http://undime.org.br/institucional/o-que-e-a-undime/>> Acesso em: 12/04/2013.

Interpretação e Produção de Textos, com metodologia bilíngue para surdos e ouvintes que participaram da 1ª etapa. E logo em seguida o país reconhece oficialmente a língua de sinais como Língua Brasileira de Sinais.

3. O QUE REVELAM OS SURDOS QUANTO À APROPRIAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS EM ARACAJU

[...] Você precisa ser surdo para entender!
Como é compreender alguns dedos ligeiros
que descrevem a cena
e fazem você sorrir
e sentir-se sereno com
a "palavra falada" de mão em movimento
que torna você parte deste mundo tão amplo?
(WILLERD e MADSEN)

Na parte externa do portão de entrada da Escola Estadual “11 de Agosto”, quatro pessoas surdas de diferentes faixas etárias, um adulto e três jovens, conversam freneticamente, em língua de sinais, sobre uma pescaria, com outros surdos que estavam na parte interna. Toda vez que se visita essa escola sempre há surdos conversando no portão. A interação entre eles acontece dentro de uma regra livre, cada um faz suas interferências na conversa, no seu tempo e interesse, mesmo quando todos falam, eles se olham e se entendem. Se compararmos a rapidez e fluência desta fala visual com a fala produzida sonoramente, seria impossível para os professores ministrarem suas aulas em salas próximas ao portão. Esta relação de trocas linguísticas deveria ser natural em qualquer ambiente escolar, familiar e/ou em outros espaços de interação social.

Dados da Organização Mundial de Saúde - OMS (BERNADINO, 2000) - demonstram que 95% a 96% das pessoas surdas nascem de famílias de pessoas ouvintes, logo não usuárias da língua de sinais. Essas pessoas são expostas à língua oral como língua materna e/ou primeira língua, sem que se considere o fato de que não são usuárias naturais dessa língua, principalmente porque a língua oral depende da condição auditiva para a sua aquisição.

A comunidade surda aracajuana faz parte da estatística dos 95% do Brasil, que tardiamente entram em contato com a LIBRAS. Desse universo, em Aracaju, foi selecionada uma amostra de doze (12) pessoas surdas e ou deficientes auditivas, conforme Decreto 5.626 de 05 de dezembro de 2005. Quanto ao contato com a língua de sinais, as pessoas selecionadas afirmam:⁷⁹

CE⁸⁰: PRIMEIRO “ROSA AZUL”, DEPOIS ACHAR SURD@ IDOS@, ENCONTRAR RUA PRAÇA CATEDRAL MUITOS SURD@+ VIR DAR SINAL, TER MAIS OU MENOS 14 ANOS, MAS PESSOA VIR SÃO PAULO ENSINAR, ENSINAR, EU IGUAL TROCAR SINAIS;

JE⁸¹: ESTUDAR PRIMEIRO ESCOLA OUVINE ITABAIANA, 09 ANOS IR “ROSA AZUL”, DEPOIS PASSEAR CENTRO CIDADE ENCONTRAR SURD@, CHAMAR IR ENCONTRAR SURD@+ PRAÇA CATEDRAL DOMINGO TARDE BATER PAPO, CONVERSAR TROCAR SINAL APRENDER SINA, IR APRENDENDO FICAR BOM;

EV⁸²: APADA OUVINTE ALDA VALÉRIA, TER 10 ANOS, ANTES SURD@ NADA

⁷⁹ : A transcrição das narrativas das pessoas surdas segue os critérios estabelecidos pela gramática da LIBRAS, conforme mencionado no Capítulo das Considerações Metodológicas.

⁸⁰ CE: Tem 34 anos, é instrutor de LIBRAS, perdeu audição mais ou menos aos três anos, foi entrevistado no dia 22/11/2012.

⁸¹ JE: Tem 39 anos, nasceu surdo é instrutor de LIBRAS, foi entrevistado no dia 20/06/2012.

⁸² EV: Tem 32 anos, não sabe informar quando ficou surdo, é instrutor de LIBRAS, foi entrevistado no dia 12/01/2012.

SINAL, FALAR SÓ GESTO+ EXPRESSÃO FACIAL, NUNCA ANTES COM SURD@ MAIS VELHO@+ SÓ SURD@+ APADA, SÓ AGORA CONHECER SURD@ VELHO+ TRÊS BUGIO, RAIMUNDO BARRA DOS COQUEIROS, VIAJAR JOGAR FUTEBOL ENCONTRAR SURD@+ CONVERSAR LIBRAS SINAIS COMUNICAR DIFERENTE AQUI MAIS FÁCIL;

TA⁸³: PRIMEIRO UM SURD@ MOSTRAR SINAL TER MAIS OU MENOS 13 OU 14 ANOS, DEPOIS ENCONTRAR LIANA APADA VER VÁRIOS SURD@+ EL@ PERGUNTAR ACEITAR LIBRAS, PRIMEIRA VEZ ENCONTRAR SURDO;

LI⁸⁴: EU-APRENDER LIBRAS NIRAILDES, EU-APRENDER 16 ANOS, DEPOIS ENCONTRAR POVO SURDO, GIVANILDE ME-ENSINAR IR DESENVOLVER, DEPOIS TROCAR EU-ENSINAR EL@ PORTUGUÊS DIGITALIZAR PALAVRA, ACHAR IMPORTANTE SURD@ ENSINAR LIBRAS;

ED⁸⁵: UM@ PROFESSORA OUVINTE APADA;

JO⁸⁶: PRIMEIRA VEZ TER CONTATO LIBRAS NA ESCOLA TER 15 ANOS, MAS QUEM ENSINAR MAIS LIBRAS INSTRUTORA SURD@ TÂNIA, ESCOLA “11 DE AGOSTO”, AGORA FALAR QUE LIBRAS DIFERENTE MELHOR;

FR⁸⁷: “ROSA AZUL” TER MAIS OU MENOS 12 ANOS, PROFESSORA+ OUVINTE+, TAMBÉM ENTRAR “11 DE AGOSTO”, 16 ANOS, APRENDER MAIS LIBRAS;

LIN⁸⁸: “11 DE AGOSTO” PROFESSORA+ OUVINTE+;

FA⁸⁹: NUNCA APRENDER LIBRAS, AGORA NA FACULDADE FOI QUE COMEÇOU, MAS SEMPRE TIVE VONTADE DE APRENDER LIBRAS, A PRIMEIRA VEZ QUE VI SURDOS CONVERSANDO FOI NO TERMINAL DE ÔNIBUS DA RODOVIÁRIA VELHA;

PAM⁹⁰: MAIS OU MENOS QUANDO EU TINHA 16 ANOS, 15 EU FAZIA MAIS DATILOLOGIA, COM 16 ANOS FOI QUANDO EU COMECEI A ANDAR EM PAULO AFONSO, EM RECIFE, AÍ COMECEI A TER CONTATO COM OS SURDOS, AÍ ELE+ COMEÇARAM A ME FORÇAR A APRENDER A PRÓPRIA LIBRAS;

⁸³TA : Tem 35anos, nasceu surda, é instrutora de LIBRAS, foi entrevistada no dia 28/11/2012.

⁸⁴LI : Não informou a idade, nasceu surda, (mostrou um sinal de infecção, mas não entendi), é instrutora de LIBRAS, é formada em Pedagogia, foi entrevistada no dia 07/12/2012.

⁸⁵ED : tem 24 ANOS, ficou surdo na primeira infância, é fluente em LIBRAS e foi entrevistado no dia 15/09/2012.

⁸⁶JO: Tem 25 anos, é universitário, se considera deficiente auditivo, mas tem fluência em LIBRAS, foi entrevistado no dia 18/10/2012. (não assinou o Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento, mas se disponibilizou a falar).

⁸⁷FR: 39 anos, 2º grau completo, nasceu surdo e não é fluente em LIBRAS, mistura gesto, mímica oralização, leitura labial e LIBRAS. Ele foi entrevistado no dia 17/01/2013.

⁸⁸LIN: 40 anos, fez supletivo do 2º grau, nasceu surdo, tem uma comunicação confusa mistura, gesto, mímica oraliza e usa LIBRAS, foi entrevistado em 20/09/2012.

⁸⁹FA: 30 anos, faz faculdade, é deficiente auditivo, antes não gostava de LIBRAS agora está aprendendo, foi entrevistado em 19/11/2012.

⁹⁰PAM: 26 anos, nasceu surda, é fluente em LIBRAS, mas é oralizada. Foi entrevistada em 24/10/2012.

RI ⁹¹: QUANDO IR ESTUDAR INES, COM 7 ANOS, LÁ ERA OBRIGAD@ FALAR ORAL, MAS TER SURDOS TER ENSINAR SINAL.

Observa-se, nas narrativas deste grupo de surdos, que a aquisição da LIBRAS iniciou-se tardiamente, entre 10 e 15 anos de idade, se comparada à aquisição da língua oral pela criança ouvinte que se inicia ainda na vida intra uterina e se completa até o segundo ano de vida quando há maturação do sistema auditivo para a aquisição e o desenvolvimento da linguagem oral (GATTO; TOCHETTO, 2007). Se as crianças surdas nasceram em lares de pessoas surdas falantes naturais da língua de sinais ou ainda, se forem expostas à língua ainda na primeira infância, elas teriam o processo de aquisição de uma língua análogo ao das crianças falantes das línguas orais. Já para as crianças surdas filhas de pais ouvintes, a aquisição da língua de sinais não acontece de forma natural, conforme as afirmações de Santana,

[...] A aquisição da língua de sinais pelos surdos filhos de pais ouvintes não é tão natural quanto a aquisição dos surdos filhos de pais surdos. Como é uma língua não dominada pelos pais, só pode ser adquirida em ambientes institucionais: escola, clínicas e locais que oferecem atendimentos educacionais especializados. Desta forma muitas vezes a criança só tem contato com a língua de sinais em idade avançada (2007, p.104).

Nota-se também nas narrativas, que as primeiras experiências com essa língua foram a partir de modelos linguísticos de pessoas ouvintes, que não eram proficientes da LIBRAS, mesmo porque até meados da década de 1990 a política de atendimento aos surdos não priorizava o ensino da língua de sinais.

Fernandes afirma que,

[...] a dificuldade de acesso à Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, de forma natural e constante, por aquelas que só convivem com pessoas ouvintes, [pois,] leva-as a identificarem o mundo de forma concreta, por não lhes ser possível o diálogo (2000, p. 50).

A relação dos surdos com os ouvintes não proficientes na língua ocasiona não só uma representação do mundo com base concreta, mas também, o isolamento das pessoas surdas nos ambientes escolares e familiares. Eles ficam aprisionados numa fala sem significado e sem representação real de sua identidade individual e social. Segundo Goldefid,

⁹¹RI: Não informou a idade, tem 2º grau completo, nasceu surda, é fluente em LIBRAS, mas também em português escrito e oral, ele foi entrevistada em 10/03/2013.

[...] as crianças surdas mesmo as que não são expostas à língua de sinais e não recebem nenhuma forma de tratamento fonoaudiológico para adquirir a língua oral, adquire alguma forma rudimentar de linguagem, elas simbolizam e conceituam, pois convivem socialmente, interagem na comunidade de alguma forma. (2002, p.62)

Alguns pais, preocupados com a importância de uma língua para o desenvolvimento psicossocioafetivo dos filhos surdos, tentam quebrar suas barreiras e começam a aprender a língua de sinais. O entrevistado “EV” diz: “MAMÃE TAMBÉM FAZER CURSO LIBRAS APRENDER SINAL, MAMÃE AINDA SABER POUCO HOJE COMUNICAÇÃO NÃO-TER MUITA”. Mas, na verdade, o desejo da maioria dos familiares refletia a política de ensino e formação dos professores, do período de 1960 até meados de 1990, porque prevalecia no país a ideologia de uma única língua, a da maioria, que era a modalidade oral.

A falta de comunicação é então marcada pela ausência de interlocutores com domínio da língua de sinais. Isso se evidencia nas falas transcritas abaixo:

CE: MEU PAI COMPRAR APARELHO CAIXA ANTES IR ESCOLA COLOCAR, NÃO CONHECER LIBRAS SÓ TREINAR FALAR, PACIÊNCIA ESCOLA “ROSA AZUL”, ACABAR AULA IR CASA CABEÇA CHEIA, DOENDO. TUDO FALAR, FALAR, COLOCAR MÃO PESCOÇO FALAR, FALAR, TEXTOS NÃO, DESENHAR, TUDO FALAR EU NÃO ACEITAR, LIBRAS ACEITAR;

JE: ESTUDAR PRIMEIRO ESCOLA OUVINTE ITABAIANA, COM 7 ANOS, DEPOIS MUDAR “ROSA AZUL”, SÓ FALAR, PROFESSOR NÃO –SABER LIBRAS, EU-ALUNO ANTES OUTRA PROFESSORA DEPOIS LUCIELMA;

EV: PRIMEIRO ESCOLA OUVINTE AMIG@ PAPAI NÃO-TER NADA INTÉRPRETE, PROIBIR LIBRAS SÓ FALAR OBRIGAR, APADA DEPOIS, DEPOIS ESTUDAR “11 DE AGOSTO” 10 ANOS ALUN@ PROFESSORA, PROFESSORA SABER-NÃO LIBRAS, COLOCAR MÃO ROSTO FALAR, FALAR, TAMBÉM EXPRESSÃO FACIAL, MÍMICA, GESTO+, PROFESSORA FALAR EU NÃO-ENTENDER NADA MOSTRAR FIGURA SURDO+ NOME PORTUGUÊS SURDO FAZER SINAL;

TA: PRIMEIRO ENTRAR ESCOLA OUVINTE, INCLUSÃO, NÃO-SABER LIBRAS NADA 23 ANOS, SÓ PALAVRA, TER PAPEL EU PEGAR OLHAR IR FAZER SINAL EXPRESSÃO CORPO DESENHAR, EU VER PALAVRA FAZER SENTIDO QUE COMBINAR, NUNCA DESENHAR SÓ COPIAR.FICAR SENTADA ESCOLA INCLUSÃO PARECER BOBA DEPOIS PROFESSORA NOME SINAL SÓ;

LI: SEMPRE ESTUDAR ESCOLA OUVINTE, INCLUSÃO ATÉ FORMAR, TREINAR FALAR MUITO ANTES ESTUDAR PROFESSORA SENTAR MINHA FRENTE FALAR MUITO TAMBÉM, UM SURD@ PARTICULAR MAMÃE PAGAR ESTUDAR MANHÃ

TARDE NOITE APRENDER PROFUNDO LIBRAS;

ED: ESTUDAR ESCOLA INCLUSIVA DEPOIS COMEÇAR “11 DE AGOSTO”, ESCOLA TAMBÉM NÃO-TER COMUNICAÇÃO MAS ORALIZAÇÃO;

JO: ESTUDAR ANTES ESCOLA REGULAR, DEPOIS IR “11 DE AGOSTO”, COMO TER RESÍDUO NÃO-ENTENDER LIBRAS, PROFESSOR COLOCAR MÃO PESCOÇO EU REPETIR PALAVRA+ MAS AFIRMAR E DESEJAR APRENDER LIBRAS;

FR: PRIMEIRO ESTUDAR “ROSA AZUL”, QUANDO FECHAR ESCOLA IR “11 DE AGOSTO” SUPLETIVO, TAMBÉM AFIRMAR PROFESSORA MISTURAR DUA+ LÍNGUA+ ORAL SINAL, DEPOIS UMA SURDA COMEÇAR ENSINAR SINAIS;

LIN: APADA, “11 DE AGOSTO” PROFESSORA MISTURAR DUAS LÍNGUAS SINAIS ORAL;

PAM: ERA ORALISMO, MINHA VOZ ERA BEM DESENVOLVIDA, TER ACOMPANHAMENTO FONOAUDIOLÓGICO, EU SÓ ESTUDAVA COM OUVINTES, NUNCA COM SURDOS;

RI: QUANDO FOI ESTUDAR NO INES TINHA 7 ANOS, EM 1968, LÁ ERA SEPARADO UM ANDAR PARA MENINO E OUTRO DAS MENINA+, ERA OBRIGADO FALAR ORAL SALA, MAS TER CONTATO SURDO+ FORA SALA TER SINAL, EU APRENDER MUITOS.

Nas narrativas das pessoas surdas, assim como nas narrativas das professoras Dos Anjos, Vilauba, Silva, apresentadas no capítulo anterior, verifica-se que as “salas preparadas para a estimulação da aprendizagem, com práticas pedagógicas específicas para o desenvolvimento e aquisição da fala oral, eram revestidas com toda aparelhagem de som e tudo mais”. Geralmente essas aulas eram ministradas por médicos, fonoaudiólogos e/ou professores treinados com as técnicas para aquisição da oralidade.

Em Aracaju, nas Instituições de atendimento às pessoas surdas, segundo relatos das referidas professoras, os profissionais utilizaram as mesmas técnicas, desde o século até XIX até o final da década de 1990, seguindo os padrões do INES, a exemplo da figura abaixo.



Figura 21 – Sala de aula para aquisição da linguagem articulada no INES, em 1975. Fonte: Arquivo pessoal de “RI”, ela a professora e seus colegas, foto cedida em 10/03/2013.

A aquisição da linguagem articulada, ou seja, a oralização gerou muitas contendas, devido ao insucesso da maioria dos surdos na escolarização. Para as pessoas surdas a aquisição da língua oral é um processo demorado, é preciso muitas vezes uma intervenção fonoaudiológica para que ela tenha sucesso. Geralmente esse tipo tratamento e/ou terapia se dá em torno de 10 anos e não acontece por meio da interação espontânea (GOLDFELD, 2002). As falas de “CE” e “LI”, exemplificam bem o sentimento dos surdos em relação ao treinamento da fala oral. Este treinamento enfatiza ainda mais a deficiência, devido às limitações impostas pela condição auditiva dos surdos, mais do que pelas dimensões linguísticas e socioculturais que caracterizam as diferenças entre surdos e ouvintes. Dessa maneira, criaram-se lacunas no processo de comunicação e aprendizagem, consequentemente, interferindo nas relações psicossocioafetivas.

As lacunas provocadas pela falta de uma língua não impediam, entre os surdos, a utilização de uma comunicação peculiar inerente ao ser humano, a linguagem gestual. Esta forma de linguagem também faz parte das representações do indivíduo, pois, para Vygotsky (1991), é através da linguagem que o sujeito ingressa em uma sociedade, internaliza conhecimento e modos de ação, organiza e estrutura seu pensamento.

Já Fernandes afirma que “a fala (leia-se no sentido de língua) é um instrumento do pensamento, mas não é o próprio pensamento” (2002, p.22). Para essa autora, os processos mentais se organizam mesmo sem o mecanismo linguístico, como um pensamento não verbal. Os surdos que não foram expostos a uma língua desenvolvem processos psicológicos diferentes, assim como suas representações são principalmente através de experiências visuais. Para essa autora:

A linguagem pode não ter raízes identificáveis na experiência não-linguística, porém, uma vez que a criança começa a aprender a falar e ainda que isso modifique o restante de suas aptidões intelectuais e sociais, de modo a aproximar mais a linguagem e o pensamento, num período posterior (Id., *ibid.*, p. 24).

Ou seja, a ausência de uma língua interfere consideravelmente no desenvolvimento global do indivíduo. Porém, contrariando essa ideia, se as pessoas surdas forem expostas à língua de sinais, mesmo que de forma tardia, elas poderão estimular os processos cerebrais responsáveis pela relação pensamento e linguagem. Pois, segundo Bernardino (2000), ainda que os surdos não tenham entorno linguístico adequado no ambiente familiar e/ou escolar, ao conviverem com outros surdos ou ouvintes proficientes na língua de sinais, eles têm grande probabilidade de um desenvolvimento linguístico. Assim, para Geraldi,

[...] entende-se que o sujeito se constitui como tal à medida que interage com os outros, sua consciência e seu conhecimento do mundo resultam como produto sempre inacabado deste mesmo processo no qual o sujeito internaliza a linguagem e constitui-se como ser social, pois a linguagem não é trabalho de um artesão, mas trabalho social e histórico seu e dos outros e para os outros e com os outros que ela se constitui (1996, p.19).

No caso das pessoas surdas, a constituição de um sujeito sócio-histórico perpassa pelo reconhecimento da LIBRAS, Quadros e Karnopp afirmam que é preciso,

[...] dominar primeiro a língua de sinais, pois é nessa língua que eles aprendem que palavras, frases, sentenças e parágrafos têm significados e que as palavras devem ser situadas em contexto. [...] se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais [...] (2004, p. 27).

De acordo com a autora é importante o acesso dos surdos à língua de sinais, como primeira língua para o desenvolvimento das principais funções da linguagem, comunicação e a organização do pensamento. Para alguns surdos, o primeiro contato com a LIBRAS foi adquirido na escola, tendo como modelo pessoas ouvintes. Entretanto, eles consideram que o desenvolvimento linguístico deles deu-se a partir do encontro com outros surdos fluentes em língua de sinais, pressupondo, assim, a formação de uma identidade linguística. Bernadino afirma que:

A língua é um fator de identidade do povo que a usa (Appel & Muyken, 1996). O grupo se distingue através da sua língua. As normas e os valores culturais do grupo se transmitem por meio da língua. [...] a língua de sinais

tem um valor importantíssimo: é ela que possibilita seu relacionamento com o mundo surdo e ouvinte; é a língua através da qual expõe naturalmente suas emoções (2000, p. 52).

A construção da identidade dos surdos acontece, dessa maneira, quando eles se reúnem em espaços⁹² que se tornam pontos de encontros entre surdos e onde as trocas linguísticas acontecem. Segundo Felipe, no Brasil, esses espaços são conhecidos como Comunidades Urbanas Surdas.

Porém, na comunidade aracajuana, a Escola de 1º grau “11 de Agosto” e a Instituição “Rosa Azul” foram os primeiros lugares em que muitos surdos se encontravam. Entre uma aula e outra, os surdos se reuniam nos pátios para conversarem em língua de sinais. Ainda hoje, no portão de entrada do “11 de Agosto”, entre a área interna e externa desta escola, encontram-se pessoas surdas interagindo linguisticamente. A professora Farias confirma que estas instituições foram de fato os primeiros locais de encontro de surdos de Aracaju:

[...] eu só conhecia aquela comunidade surda da “Rosa Azul”, então fui para outra comunidade a do “11 de Agosto”, então chegando lá eu vi que realmente os surdos de lá estavam mais avançados na língua de sinais do que os da “Rosa Azul”, por que os da “Rosa Azul” eles eram protegidos, era aquela coisa de proteção da família e os do “11 de Agosto” eu via que eles tinham mais liberdade[...]; [...] comecei a incentivar os meninos do 11 de Agosto a irem para a “Rosa Azul” [...], [...]; até se comunicarem com os surdos da “Rosa Azul” [...]; quando eles começaram a ter contato e então, aí o que aconteceu como os meninos da “Rosa Azul” viram que os meninos do “11 de Agosto” sabiam mais língua de sinais, eles começaram a querer ir para o “11 de Agosto” [...] (Entrevista em 09/01/2013).

Ao promover o intercâmbio entre os surdos das duas comunidades, essa professora contribuiu para o desenvolvimento psicolinguístico dos surdos, como também para a formação de uma identidade linguística.

Além dos ambientes institucionais acima identificados, verificou-se também, que havia outro espaço de encontro entre os surdos, a Praça da Catedral⁹³, que desde a década de oitenta até meados de noventa, não foi o lugar como definido por Mourão⁹⁴ (2011 apud OLIVEIRA, 2012, p. 77), mas o primeiro espaço livre de integração entre os surdos em Aracaju. A professora Tavares participou de algumas reuniões nessa praça:

⁹² Entende-se espaço como em Mourão (2011): “A diferença entre lugar e espaço para o autor se configura no fato que, o lugar cria estabilidade, tanto individual quanto social, por isso tem relação com segurança. Enquanto o espaço tem mais a ver com liberdade do indivíduo de se movimentar” (apud OLIVEIRA, 2012. p. 77).

⁹³ Localizada no Parque Teófilo Dantas, no centro de Aracaju/SE.

⁹⁴ Conforme descrito na nota de rodapé 12.

[...] acho que eu fui a primeira pessoa a ter contato com a comunidade surda, naquele tempo só eu me envolvi com os surdos, eu abdicava meu fim de semana para ir lá para Praça da Catedral, ficava reunida com eles, eles tinham um encontro ali, dia de domingo eu ia a praia e na volta ficava com eles, eu levava muitos surdos para minha casa passar férias comigo passar fim de semana, eles gostavam muito havia muito respeito, muita consideração pela pessoa que queria aprender LIBRAS [...]. Lembro-me de uma Associação que eles criaram, mas não lembro onde, eles ficavam mais na Praça da Catedral, tinha Tânia, Regis, [...] (Entrevista em 14/11/2012).

Segundo a referida professora, poucos ouvintes desfrutavam desse espaço, ela foi uma das primeiras a se envolver com os surdos, onde eles se reuniam. É nessa praça que se iniciam os movimentos dos surdos de Sergipe⁹⁵ e é onde eles começam a se organizar para fundar a primeira Associação dos Surdos de Sergipe - ASSE, no início da década de noventa. Segundo consta nas narrativas de alguns surdos e professores. Souza assevera:

A associação surgiu como uma sugestão de um grupo pertencente à Associação de Surdos de Minas Gerais, composto pelo Presidente e Vice-Presidente. Ao entrarem em contato com alguns surdos que se encontravam no Calçadão da João Pessoa – Aracaju-SE, eles questionaram acerca da associação no Estado. Ao tomarem conhecimento de sua inexistência, incentivaram sua criação, bem como auxiliaram na organização. [...] fundada em 1º de maio de 1991[...] (2005, p.134).

Essa associação começou em um espaço livre e teve muitas dificuldades para estabelecer a sua sede. O primeiro lugar foi uma garagem do Bairro Industrial, aí permanecendo até meados de noventa, conforme a fala da professora Silva:

[...] com a vinda do Sérgio⁹⁶, quem na época respondia pela associação era a Anne Rachel, o primeiro contato de Sérgio com os surdos de Aracaju, então ela foi trazendo os outros surdos entendeu, [...] então quando ele vinha dar cursos e ele entrava em contato com o pessoal da associação para resgatar a associação que estava assim esfacelada né, não sei se a palavra bem é essa estava assim desarticulada. [...] o espaço quando a gente conheceu era na garagem, na casa de uma pessoa da família de um surdo, lá pelo Bairro Industrial sabe, não existia associação, ou seja ela existia como associação regulamentada, agora funcionando ela não estava, estava toda assim desarticulada [...] (Entrevista em 12/09/2012).

⁹⁵Os dados referentes ao movimento de surdos na Praça da Catedral não foram citados na dissertação: Os Surdos de Aracaju: observação do discursos cultural e identitário dentro do contexto social ouvinte (OLIVEIRA, 2012), talvez pela definição do marco temporal por ela estabelecido e/ ou os surdos entrevistados não tenham mencionado esse espaço.

⁹⁶ Sérgio um surdo do Rio de Janeiro que veio ministrar em 1998, o Curso de Língua de Sinais em ARACAJU, teve uma carga horária de 128h, para professores da Rede Estadual e para os surdos de Sergipe.

A primeira associação de surdos de Sergipe teve, segundo essas narrativas, altos e baixos, mas não resta a menor dúvida quanto às suas contribuições para o desenvolvimento da língua de sinais em Sergipe. Seus objetivos eram justamente a divulgação da LIBRAS, a formação dos tradutores de LIBRAS e a integração das pessoas com deficiência auditiva, como eram chamadas na época (SOUZA, 2005). Apenas os instrutores falaram sobre o papel das associações como espaço de encontro e divulgação da LIBRAS:

CE: ANTES ASSOCIAÇÃO EU JOVEM MAIS OU MENOS 14 OU 15, OBSERVAR VER PESSOAS CHEGAR COMUNICAÇÃO, FAMÍLIA NÃO-TER, ENTRAR SÁBADO DOMINGO SEMPRE, SEMPRE NÃO-FALTAR, ERA LEGAL, MAS ASSOCIAÇÃO CAIR, CAIR FECHAR, COISA VIDA, QUEBRAR. AGORA TRÊS NOVA ASSOCIAÇÃO PRIMEIRA ITABAIANA, SEGUNDO ESTÂNCIA TERCEIRA ARACAJU;

JE: SIM PRIMEIRO CHEGAR SURD@ BELO HORIZONTE PRAÇA CATEDRAL EU CONHECER- NÃO, VIR AJUDAR ASSOCIAÇÃO. NÃO- ENTENDER FAZER PALESTRA, SURD@+ OBSERVAR DEPOIS VOTAR FUNDAR ASSOCIAÇÃO, SÓ IDOS@ TER QUATRO CONHECER DEPOIS VOTAR PRESIDENTE TUDO BEM, DESENVOLVER DEPOIS CAIR ACABAR REUNIÃO SEMPRE DOMINGO TER MUITO+ SURDO+ 1º PRESIDENTE IDOS@;

EV: SIM UMA VEZ GRUPOS SURD@+, MAS CONFUSÃO SAIR ACABAR;

TA: SIM, ASSOCIAÇÃO, REUNIÃO, JOÃO, RACHEL, APARECIDA ME- ENSINAR, ANTES TER 20 ANOS NÃO-TER COMUNICAÇÃO, ENCONTRAR REUNIÃO CATEDRAL SURD@+ SINALIZAR RÁPIDO MUITO, NÃO-ENTENDER NADA, FALAR SEXO SÓ, PAPO TUDO MISTURADO EU NÃO SABER SINAL SÓ COPIAR;

LI: NUNCA ENTREI ANTES ASSOCIAÇÃO NUNCA, PRIMEIRO ENCONTRO SURD@+ AQUI APADA AGORA ASSOCIAÇÃO ESTÂNCIA MELHOR EU SECRETARIA, TER REUNIÃO INVENTAR SINAIS NÃO RUBIVANIA PRÓPRIO DELA GRUPO CRIAR SINAL EU SECRETARIA CUIDAR DINHEIRO RECIBO AINDA NOVA REUNIÃO SÁBADO SÓ ESPORTE , ASSOCIAÇÃO ITABAIANA CRIAR UM SINAL CADA UM TER SUA , AQUI ARACAJU APADA TER UMA ASSOCIAÇÃO.

Um dos instrutores também se refere à APADA como outro lugar de encontro de surdos. A APADA também faz parte das comunidades urbanas de surdos no Brasil, fundada no mesmo ano que a ASSE, em 1991. Além dessa instituição ser o lugar, é também o espaço dos surdos, como definido em Mourão, pois eles chegavam com uma comunicação gestual e mímica, mas logo iam substituindo pelos códigos da língua de sinais. Nesse espaço não só os jovens e adultos tinham acesso a esses códigos, mas as crianças também eram expostas à língua de sinais naturalmente. Outra forma de adquirir e ampliar o universo vocabular são as publicações com os códigos da língua, a APADA/SE no início da década de noventa distribuiu

para surdos e familiares um dos primeiros livros de sinais, como pode ser observado nas narrativas abaixo:

CE: ANTES NÃO -TER LIVROS, DEPOIS, QUANDO FUNDAR ASSOCIAÇÃO, APADA ESTUDAR SINAL PRIMEIRO ESTE (mostrei vários livros, ele apontou o livro de Oates, *Comunicação com as Mãos*) EU COPIAR ESTUDAR PALAVRAS AGORA LER ESTUDAR LIBRAS CONTEXTO AGORA LIBRAS PRÓPRIO PALAVRA AGORA MAIS LIVRO + ;

JE: PRIMEIRO ESTUDAR SINAL LIVRO COMUNICAÇÃO COM AS MÃOS EU-VER PROFESSOR PEDIR COPIAR DEPOIS LIVRO APADA ANTES POUCO DICIONÁRIO AGORA MUITO+;

EV: PESQUISAR LIVRO APADA SÓ HOMEM TJ, EU VER APADA, ANO 2000 COPIAR;

TA: PESQUISAR SEMPRE TJ COMUNICAÇÃO COM AS MÃOS E OUTROS, MAS SEMPRE PERGUNTAR OUVINTE PALAVRA PORTUGUÊS, DEPOIS SINAL DESENVOLVER;

LI: NIRAILDES MOSTRAR DICIONÁRIO EU ESTUDAR APADA, PEDIR DICIONÁRIO, LIVRO+ RIO, CHEGAR EU ENSINAR TOD@+ SURD@+ APRENDER SINAIS, TAMBÉM FAMÍLIA, MÃE, PAI, PESSOA+ QUE VIR INTERIOR, QUE TER FILH@+ SURD@+ NÃO-TER COMUNICAÇÃO, ACHAR QUE AGORA TER POQUINHO COMUNICAÇÃO, PESQUISA DICIONÁRIO SÃO PAULO RIO SINAIS NÃO MESMO AQUI ARACAJU, MAMÃE TRAZER RIO GRANDE DO SUL, VÁRIO+ LUGAR+, MAS AQUI TER SINAL PRÓPRIO COMBINAR EXEMPLO MÃE DIGITADO AQUI USAR BEIJAR MÃO USAR SINAL OUTROS LUGAR, VER TODOS DICIONÁRIO MAS ESCOLHER USAR AQUI;

ED: PESQUISAR LIVROS SINAL COPIAR SINAL APADA;

JO: PESQUISAR DICIONÁRIOS INTÉRPRETE ENSINAR NOVAS PALAVRAS;

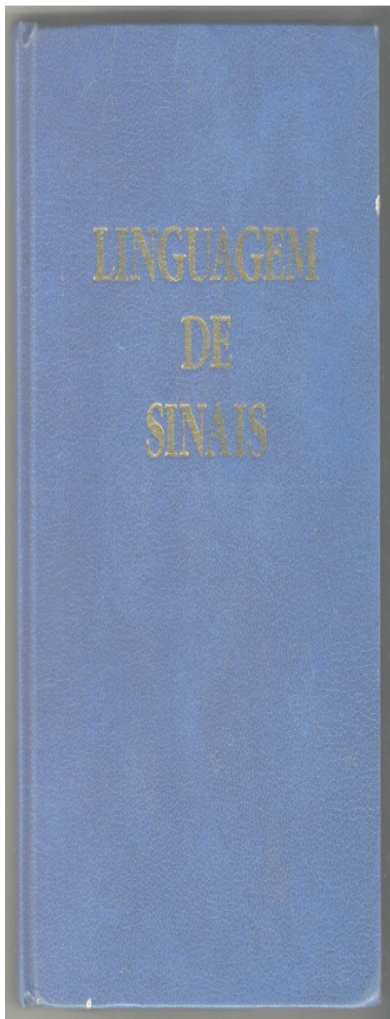
FR: USAR “ROSA AZUL” CADERNO PORTUGUÊS SINALIZADO (Ele mostrou o livro de Annet usado na “Rosa Azul”, no início de noventa);

LIN: SÓ LIVRO APADA;

FA: NUNCA ANTES, SÓ AGORA QUE COMEÇAR APRENDER LIBRAS;

PA: SÓ O LIVRO COMUNICAÇÃO COM AS MÃOS.

Nas narrativas das pessoas surdas são destacadas as obras de Duarte (1993), Oates (1983), Rabelo (1992) e o livro *Linguagem de Sinas* (1992), conhecido com Livro de TJ, Testemunhas de Jeová.



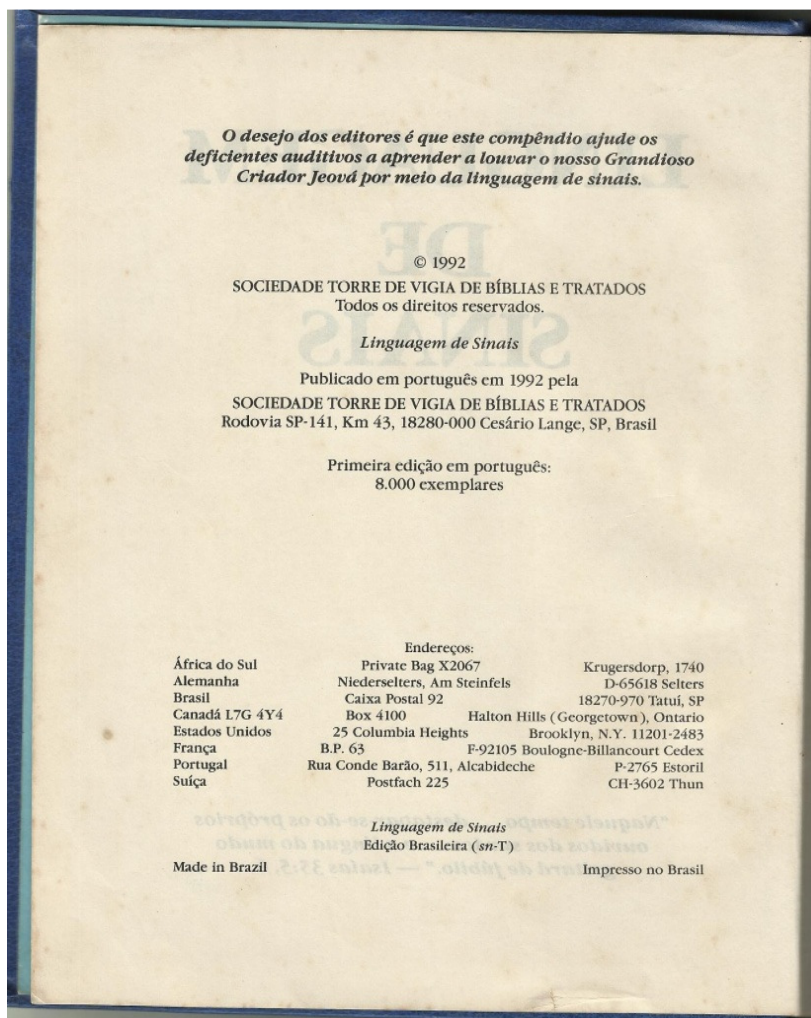


Figura 22 - Livro *Linguagem de Sinais* (1992). Fonte: Arquivo pessoal da professora Farias.

Esses livros são utilizados como recursos mediadores no ensino da LIBRAS, eles também foram citados como referência pelas professoras e/ou coordenadoras das instituições apresentadas no capítulo anterior. Os dicionários que circulavam nas instituições eram trazidos das Instituições do Rio de Janeiro como o INES e a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS⁹⁷, através dos profissionais de educação que faziam suas capacitações nessas Instituições, no final da década de oitenta. Esses objetos mediavam o processo de interação entre os professores e surdos, assim como contribuíram no processo de apropriação dos códigos da língua, na ampliação do universo vocabular e ainda nas trocas linguísticas. Assim os sinais criados nos ambientes familiares e nas salas de aula pelos

⁹⁷ Em 1978, profissionais ouvintes fundaram oficialmente a Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo (FENEIDA), no Rio de Janeiro. O encontro, que deu origem ao desejo de se fundar uma associação em âmbito nacional, aconteceu no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no contexto do Projeto Integração, que representava um conjunto de ideias para estimular a participação de pessoas com deficiência em todas as situações da vida, objetivando dar maior visibilidade às pessoas e enfrentar os preconceitos, em prol da integração (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 59).

professores iam sendo substituídos por códigos convencionalizados e legitimados por uma comunidade linguística distante dos aracajuanos, mas que já eram referência cultural para o resto do país.

Mas a virada linguística da Língua Brasileira de Sinais aconteceu com a divulgação do livro *Libras em Contexto*, consequência da proposta política implantada no país com foco na preparação de profissionais surdos e ouvintes para o ensino de LIBRAS no Brasil, segundo Felipe,

[...] *Libras em Contexto* pôde ampliar o universo do conhecimento dos participantes e colaborar para a organização da Língua Brasileira de Sinais em todos os estados, além de provocar novos estudos e pesquisas que trarão como consequência a elaboração de outros materiais, inclusive de nível avançado, colaborando com estados e municípios no processo de institucionalização da educação escolar dos surdos. Claudia Pereira Dutra, Secretária de Educação Especial (2007, p. 9).

Esta proposta foi inicialmente idealizada pelo movimento dos surdos do Brasil, coordenado pela FENEIS e segundo Lanna Júnior,

Em 1993, a Feneis criou o Grupo de Pesquisa de Libras e Cultura Surda, consolidando as pesquisas linguísticas da Libras, com pesquisadores surdos participando. Libras é a sigla votada e aprovada pela Feneis para denominar a Língua Brasileira de Sinais em 1993, oficializada nacionalmente pela Lei nº 10.436, em 24 de abril de 2002. Anteriormente, as linguístas Brito e Felipe, utilizavam a sigla LSBC (Língua de Sinais Brasileira dos Centros Urbanos). Outros pesquisadores, tais como a linguísta Reunisse Muller de Quadros e o pesquisador Nelson Pimenta, utilizam Língua de Sinais Brasileira (LSB) em suas publicações, uma vez que essa sigla segue os padrões internacionais de denominações de língua de sinais (2010, p. 59).

Os surdos aracajuanos acompanharam esses movimentos e ressaltam as mudanças em relação à língua de sinais que desencadearam o reconhecimento da LIBRAS:

CE: ANTES FRACO PALAVRAS, SÓ AGORA LIVROS NOVO FORTE IGUAL PORTUGUÊS, MELHOR PORTUGUÊS, ANTES VELHO AGORA NOVO DESENVOLVER MUITO LIBRAS IGUAL. AGORA TER LIBRAS PROFUNDO MUITO+ SINAL;

JE: ANTES NÃO TER LIBRAS, AGORA DEPOIS 2002 MUITAS LIBRAS DESENVOLVER CRIAR MUITOS SINAL CERTO INVENTAR MUITO+;

EV: 2002 CHEGAR SURD@ RIO FALAR TUDO SINAL EU- ESPANTADA NUNCA VER PESSOA FALAR LIBRAS SENTIMENTO, FAZER PALESTRA TODA LIBRAS, CURSO INSTRUTOR QUE MARGARIDA TRAZER, MUITO BOM LIBRAS CONTEXTO,

ANTES LIBRAS SIMPLES LIBRAS IR EVOLUIR MAIS PESSOA+ SINAL, MELHOR AGORA ANTES MAIS FÁCIL, MAS AGORA MAIS DESENVOLVER ANTES COMUNICAÇÃO NADA POUCA AGORA COMUNICAÇÃO GRANDE FORTE PODER CONVERSAR TUDO, AGORA DEPOIS LIBRAS;

TA: 2002 VER SURD@ FALAR LIBRAS PORTUGUÊS EXPLICAR CONFIGURAÇÃO DE MÃOS, EL@ EXPLICAR TUDO FICAR EMOCIONAD@ ENTENDER COMO ENSINAR, APRENDER ENSINAR PRIMEIRO OLHAR FIGURA PALAVRA FAZER EXPRESSÃO DAR SENTIDO COMPREENDER DEPOIS SINAL CURSO MARGARIDA PREFEITURA INSTRUTOR COMEÇAR ENTENDER SENTIDO PALAVRA PORTUGUÊS ENSINAR DEPOIS, MELHOR TER INTÉRPRETE;

LI: MELHOR AGORA, PRIMEIRO LEI LIBRAS NIVELAR TODO ESTADO NORMAL, AQUI SERGIPE LEI ACEITAR, PRIMEIRO TODO MUNDO IGUAL, BRASIL. ANTES PALAVRA+, AGORA PALAVRA+ APRENDER DEPOIS CONTEXTO SENTIMENTO PORQUE PORTUGUÊS, ME@ OPINIÃO SURD@ ENSINA LIBRAS BOM TER COMUNICAÇÃO TROCA, SURD@ FUTURO APRENDER, SURDO TER VONTADE APRENDER PROFESSOR LIBRAS, FAZER CURSO INSTRUTOR BRASÍLIA TROCAR PROFESSOR LIBRAS, AQUI APADA AGORA FORMADA PEDAGOGIA, ANTES ORALIZAR SOFRER, MAS FAMÍLIA NÃO- SABER LIBRAS, ENCONTRAR AGORA POVO SURDO MAIS ALIVIADO LIBRAS, APRENDER TER COMUNICAÇÃO TROCAR, ANTES ESCOLA NÃO TER INTÉRPRETE SÓ ORALIZAR SENTAVA UMA PESSOA FRENTE FALAR, AGORA TER NTÉRPRETE MELHOR FACULDADE TER INTÉRPRETE, MENTE SURDO ABRIR, APRENDER PALAVRA DEVAGAR TER CONTEXTO SENTIDO PORTUGUÊS;

ED: ANTES POUCA+ PALAVRA+ LIBRAS, AGORA LIBRAS PROFUNDO MUITO+ SINAIS;

JO: AGORA LIBRAS FORTE, COMBINAR PALAVRAS SENTIDO, SURDOS CONVERSAR MUITO RÁPIDO TODO+ SURDO+ INSTRUTORES ESTAR ENSINAR LIBRAS, MELHOR ENSINAR TÂNIA ELA COMBINAR PALAVRA FICO EMOCIONADO;

FR : ANTES POUCA+ PALAVRAS LIBRAS, AGORA LIBRAS PROFUNDO MUITO+ SINAIS;

LIN: AGORA TER MAIS SINAIS LIBRAS, MAIS PROFUNDO, AGORA TER INTÉRPRETE;

FA: ANTES EU NÃO-SABER QUE ERA LIBRAS, EU CHAMAR SINAL DE MÃOS, AGORA EU SEI , TAMBÉM CHAMAVA SURDO- MUDO, AGORA DEPOIS DA LEI É SÓ SURDO, CORTOU SURDO-MUDO, OLHA OS SURDOS HOJE ESTÃO EVOLUINDO MAIS, DO TEMPO QUE EU CONHECI ELES NO TERMINAL COM AS CAMISA DA APADA E DO “11 DE AGOSTO”;

PA: EU PREFIRO A LIBRAS, ORALISMO EU UTILIZAR MAIS COM MINHA FAMÍLIA, EU UTILIZAR NA VERDADE A LIBRAS, QUANDO EU ENCONTRAR SURDO+, É A

LÍNGUA DE SINAIS;

RI: AGORA MELHOR TOD@ SURD@ SABER, MUITO+ SINAI+.

As narrativas evidenciam as mudanças linguísticas observadas pelas pessoas surdas como também, pelos profissionais que estavam envolvidos com eles, uma consequência da luta pelo reconhecimento oficial da LIBRAS. Para os surdos, o ano de 2002 foi um marco importante não só pelo status de língua que recebeu a linguagem de sinais com a sua legalização, mas também pelas possibilidades de desenvolvimento cognitivo linguístico e psicossocial que esse ato proporcionou. Na narrativa de Batista⁹⁸, fica clara a evolução da LIBRAS após sua oficialização:

Antes meus filhos estudavam em escola normal e não sabiam LIBRAS, a primeira pessoa a ensinar essa língua foi uma professora ouvinte do no “11 de Agosto”. Você vê a diferença de um surdo que é mais velho, para a língua de sinais dos seus filhos, não sei se por convivência com surdos fluentes ou porque a língua de sinais hoje é diferente, [...] a língua de sinais é um pouco mais limpa eu aprendi junto com eles e dos surdos mais velhos é um pouco confusa, ele fazem sinais repetidos, [...] pode ser pela questão da idade ou porque ele aprendeu muitos anos atrás. A LIBRAS para meus filhos é mais limpa sem muito arranjos eles falam muito rápido, muito limpo, muito esclarecido, converso com meus filhos em LIBRAS, eles não têm muita convivência com surdos mais velhos, só com a minha família e o pessoal da escola [...] (Entrevista cedida em 17 de janeiro de 2013).

O que não quer dizer que o dualismo entre oralidade e Língua de Sinais tenha sido resolvido com a legalização da LIBRAS e que a língua esteja totalmente estruturada. Ainda existem muitas questões linguísticas que dizem respeito à criação e/ou ampliação do universo vocabular, que são motivos de reflexões na comunidade surdos, como pode ser observado nas narrativas a seguir:

CE: CRIAR SINAL SÓ SURD@, OUVINTE NÃO, OBSERVAR EXPRESSÃO VER COMBINAR, CARACTERÍSTICA PESSOA COISA, GORDA, CÍLIO+ LONGO+, DAR SINAL, PRÓPRI@ SURD@, SÓ ASSOCIAÇÃO PODER CRIAR SINAL, CADA SURD@ CRIAR SINAL, EXEMPLO UFS CONFUSÃO, CALMA UMA PESSOA SÓ NÃO-PODER INVENTAR SINAL SÓ GRUPO, EXEMPLO SINAL UFS EU PERGUNTAR SURDO IDOS@ RESPEITAR, NÃO CRIAR OUTRO SINAL NÃO COPIAR OUTRO LUGAR SÃO PAULO, OPINIÃO MEU, PESSOA LIVRE, MAS CERTO VOTAR GRUPO, INVENTAR MUITOS SINAIS NÃO;

JE: ANTES POUCO SINAL COMUNICAÇÃO TROCAR INVENTAR SINAL CERTO

⁹⁸ Batista: É mãe de duas pessoas surdas, uma de 11 anos e outra de 16 (Entrevista cedida em 17 de janeiro de 2013).

LIBRAS AQUI QUALQUER LUGAR SINAL PRÓPRIO DIFERENTE PRÓPRIO DAQUI, TER RESPEITAR LUGAR, CADA SINAL PRÓPRIO, EXEMPLO VÁRIO+ SINAL UFS MUITA CONFUSÃO PESSOA MAIS VELH@ FALAR SEMPRE SINAL UFS, MUITA CONFUSÃO, SURD@ INVENTAR SINAL PRINCIPAL ASSOCIAÇÃO AGORA TER TRÊS SERGIPE GRUPO SURD@+ VOTAR ESCOLHER AVISAR SURD@+ AGORA SINAL UFS;

EV: VIAJAR RECIFE TER SINAL DIFERENTE, SURD@ INVENTAR SÓ PODER JUNTO ASSOCIAÇÃO. SURD@+, AQUI GOSTAR INVENTAR SINAIS MUITA CONFUSÃO TER BRIGA MUITO, EXEMPLO SÓ UM UFS, MELHOR UM SINAL INVENTAR NÃO MUITOS SINAI+, CADA UM CRIAR UM CONFUSÃO, ASSOCIAÇÃO ESCOLHER SINAL VOTA SINAL, OUTRO LUGAR SÃO PAULO RECIFE SALVADOR TEM MUITOS SINAL DIFERENTE ARACAJU TER TAMBÉM SINAL PRÓPRIO;

TA: ACHAR CONFUSÃO TODO+ CRIAR SINAL NÃO –PODER SURD@ CADA CRIAR SINAL, SEMPRE UFS, POVO SURDO REUNIÃO PODER ESCOLHER, MAS USAR SEMPRE UFS, LIVRE PODER FAZER OPINIÃO PRÓPRIA, NÃO INVENTAR, PRIMEIRO REUNIR VER PALAVRA FAZER SENTIDO DAR SINAL COMBINAR SENTIDO PALAVRA TOD@+ SURD@+OS ACEITAR, NÃO TER PALAVRA CONTEXTO SÓ PALAVRA /SINAL ACHAR NÃO TER LIBRAS PRÓPRIO DAQUI, ACHAR USAR AQUI PORQUE SURD@ COPIAR MUITO SINAL ACHAR QUE COPIAR MAIS RECIFE RIO DEPOIS SÃO PAULO;

LI: NÃO PODER INVENTAR SINAL SÓ SURD@, MAS CONFUSÃO SINAL UNIVERSIDADE TER MUITO+ CERTO, PEDIR LIVRO RIO VIR ENSINAR, TODO+ SURD@+ APRENDER SINAL TAMBÉM FAMÍLIA TER FILH@ SURD@ NÃO-TER COMUNICAÇÃO, AGORA DESENVOLVER TER COMUNICAÇÃO DICIONÁRIO LIVRO SINAL PRÓPRIO SÃO PAULO, DICIONÁRIO RIO, MESMO ARACAJU, RIO GRANDE DO SUL VÁRIO+ LUGAR+ JUNTA TUDO CONFUSÃO, EXEMPLO SINAL MÃE AQUI COMBINAR BEIJAR MÃO, RIO DIGITALIZAR, ACEITO NÃO, PORQUE PRÓPRIO DAQUI, PODE COPIAR SÃO PAULO OUTRO+, AQUI TER SINAL PRÓPRIO ACEITAR PORQUE PRÓPRIO SERGIPE APRENDER LIBRAS SINAL PODE COPIAR SÃO PAULO, MAS ESCOLHER USAR ENSINAR AQUI.

As narrativas acima colocam os surdos como defensores de sua língua, eles entendem que o fortalecimento e a ampliação do seu sistema linguístico dependem da organização do grupo de surdos em associações. Segundo Bakhtin (1995 apud SILVA, 2001, p. 24), “não basta que dois indivíduos se encontrem para que a palavra ou signo se constitua. É necessário que pertençam à mesma comunidade linguística, a um grupo de pessoas com alguma organização social, ou que formem uma unidade social”. Ou seja, a constituição de uma língua é um processo coletivo e não individual. É dessa maneira que as pessoas surdas começam a ter consciência, que só através dos grupos de surdos é que a língua de sinais se constitui e se legitima, fortalecendo, assim, uma identidade linguística de pessoas surdas e

diferente da constituída pelos ouvintes até então.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos estudos desenvolvidos sobre a origem e evolução das línguas orais e sinalizadas no mundo, ficou revelado que a comunicação mediante o uso de sinais não é recente e não surgiu após a evolução das línguas orais (FISCHER, 2009). Essa comunicação é anterior ao uso do trato vocal, podendo-se afirmar que é condição atávica do ser humano, ou seja, está na herança genética do homem, o que desmistifica o mito de que as línguas de sinais derivaram das línguas orais.

A linguagem através dos sinais sempre existiu independente de ser aceita e/ou reconhecida, e com funções próprias. A linguagem é uma ferramenta importante para o

desenvolvimento psicológico, mas tem como função principal a comunicação social e o contato entre os sujeitos da mesma esfera social. Nessa concepção, é só através da linguagem que será possível a comunicação e a organização das estruturas psicológicas fundamentais no processo de ensino/aprendizagem (VYGOTSKY, 1991).

Verificou-se que língua tem componentes biológicos, mas não depende necessariamente do som, pode ser individual e/ou social, cuja existência se funda nas necessidades da comunicação e está em constante mudança. A comunicação não só acontece através do uso da fala na sociedade, no contexto e na interação, a palavra é a língua ou linguagem em ação e tem o poder de situar os falantes dentro de valores sociais por eles estabelecidos.

Com relação à influência das instituições aracajuanas de atendimento às pessoas surdas na constituição dos diferentes falares, percebeu-se que a política educacional direcionada pelo INES/MEC, para este segmento social, da década de 1960 a 1990, perpassou pelas cinco instituições – de forma mais direta nas OGs e através de convênios e parcerias nas ONGs. As propostas de educação de surdos orientavam para a estimulação da língua majoritária do país, no caso, o português na modalidade oral, sustentada pelo modelo médico.

O “Ninota Garcia” foi o pioneiro não só na implantação de escola e/ou classes para surdos, como também, por promover o agrupamento de pessoas surdas. Nesse espaço, os sinais da comunidade aracajuana começaram a ser convencionalizados de forma clandestina, embora predominasse o novo oralismo implantado como política do INES/MEC, na gestão de Ana Rímoli (1951-1960). Era nas atividades desportivas e de lazer, que aconteciam as trocas linguísticas. Uma das principais influências dos sinais utilizados em Aracaju foi da cidade do Recife, na qual muitos surdos aracajuanos tiveram contato pela primeira vez com a língua de sinais. Outra influência foi o ingresso de uma professora surda usuária da língua de sinais, que estudou no INES/ RJ e em São Paulo, e que, ao introduzir a língua de sinais na sala de aula, estava trazendo também um novo paradigma de educação de surdos.

O crescimento das instituições privadas impulsionou a criação de classes especiais. Na esfera pública, em Aracaju, foram implantadas na Escola Estadual “11 de Agosto” estas classes, em meados da década de setenta. Elas eram localizadas no mesmo espaço da escola regular, contudo havia um distanciamento entre os alunos surdos e ouvintes.

Os diferentes falares das pessoas surdas também foram influenciados pela implantação de uma unidade escolar para surdos na “Rosa Azul”, uma ONG implantada no mesmo período do “11 de Agosto”.

Tanto nas Classes Especiais quanto na Escola de Surdos, até meados da década de

noventa, poucos professores tinham formação específica para o ensino dessa demanda. As propostas de educação para a formação dos professores e/ou para educação de surdos disseminavam a hegemonia da língua oral em detrimento da linguagem de sinais, havia uma cegueira social que não considerava as diferentes formas de linguagens.

Enquanto isso, no cotidiano escolar das instituições de e para surdos, os professores comprovavam a ineficiência da oralidade, e motivados pela necessidade de comunicação, intuitivamente, entenderam que seria pela linguagem sinalizada, gestual ou mímica, trazidas do ambiente familiar pelos alunos, que eles iriam atingir as principais funções da linguagem, a comunicação e o pensamento, necessários para o ingresso dos alunos surdos na cultura escolar. Dessa maneira, os educadores foram constituindo estratégias metodológicas de ensino para surdos em Aracaju, com o uso de sinais.

As Instituições foram os lugares e os espaços onde os primeiros sinais foram criados e/ou convencionalizados por influência dos professores, dos alunos proficientes na língua e por pessoas surdas que interagiam nos momentos extraclasse, principalmente nas atividades desportivas. Segundo as narrativas das pessoas surdas, os Estados que mais influenciaram a língua de sinais em Aracaju foram: Rio de Janeiro, através das professoras e dos surdos que iam para o INES, Recife e Minas Gerais, através do intercâmbio entre os surdos.

As professoras da “Rosa Azul” entenderam a importância das trocas linguísticas que aconteciam nos momentos de intercâmbio e começaram a promover o contato dos surdos mais proficientes com as crianças menores, como modelos linguísticos, expondo essas crianças a vivências reais na sua língua.

A década de noventa inicia-se em Sergipe, com mudanças de paradigmas da oralização para a Comunicação Total. Essa filosofia já era desenvolvida no País desde a década de oitenta, mas só chegou às instituições aracajuanas em 1990. Ela reconhecia a importância do uso língua de sinais, no processo ensino/aprendizagem, concomitantemente com a língua oral. Nesse momento, foi implantada a APADA/SE, que surge como um espaço de acolhimento das pessoas surdas e familiares, em que a língua de sinais é utilizada como primeira língua de uso e instrução. Esta Associação promovia reuniões de grupos de surdos aos sábados e foi também o espaço que, pela primeira vez, uma professora de outro Estado (Rio de Janeiro) começou a exercer a profissão de intérprete da língua de sinais. Além de experiência na área de educação para surdos, a professora carioca tornou-se modelo linguístico juntamente com outros surdos que vieram do Rio, São Paulo e Belo Horizonte, com proficiência na língua de sinais. Eles divulgavam e ensinavam a língua aos surdos que não a conheciam e/ou utilizavam os gestos criados no ambiente familiar. Nos anos noventa, também foi implantado o Projeto

de Estimulação Precoce para deficientes auditivos, pela SEMED/PMA, em três Salas de Recursos para atender as pessoas surdas o mais precocemente possível e incluí-las na Sala Regular da Pré-escola, promovendo a exposição das crianças à língua de sinais e ao português oral, conforme filosofia da Comunicação Total.

As Instituições também contribuíram com a divulgação e disseminação da Língua de Sinais através dos primeiros materiais impressos como: o livro *Linguagem das Mãos* (OATES, 1983), adotados pelas professoras do “11 de Agosto”; a *Cartilha Português Sinalizado: Comunicação Total* (RABELLO, 1990), utilizados pela “Rosa Azul”. E pela APADA/SE, o livro de sinais *Expressando com as Mãos* (DUARTE 1993). Esta instituição distribuiu para todas as pessoas surdas e familiares do Estado de Sergipe e de algumas cidades de outros Estados que fazem fronteira com nosso estado. Assim, a APADA também implantou as primeiras turmas de língua de sinais, com disciplinas para surdos e ouvintes - familiares e profissionais, além de iniciar os primeiros trabalhos com intérpretes da língua de sinais em Sergipe.

A virada linguística da LIBRAS para as Instituições aconteceu a partir da divulgação da Declaração de Salamanca, em 1994, com exceção do “Ninota Garcia”, que deixou de funcionar no final de 1980. As demais instituições oficialmente passaram a utilizar a língua de sinais concomitantemente com a língua oral e outras formas de linguagens. Em parcerias do poder público com o privado, foram promovidos cursos de LIBRAS para ouvintes e surdos, na perspectiva da educação inclusiva, que reconhece o direito das pessoas surdas à educação bilíngue.

Entretanto, os surdos revelam que no espaço de cinco décadas, de 1960 a 2002, houve a falta e/ou dificuldade de comunicação no ambiente familiar e no processo de aprendizagem, uma vez que se impunha a língua oral-auditiva, em detrimento da língua de sinais. Eles apontam também as dificuldades dos professores e instrutores no processo de ensino/aprendizagem, por não possuírem conhecimento para educação dos surdos; além da ausência de material específico na área e, principalmente, pela dificuldade de acesso à Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, de forma natural e constante, por conviverem com pessoas ouvintes, tanto na escola como na família. Os surdos, além disso, falam da aquisição tardia de sua língua, diferentemente das pessoas ouvintes, quando da aquisição das línguas orais.

Ressalta-se que crescia no Brasil o movimento de pessoas com deficiência, iniciado na década de oitenta, que lutava em defesa do seu sistema de comunicação, para que a língua de sinais fosse a língua de uso e instrução, reconhecida oficialmente. Entretanto, os surdos aracajuanos consideram que a apropriação da sua língua iniciou-se a partir do momento em

que eles começaram a se agrupar nas instituições, nos momentos extraclasse, nos encontros de surdos na Praça da Catedral ou ainda, quando viajavam para competições esportivas, principalmente no estado de Pernambuco. A partir do encontro dos surdos na Praça da Catedral, estes em contato com surdos de Belo Horizonte/MG, foram orientados para fundar a primeira Associação de Surdos de Sergipe - ASSE, em 1991.

Diferente das Instituições implantadas em Aracaju, as pessoas surdas consideram que a grande virada linguística da Língua Brasileira de Sinais só aconteceu no início do século XXI, com a implantação de uma política com foco na língua de sinais, para capacitar e formar profissionais surdos para o ensino de sua língua, que já estava prestes a ser oficializada.

As pessoas surdas também atribuíram o seu jeito de falar às influências do livro de sinais distribuído pela APADA/SE, no início da década de 1990. Elas destacaram o livro *TJ*, o Livro de *Linguagem de Sinais* publicado pela primeira vez no Brasil, pela Sociedade Torre de Vigia de Bíblia e Tratados da Igreja Testemunhas de Jeová-TJ, em 1992.

Com a oficialização da LIBRAS, no dia 22 de abril de 2002, como primeira língua de uso e instrução das pessoas surdas, surgiu a necessidade de capacitação de professores, instrutores surdos e intérpretes. Nas narrativas, as pessoas surdas deixam claro que a partir do reconhecimento e do curso “LIBRAS em Contexto”, houve ampliação do universo vocabular, os surdos adquiriram mais fluência na língua, ampliando a área de comunicação tanto entre eles mesmos, quanto com os ouvintes que também se apropriaram da LIBRAS. Isso os igualou socialmente, fazendo crescer o orgulho e reconhecimento da comunidade surda como proprietários de sua língua, gerando uma abertura para que a sociedade aprendesse a LIBRAS, que eles queriam ensinar. O poder é invertido, os surdos passam a ensinar os professores e as pessoas que desejam ter acesso a esse idioma. Como também, começam a ter consciência de que a criação e/ou ampliação do universo vocabular de uma língua não é uma construção individual, deve ser referendado pelos grupos de falantes.

Conclui-se então, que a constituição da língua de sinais e os diferentes falares da comunidade surda aracajuana foram influenciados pela convenção dos gestos trazidos do seio familiar para os códigos convencionais da língua nas instituições de e para surdos, na associação de surdos de Sergipe e através do intercâmbio com pessoas surdas proficientes na LIBRAS, principalmente, de Recife, do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, assim como pelos surdos sergipanos que viajavam para outros estados principalmente, o Rio de Janeiro, no INES. Entretanto, as influências de outros Estados não determinam como falar, o que falar e quais códigos usar sem passar pela escolha da comunidade aracajuana, como é revelado na fala de uma pessoa surda “[...] PODE COPIAR SÃO PAULO OUTROS

ESTADOS, MAS ESCOLHER USAR, ENSINAR AQUI”.

Por fim, as trocas linguísticas, através da LIBRAS, revelada na fala dos seus interlocutores aracajuano é o que enriquece o vocabulário e consequentemente a cultura dos seus usuários. Deste modo, esse estudo sugere futuras pesquisas que identifiquem quais os sinais que são utilizados na comunidade aracajuana, assim como as relações de poder envolvidas na oficialização de uma variante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elizabete Oliveira Crepaldi de. **Leitura e Surdez**: um estudo com adultos não oralizado. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2000.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS DE SERGIPE. **Estatuto da APADA/SE**. Aracaju, 2009.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto**: imagem e som um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BERNARDINO, Elidéia Lúcia. **Absurdo ou lógica? A produção lingüística do surdo**. Belo

Horizonte: Profetizando Vida, 2000.

BRASIL, **Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005**. Disponível em:

<http://www.planauto.gov.br>. Acesso em 20 de abril 2012.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Disponível em:

<http://www.planauto.gov.br>. Acesso em 20 de abril 2012.

_____. **Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial: área da deficiência auditiva**. CENESP. Rio de Janeiro: FAE, 1984.

_____. **Orientação para implementação da Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: www.pmpf.rs.gov.br. Acesso em 27 de out. 2012.

_____. **Declaração de Salamanca, 1994**. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca. Acesso em: 23 de out. de 2012.

_____. **Expansão de melhoria da Educação Especial nos Municípios Brasileiros**. Brasília: MEC/SESP, 1994.

BRITO, Ferreira, L. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Surdez linguagem e cultura**. 1ª ed. Campinas-SP: Caderno CEDES, UNICAMP, Volume 19, 1998.

----- **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Editora da PUC-SP, 1993.

BURKE, Peter. **A arte da conversação**. Tradução Álvaro Luiz Hattnher. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1993.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo, Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CAPES. **Banco de dissertações e teses**. Disponível em:

<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>. Acesso em: 10/11/2012.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Volume I: Sinais de A a L e volume II: sinais de M a Z, 2001.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. **A escola e a República e outros ensaios**. EDUSF. Bragança Paulista, 2003.

CICCONE, M.M. **Comunicação Total - Introdução estratégica à Pessoa Surda**. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

- DIAS, Maria Eduarda Pereira. **Ver, não ver e conviver**. Secretaria Nacional para reabilitação e integração das pessoas com deficiência. Lisboa. 1995 livros snr nº 6 -Disponível em: <http://www.bing.com/search?q=instituto+de+surdos-udos+e+cegos+criado+em+lisboa+em+1823>. Acesso em 17 de abril de 2011.
- DUARTE, Antonio Mario Souza. **Livro Expressando com as Mãos**. Minas Gerais: Ed. FENEIS, 1993.
- ESCOLANO BENITO (1999) apud VIDAL, Diana Gonçalves. Culturas escolares: **estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- FICHER, Steven Roger. **Uma breve história da linguagem**. Tradução Flavia Coimbra,-- Osasco, SP: Novo Século Editora, 2009.
- FELIPE, Tanya Amara. **Libras em Contexto: Curso Básico**: Livro do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio a Educação dos Surdos: 8ª Ed. MEC/SEESP, 2007.
- _____. **Libras em Contexto: Curso Básico**: Livro do Professor. Brasília: Programa Nacional de Apoio a educação dos Surdos: 6ª Ed. MEC/SEESP, 2006.
- _____. **Libras em Contexto**: livro do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio a educação dos Surdos: MEC/SEESP, 2002.
- _____. **Metodologia para o Ensino de Libras. Quarta fase**: Capacitação de Instrutores de LIBRAS, Rio de Janeiro: FENEIS, 1998.
- FOUTS, Roger. 1998, apud CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Cultrix , 2002.
- GARCIA FILHO, Antônio Garcia. **A Reabilitação em Sergipe**. Aracaju/SE: Gráfica Aracaju, 1966.
- GERBER, Adele. **Problemas de aprendizagem relacionados à linguagem**: sua natureza e tratamento. Tradução: Sandra Costa. Porto Alegre: Artes médicas, 1996.
- GIL, Antonio Carlos: **Como elaborar projetos de pesquisas**. 5 ed.-São Paulo: Atlas, 2010
- GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: 2ª edição, Martins Fontes - 1987.
- GODOY, Arlinda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais**. Disponível em: http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/392_pesquisa_qualitativa_godoy2.pdf. Acesso em: 10 de jan. de 2013.
- GOLDFELD, Márcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista. 2ª ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

- GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e direito ao concurso público**: reserva de vagas e empregos público, administração pública direta e indireta. Goiânia: Ed. Da UCG, 2006.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In.: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas-SP: Editora Autores Associados, 1º NÚMERO – 2001, p. 09-43.
- LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.
- LACERDA e M.C.R. GÓES (Org.) **Surdez**: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000, p. 11-22.
- LACERDA, Cristina B. F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Campinas-SP: Cad. CEDES, vol.19, n.46. Set. 1998.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. (Adapt. Lanna Mara Siman), Porto Alegre: Artmed/UFMG, 1999.
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Martins Fontes. São Paulo, 1998.
- LOBO, Lília Ferreira. **Os infames da história**: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. In: **Revista Educación y Pedagogía**, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010
- MONTENEGRO, Maria Aparecida P.; PINHEIRO, Clara virgínea de Q.; JÚNIOR, Ivânio Lopes de Azevedo. **Natureza e linguagem na filosofia**. Fortaleza: Edições. UFC, 2008.
- MOURA, M.C. O **surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
- MOURA, Pedro Wilson Brito. **A Turma do DUDA**: uma galera especial. Ed. Ministério da Justiça. Aracaju- SE, 1998.
- OATES, Eugênio C.S.S.R. **Linguagem da Mãos**. Aparecida-SP: Editora Santuário, 1983.
- OLIVEIRA, Daisy Moreira de. **Os Surdos de Aracaju**: observação do discurso cultural e identitário dentro do contexto social ouvinte. Dissertação em Mestrado, Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Antropologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão- SE, 2012, p.107.

OLIVEIRA, Gilvan Muller. **“Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito linguístico”**. Em: Silva, Fábio L. da/Moura, Heronides M. de M. (eds.), 2000.

_____. 2000, apud CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo, Parábola Editorial: IPOL, 2007.

OLIVERIA, Marta Kohl de. **Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio – histórico**. São Paulo: Ed. Scipione, 1997.

OLIVEIRA, Rosângela Menezes de. Educação especial no Município de Aracaju. In. **Hora de Estudo: Revista do Sistema Municipal de Ensino de Aracaju**. Aracaju-SE: Ed. SEMED, Ano 3, Nº 4/MARÇO, 2002. p. 61-62.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1977. Disponível em:

<http://lusotopie.sciencespobordeaux.fr/landim.pdf>. Acesso em: 10/02/2013.

PEREIRA, Mônica de Oliveira. **A deficiência Auditiva**. Jaboticabal-SP: Gráfica Grieco, 2005.

PONCE, Lina do Nascimento. **A língua portuguesa e o deficiente auditivo**. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Calvacanti, 1989.

PINKER, Steven. **O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RABELO, A. S. **Português sinalizado: Comunicação total**. Goiânia: Ed. Da UCG, 1992. V. I. -----**Portugues Sinalizado: Comunicação Total**. Ed. Universidade Católica de Goias 1992, Volume 2. Disponível http://books.google.com.br/about/português_sianlizado_comunicação_tota.hpml. Acesso em: 20/11/2012.

REILY, Lúcia. **A Igreja Monástica e a Constituição da Língua de Sinais e o Alfabeto Manual**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782007000200011&script=sci_arttext>. Acesso em: 10/11/2011.

REIS, Flaviane. **Professor Surdo: A Política e a Poética da Transgressão Pedagógica**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação na Linha Educação e Processos Inclusivos da Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis-SC, 2006, p. 121.

SEGRASE. **RELATÓRIO, Nº 10. Ano Internacional das Pessoas com Deficiência: Levantamento das Pessoas Deficientes em Sergipe**. Aracaju: 1981.

ROCHA, Solange. **Memórias e história: a indagação de Esmeralda**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2010.

- SACKS, O. W. **Vendo Vozes:** uma jornada pelo mundo dos surdos. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.
- SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem:** aspectos e implicações neolinguística. 3 ed. São Paulo: Plexus, 2007.
- SASSAKI, Romeu K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 8.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.
- SAUSURRE, F. **Curso de Linguística Geral.** 8ª.ed. São Paulo: Cultrix, 1977.
- SKLIAR, Carlos. **Educação e exclusão:** abordagens sócio-antropológicas em educação especial. In: _____. (Org.), Porto Alegre: Mediação, 1997.
- SIEMS, Maria Edite Romano. **Educação Especial em tempos de Educação Inclusiva:** Identidade Docente em questão. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo.** São Paulo: Plexus Editora, 2001.
- SOARES, Maria Aparecida Leite. **Educação de Surdos no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 1999.
- SOUZA, Rita de Cacia S. **A Educação Especial em Sergipe:** uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas. Aracaju-SE: Universidade Tiradentes, 2005.
- SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **Gênese da educação de surdos em Aracaju:** São Cristóvão: Editora UFS, 2010.
- _____. **Gênese da educação de surdos em Aracaju.** Tese apresentada ao Programa de Pós –Graduação, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. p. 222.
- STROBEL, K.; FERNANDES. S. **Aspectos linguísticos da língua brasileira de sinais.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial – Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.
- VIDAL, Diana Gonçalves Bueno; Schwartz, Cleonora Maria. **História das culturas escolares no Brasil.** Vitória: SBHE, 2010. p.13-35 (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil, v.1).
- VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. **O desenvolvimento psicológico na infância.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- WILLERD E MADSEN. **Você precisa ser surdo para entender.** Disponível em: <http://esdjccg.prof2000.pt/info/13/poesia.HTM>. Acesso em: 10/10/2012.

- ALMEIDA, Maria da Conceição Santos de. **Memórias sobre a constituição da LIBRAS na “Rosa Azul”**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. Aracaju, 01/10/2012.
- CARVALHO, Carolyn E. Chase F. **Memórias sobre a constituição da LIBRAS na “Rosa Azul”**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. Aracaju, 09/01/2013.
- CONCEIÇÃO, Valéria Batista. **Relato de experiência sobre a aquisição da LIBRAS, no contexto familiar**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. Aracaju, 17/01/2013.
- DOS ANJOS, Maria da Conceição. **Memória da Escola de Primeiro Grau “11 de Agosto” sobre a LIBRAS**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. (Aracaju, 21/11/2012)
- FARIAS, Maria Lucielma B. A. **Memórias sobre a constituição da LIBRAS na “Rosa Azul”**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. Aracaju, 09/01/2013.
- FERREIRA, Francismar. **Memórias sobre a constituição da LIBRAS na comunidade aracajuana**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. Aracaju, 17/01/2013.
- GARCEZ, Maria Lygia Maynard. **Aspectos históricos da LIBRAS na comunidade aracajuana**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. Aracaju, 04/04/2012.
- MELO, Alda Valéria Santos de. **Memórias sobre a constituição da LIBRAS na APADA/SE**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. Aracaju, 06/04/2012.
- OLIVEIRA, Cezar Augusto Gonçalves de. **Memórias sobre a constituição da LIBRAS na comunidade aracajuana**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. Aracaju, 22/11/2012.
- OLIVEIRA, Rosângela Menezes de. **Memórias sobre o trabalho desenvolvido no Projeto de Estimulação Precoce para Deficientes Auditivos da SEMED**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. Aracaju, 15/01/2013.
- LACERDA, Rita de C. Ferreira de. **Memórias sobre a constituição da LIBRAS na comunidade aracajuana**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. Aracaju, 20/03/2013.
- SAMPAIO, Tânia Mara dos Santos. **Memórias sobre a constituição da LIBRAS na comunidade aracajuana**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. Aracaju, 28/11/2012.
- SANTOS, Edenilton Barreto. **Memórias sobre a constituição da LIBRAS na comunidade aracajuana**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. Aracaju 15/09/2012.
- SANTOS, José Emerson dos. **Aspectos históricos da LIBRAS na comunidade aracajuana**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. Aracaju, 20/06/2012.
- SILVA, Clóvis. **Aprendizado no Centro de Reabilitação Ninota Garcia**. Entrevista concedida a Verônica dos Reis Mariano Souza. Aracaju, 05 de abril 2006. In. SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **Gênese da educação de surdos em Aracaju**. Tese apresentada

ao Programa de Pós-Graduação, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. p. 222.

SILVA, Everton dos Santos. **Memórias sobre a constituição da LIBRAS na comunidade aracajuana**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. Aracaju, 12/01/2012.

SILVA, Liana Maynard Garcez. **Aspectos históricos da LIBRAS na comunidade aracajuana**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. Aracaju, 07/12/2012.

SILVA, Maria Irma Rezende Feitosa. **Dados sobre a implantação das classes especiais na Escola de 1º grau “11 de Agosto” e dos primeiros cursos de LIBRAS**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. Aracaju, 12/09/2012.

SOUZA, Lindomar dos Santos. **Memórias sobre a constituição da LIBRAS na comunidade aracajuana**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. Aracaju, 20/09/2012.

TAVARES, Eliane dos Santos. **Memórias sobre a constituição da LIBRAS na “Rosa Azul”**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. Aracaju, 14/11/2012.

VIANA, Antonio Fagner Bezerra. **Memórias sobre a constituição da LIBRAS na comunidade aracajuana**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. Aracaju, 19/11/2012.

VILAUBA, Aurora Ferreira. **Memórias da Escola de 1º grau “11 de Agosto” e do Projeto de Estimulação Precoce para Deficientes Auditivos da SEMED**. Entrevista cedida a Margarida Maria Teles. Aracaju, 15/01/2013.

APÊNDICES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – NPGED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

APÊNDICE 1

ROTEIRO DIRECIONADO PARA O GRUPO DE PROFISSIONAIS

1- Minha formação é Pedagogia, iniciei na Educação Especial no ano de 1994, já tinha informações a respeito da educação de surdos, na Sala de Recursos e como você

começou?

2- Lembro-me de que meus alunos surdos não conheciam a língua de sinais, então eu procurava me comunicar através de várias formas de linguagens que misturavam gestos, sons, figuras, desenhos, alfabeto manual, etc. E você, qual a forma de comunicação?

3- A metodologia usada na época que eu estava ensinando crianças surdas era a filosofia da Comunicação Total. Quando você iniciou o trabalho com os surdos, qual era a filosofia de ensino adotada na sua instituição?

4- Eu participei como aluna e como ministrante de alguns cursos de capacitação de professores para estimular a aquisição da oralidade e LIBRAS, você participou de cursos de capacitação para estimulação nestas duas áreas?

5- Quando iniciei, já tinha feito alguns cursos de LIBRAS e ensinava sinais as crianças e as famílias. E você, por exemplo, quando você ia ensinar um conteúdo e não tinha ainda um vocabulário para traduzir as palavras de português para LIBRAS, você criava alguns sinais ou perguntava a outros surdos e ensinava as crianças?

6- O que eu ensinava às crianças era orientado pelas técnicas de educação especial do município, estas seguiam as orientações das políticas do MEC, com um programa que orientava o uso da oralidade e da LIBRAS. E você, a sua instituição seguia algum programa?

7- Quando trabalhava nas salas de recursos eu usava algumas apostilhas, livros e /ou dicionários de LIBRAS, e você usava algum desses recursos e/ou outros em LIBRAS?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – NPGED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

APÊNDICE 2

ROTEIRO PARA O GRUPO DE PESSOAS SURDAS

1- Nome/idade?

2- Nasceu surdo?

3- Nível de proficiência em LIBRAS?

4- Qual a forma de comunicação que usava com as pessoas da família?

- 5- Onde estudou e qual a forma de comunicação usada na escola?
- 6- Quando, onde e quem ensinou os primeiros sinais da LIBRAS?
- 7- Se pesquisava sinais em livros e/ou dicionários de LIBRAS?
- 8- Se participou de associação?
- 9- Qual a diferença da LIBRAS, após o reconhecimento e o status de língua?
- 10- Quando não havia sinal, quem criava o sinal, pessoa surda ou ouvinte? E quem pode criar novos sinais?

ANEXOS

ANEXO 01- Histórico da Escola de 1º grau “11 de Agosto”.

Apresentação da Escola

A **Escola Estadual “11 de Agosto”** tem sede própria localizada na Rua Gararu, 185 no Bairro Getúlio Vargas, a 01 km da área central da cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe. A grande maioria da clientela atendida, pertence às comunidades da periferia da Grande Aracaju, como: Parque dos Faróis, Conjunto Jardim, Marcos Freire, Santa Maria e Fernando Collor, entre outros que fica em média cerca de 10 km distantes da escola. A cidade de Aracaju é a capital de Sergipe, menor estado brasileiro, situado na região nordeste e uma das primeiras capitais brasileiras a ser projetada. Possui uma área de 174 km², dos quais 35 km é de litoral. A vegetação predominante é o manguezal, que se concentra às margens dos rios, o relevo é plano. Os serviços, a indústria e o comércio representam a base da economia aracajuana. A população da cidade segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2007, é de 520.303 habitantes. Destaca-se como pólo turístico por suas belas praias, centro histórico e gastronômico, com bares e restaurantes com comidas típicas e regionais, principalmente em seus períodos festivos. Possui um bom sistema de transporte coletivo, sistema de saúde pública ampliado, a rede educacional é servida por escolas públicas municipal, estadual e privadas, conta ainda com duas universidades, uma pública e outra particular, além de várias faculdades das diversas áreas do conhecimento.

Diante desse cenário sócio-cultural e econômico da cidade de Aracaju, a escola propõe-se a contribuir para o desenvolvimento sustentável da cidade, e do Estado, através da formação e inclusão de cidadãos preparados para o exercício profissional e civil, propondo e desenvolvendo uma proposta pedagógica compatível com os anseios da sociedade, baseada na igualdade, oportunidade e valorização da pessoa.

A **Escola Estadual “11 de Agosto”**, foi criada pelo Decreto nº 3017, de 14 de janeiro de 1975, com base no artigo 7, item 11 da Constituição Estadual vigente à época, combinado com o artigo 1º da Lei 266, de 05 de junho de 1950, no governo do Engenheiro Paulo Barreto de Menezes. Recebeu este nome em homenagem à data comemorativa do Dia Nacional do Estudante, como forma de reafirmar o motivo de sua existência: o estudante, o aluno que a procura para se matricular e assim adquirir sua formação enquanto cidadão em gozo de seus direitos.

Perpassando todas as séries do Ensino Regular a Educação Especial é uma modalidade de ensino oferecida pela Escola Estadual “11 de Agosto”, buscando promover Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, complementando sua educação com serviços de apoio especializado, inclusive oportunizando a educação bilíngüe (Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais). O atendimento educacional da educação especial é feito prioritariamente em classes inclusivas, salas de recursos, laboratórios de línguas e de informática e quando necessário e temporariamente também em classes especiais.

A Unidade Escolar desenvolve atividades e/ou projetos complementares, visando a inclusão e prevenção de situações de risco, ocupando o tempo ocioso de sua clientela com lazer, teatro, arte, esporte, cultura, música, informática e aulas de LIBRAS, oferecendo também o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para os alunos surdos, conforme determinação do Dec. 5626/2005, através da implantação do Laboratório de Línguas e do Atendimento Educacional Especializado – AEE neste ano de 2009.

Visando a melhoria da qualidade do ensino oferecido e na busca da excelência da Escola Pública, a E.E. 11 de Agosto procura sempre desenvolver e participar dos programas de avaliações externas em nível Estadual e Federal, por entender que este é um instrumento de gestão e inclusão em todas as áreas da instituição, garantindo o redimensionamento de suas ações.


Alzenira Aquino de Oliveira
Diretora E. E. 11 de Agosto
Portaria 2554/2010



Secretaria da Educação e Cultura
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 70/76

Concede autorização para funcionamento do Ensino de 1ª grau à Escola de 1ª grau "11 de Agosto" desta Capital.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO de Sergipe no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 41, de 06.11.75, deste Colegiado;

Considerando o que consta do Processo nº 133 /

75/CEE;

Tendo em vista, ainda, os termos do Parecer favorável aprovado em Sessão Plenária de 28.06.76,

RESOLVE:

Art. 1ª - Fica concedida autorização para o funcionamento do Ensino de 1ª grau à Escola de 1ª grau "11 de Agosto", desta Capital.

Art. 2ª - A Secretaria da Educação e Cultura através do órgão competente procederá à fiscalização do funcionamento da referida escola no tocante à observância das normas legais.

Art. 3ª - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Sala Prof. "Acrísio Cruz", em Aracaju, 28 de junho de 1976.

Maria Thetis Nunes
Maria Thetis Nunes
Presidente

mca/CEE

CONTEÚDO	CARGA HORÁRIA
-Pequeno resumo da história, educação e cultura da comunidade surda/ Pré-teste para avaliação do conhecimento dessa comunidade/ Revisão das estruturas já aprendidas da Libras.	08 horas
-Exercícios de relaxamento e treinamento de expressões faciais e corporais/ Atos de fala, aumento do vocabulário/ Diálogos.	08 horas
-Classificadores/ Aplicação do novo vocabulário em pequenas narrativas e diálogos.	04 horas
-Exercícios de soletração ritmada(percepção)/ Desenvolvimento de novas narrativas e diálogos.	04 horas
-Apresentação de vídeo sobre a comunidade surda e a Libras/ Avaliação dos alunos: Narrativas com gravuras/ Diferenças estruturais entre a Libras e o português através de perguntas diretas.	04 horas
TOTAL	28 horas
 COORDENADOR	PARTICIPANTE

Fonte: "Arquivo do "11 de Agosto".

ANEXO 04- Demonstrativo da quantidade de alunos por série/turma -1999, segundo Ata de Aprovação da Grade Escolar do "11 de Agosto", dados de Ensino Especial.

ESTABELECIMENTO: Escola de 1ª Grau " 11 de Agosto " DR: EF1 ANO: 1999

DEMONSTRATIVO DA QUANTIDADE DE ALUNOS POR SÉRIES / TURMAS																																										
MODALIDADES DE ENSINO	SÉRIES																								TOTAL GERAL																	
	1ª				2ª				3ª				4ª				5ª				6ª				7ª				8ª				TUR- MAS	ALU- NOS								
	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D										
Ensino Fundamental	30	-	-	-	30	20	-	-	40	26	26	-	52	30	15	-	45	30	31	-	61	30	29	30	89	30	32	-	62	25	-	-	25	15	404							
Ensino Médio c/ Hab.																																										
Ensino Médio s/ Hab.																																										
Ed. Jovens e Adultos - EF	-	14	-	-	-	14	-	-	-	15	-	15	-	-	16	-	16	-	-	16	-	16	-	-	-	20	-	-	-	15	15	-	-	20	-	20	-	21	-	21	08	137
Ed. Jovens e Adultos - EM																																										
TOTALS																												23	541													

TURMAS / ALUNOS																									
SÉRIES	1ª				2ª				3ª				4ª				TURMAS	ALUNOS	TOTAL GERAL						
	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D									
ENSINO ESPECIAL	10	10	10	10	10	50	10	10	10	10	10	10	40	10	10	10	30	10	-	-	-	10	-	130	130

TOTAL DE TURMAS DO ESTABELECIMENTO: 36 TOTAL DE ALUNOS: 671

Aracaju - SE 16-03-99

CIDADE / ESTADO / DATA

RESPONSÁVEL

PREENCHER COM A QUANTIDADE DE ALUNOS.
 LEGENDA: A, B, C, D - TURMAS T - TOTAL EF - ENSINO FUNDAMENTAL EM - ENSINO MÉDIO

Fonte: Arquivo do "11 de Agosto".

ANEXO 05 – Conteúdo do Curso de LIBRAS, promovido pelo programa "Hora de Estudo"/SEMED-SE, em 1996.

Nome: <u>Rosângela Menezes de Oliveira</u> Registrado Sob nº <u>749</u> do Livro nº <u>03</u> Folha nº <u>16</u> da Secretaria Municipal de Educação-P.M.A. Aracaju, <u>16/12/96</u>		PROGRAMA DO CURSO
Unidades	Número de horas	
LÍNGUA DE SINAIS A FAMÍLIA: - Pai, Mãe, Irmão, Irmã, Avô, Avó, Tio, Tia, Primo... A ESCOLA: - Professor, Professora, Aluno, Aluna, Diretor... AS CORES: - Colorido, Branca, Preta, Vermelha, Verde... TRANSPORTE: - Carro, Caminhão, Carreta, Ônibus, Navio, Avião... FRUTAS: - Maçã, Manga, Abacate, Laranja, Limão... VESTUÁRIO: - Vestido, Calça, Blusa, Capote, Saia... CASA: - Quarto, Sala, Banheiro, Cozinha, Rua, Cama, Sofá... VERBOS: Comer, Pegar, Quebrar, Viajar, Esconder...	21 h.	Carga Horária
Coordenador(a) do Curso		

Fonte: Arquivo pessoal Menezes.

ANEXO 06 – Conteúdo do Curso de LIBRAS, promovido pelo programa “Hora de Estudo”/SEMED-SE, em 1999.

PROGRAMA DO CURSO

Unidades	Número de horas
- O QUE É O SURDO; - PREVENÇÃO E CAUSAS DA SURDEZ; - IMPORTÂNCIA E NECESSIDADE DE EXERCÍCIOS DE RELAXAMENTO E EXPRESSÃO OROFACIAL PARA O USO DA LÍNGUA DE SINAIS; - DIFERENÇA ENTRE ALFABETO DIGITAL OU MANUAL E LÍNGUA DE SINAIS; - ALFABETO MANUAL OU DIGITAL; - VERBOS; - SUBSTANTIVOS; - ADJETIVOS; - PRONOMES; - VOCABULÁRIO; - TEORIAS DE AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM; - DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM; - ATRASO NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM; - DISTÚRBIOS DA APRENDIZAGEM; - DISTÚRBIOS DA COMUNICAÇÃO; - SOM X RUÍDO X COMUNICAÇÃO X APRENDIZAGEM X QUALIDADE DE VIDA; - AVALIAÇÃO AUDIOLÓGICA - COMO MANUSEAR A PRÓTESE AUDITIVA; - DESENVOLVIMENTO PSICOEMOCIONAL NA CRIANÇA; - ENCAMINHAMENTOS; - CONFEÇÃO DE PLANO DE AULA; - VIVÊNCIAS E REFLEXÕES.	Nome: <u>Rosângela Menezes de Oliveira</u> Registro sob n.º <u>3120</u> do livro n.º <u>03</u> Folha n.º <u>634</u> da PMA / SEMID / CEMARH Aracaju, <u>10</u> / <u>05</u> / <u>99</u> <u>[Assinatura]</u> RESPONSÁVEL Carga Horária 80h

Rosângela Menezes de Oliveira
Coordenador(a) do Curso